

13° CON CUT[®]

CONGRESSO
LULA
LIVRE

SINDICATOS FORTES, DIREITOS, SOBERANIA E DEMOCRACIA

07 a 10 de Outubro/2019

Ginásio Municipal Falcão • Praia Grande-SP

Caderno de Teses

13º CONCURTO

CONGRESSO LULA LIVRE

PRAIA GRANDE

7 A 10 DE OUTUBRO DE 2019

SUMÁRIO

Apresentação	7
I - Conjuntura	11
II - Estratégia	21
III-Organização sindical.....	29
IV - Resoluções	43
V-Planodelutas.....	71
VI - Contribuições das Correntes Políticas ao debate no 13º CONCURT	79

APRESENTAÇÃO

Apresentamos para a apreciação dos delegados e delegadas do 13º Concut o Caderno de Teses elaborado pela Direção Executiva. Resultado do acúmulo de debates realizados pelos trabalhadores e trabalhadoras em assembleias de bases de suas entidades, nas atividades promovidas pelos Ramos e Estaduais da CUT, pela Conferência Nacional de Formação, assim como da própria direção da CUT, as teses da direção procuram conter a síntese desse conjunto diverso e rico de reflexões e propostas visando fortalecer a organização sindical CUTista para que continue fazendo a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

O Caderno contém, na introdução, uma apresentação do presidente da Central, Vagner Freitas, que aborda os desafios enfrentados pelo movimento sindical nos últimos anos e aqueles a serem enfrentados nos próximos anos.

Na sequência, o texto contém a análise de Conjuntura Internacional e Nacional, que será objeto de debate, mas não de votação no Congresso. Tendo como referência essa avaliação da conjuntura, é apresentada a Estratégia da CUT para o próximo mandato da direção, contendo diretrizes fundamentais de organização e de ação.

A atualização do projeto organizativo da CUT, um dos temas centrais do 13º Concut, é abordada em seguida, no item Organização Sindical, onde são reunidas as propostas da direção e das entidades CUTistas, visando fortalecer sua organização, estrutura e autossustentação financeira.

A parte seguinte apresenta as teses da direção sobre questões fundamentais relacionadas à defesa dos direitos, da democracia, da soberania nacional, das políticas públicas, das mulheres, negros, jovens, do desenvolvimento rural, entre outras.

O Plano de Lutas contém as principais ações que o movimento sindical CUTista deverá desenvolver, em consonância com as diretrizes contidas na Estratégia da Central para os próximos anos.

A última parte do Caderno contém as contribuições das correntes internas da CUT ao debate a ser feito no 13º Concut.

Finalmente, lembramos que durante o Congresso os delegados e delegadas poderão fazer emendas ao texto, seja propondo questões novas, seja resgatando propostas aprovadas por suas entidades e que, porventura, considerem não contempladas nas teses da direção.

Coordenação do 13º Concut

Companheiras e companheiros,

O Brasil precisa de nós. O Brasil e os trabalhadores e trabalhadoras clamam por nós. Vivemos a maior crise da nossa história e temos que superá-la.

Com o sindicalista Lula tivemos um período de vitórias e conquistas relevantes. Os imigrantes, os pobres, as minorias e a Classe Trabalhadora passaram a ter vez e voz, e a CUT transformou-se na principal central sindical brasileira. Com os governos de Lula e de Dilma, com políticas de inclusão social, distribuição de renda, combate à fome e à pobreza, mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da linha da pobreza e passaram a ter participação ativa no destino do Brasil.

Como a direita vê a democracia como conveniência, depois de perderem quatro eleições presidenciais seguidas, os conservadores e a direita organizaram um golpe de Estado contra o povo e as instituições democráticas nacionais. É por isso que desde 2016, estamos imbuídos da complexa tarefa de enfrentar e combater a coalização de forças golpistas que tomou de assalto o poder e vem destruindo o país, retirando direitos conquistados em décadas de luta pela classe trabalhadora e enfraquecendo cada vez mais os sindicatos, seu principal instrumento de luta em defesa do emprego, do salário, de melhores condições de trabalho, para restaurar a democracia e colocar o país novamente no rumo do crescimento e do desenvolvimento. Uma tarefa grandiosa que a CUT e seus sindicatos vem desempenhando nestes anos com grande esforço e competência, embora também com dificuldades.

Vivemos um período extremamente adverso, sofrendo as consequências desse golpe civil e militar, da manipulação da imprensa conservadora e golpista, da manipulação do Judiciário, particularmente com as mentiras da lava jato, que prendeu vários companheiros e companheiras, incluindo a prisão absurda de LULA. A CUT sempre denunciou a manipulação política e o processo fraudulento que o condenou injustamente, com objetivo de impedir sua participação nas eleições de 2018. As denúncias surgidas recentemente, mostrando as mentiras e as manipulações realizadas por Moro e sua equipe, comprovam tudo que sempre dissemos; as informações disponibilizadas pelo Intercept Brasil demonstram que estávamos certos, tornando a libertação de Lula a questão central do embate contra a coalizão de forças golpistas que estão no poder.

Nesse período, nossa posição firme na defesa incondicional de nossos direitos, na defesa da democracia e do Estado de Direitos nos levou a construir um arco de alianças com os movimentos sociais e as centrais sindicais, que possibilitaram realizar grandes mobilizações nacionais e a maior greve geral das últimas décadas.

Conquistamos vitórias importantes no Congresso Nacional, evitando a votação de algumas medidas prejudiciais à classe trabalhadora. A luta dos sindicatos contra as demissões e o desemprego desencadearam intensos processos de lutas, negociações e mobilizações, que articuladas com a pressão em âmbito federal, estadual e municipal, pela manutenção dos investimentos em projetos que gerem emprego e renda nos colocam como o principal instrumento de luta da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, atuamos com toda nossa energia para manter nossas entidades firmes, fortes e em luta, exercitando o sindicalismo classista, democrático, comprometido com a plena liberdade e autonomia sindical e com a luta pela emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras da exploração neoliberal, não só no Brasil como no mundo, patrimônio histórico que nos fortalece e nos diferencia de outros projetos sindicais.

Temos consciência do momento complexo que vivemos e da necessidade de acumular forças para derrotar os golpistas. O neoliberalismo uniu-se a mercenários que visam o desmonte das políticas de proteção social, a retirada de direitos e a destruição dos sindicatos e dos movimentos sociais. Por isso, participamos ativamente no processo de mobilizações contra a prisão injusta de Lula, por meio da **Campanha Lula Livre**,

que expõe ao mundo a faceta mais conservadora e fascista desse novo governo entreguista que tomou de assalto o Brasil. Libertar Lula da prisão tem a dimensão política e simbólica de agregar e representar o conjunto de lutas que fazemos em defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, do campo e da cidade, de todas as regiões do Brasil.

Por isso, os desafios enfrentados pelo movimento sindical CUTista transformam esse **13º CONCUR** num dos mais importantes desde a fundação da Central em 1983. Traz para o debate uma gama de temas e ações que serão objeto de uma estratégia articulada de todos os nossos sindicatos, ramos, macrossetores e Estaduais da CUT, para intensificar o combate aos desmandos desse governo golpista, por um Estado que estimule os investimentos e o desenvolvimento nacional, com uma indústria nacional forte, dinâmica e um sistema financeiro sob controle social, empresas estatais e públicas indutoras desse processo.

O progresso nacional também passa necessariamente pelo campo, com democratização do acesso à terra, o incentivo a um grande sistema de produção articulado e com o fortalecimento da agricultura familiar. A soberania e a segurança alimentar e nutricional preservadas, combinadas com a preservação da sustentabilidade ambiental, com uma educação, saúde de qualidade acessíveis à toda população, principalmente os pobres e a classe trabalhadora na zona rural.

Além das lutas em defesa de emprego e justiça, lutaremos por políticas sociais universais que combatam a discriminação, a misoginia e o preconceito. Tudo isto combinado com a distribuição de renda, da riqueza e com políticas públicas de qualidade.

O 13º Congresso Nacional da CUT, então, deverá expressar de forma contundente o momento que vivemos e o sentido que queremos dar para ele: Sindicatos fortes, direitos, soberania e democracia. Para enfrentar os ataques aos direitos e aos sindicatos, precisamos fortalecer nossa organização, o que nos leva a romper e superar as amarras do modelo corporativo de organização sindical. O sindicato deve passar a representar, efetivamente, o conjunto da classe trabalhadora e não apenas a categoria profissional, todos trabalhadores e trabalhadoras na sua base de representação, não apenas os que têm vínculo formal de emprego, deve contribuir na organização da classe trabalhadora em suas comunidades, articulando o território em torno de bandeiras de luta gerais. Deve se organizar por ramo de atividade econômica em base territorial mais ampla possível, para além do município. Atenção especial deve ser dada a organização de mulheres, negros e jovens e à organização dos trabalhadores/as do campo. Estamos convictos de que fortalecer nossa organização é fundamental para enfrentarmos as lutas mais gerais da classe trabalhadora visando a transformação da sociedade brasileira.

Completamos estes dois mandatos sindicais, tendo consciência de que lutamos, defendemos os interesses da classe trabalhadora brasileira com dignidade e perseverança. Não esmorecemos, não desistimos de lutar e de combinar os interesses da classe trabalhadora com a liberdade e a democracia. Mais do que nunca, o debate coletivo e fraterno deve ser a mola propulsora para a consequente definição de resoluções que irão fortalecer as direções e nossa militância. Porque das derrotas e das vitórias, construiremos as condições para indicar os rumos de um novo Brasil, um Brasil para todos e todas! Porque juntos somos fortes, juntos somos CUT!

Viva a Classe Trabalhadora!

Viva o Brasil!

Viva a CUT!

Vagner Freitas

Presidente Nacional

Conjuntura Internacional

1. O avanço do neoliberalismo, a financeirização do capital e a sua dominação sobre todos os setores da economia real configuram a nova fase do processo de acumulação capitalista. Um mundo marcado pelo aprofundamento da crise estrutural do Capitalismo, que veio à tona em 2008 e ainda está longe de ser superada.
2. As políticas de austeridade, combinadas a um modelo de desenvolvimento em que os avanços tecnológicos e os ganhos de produtividade, ao invés de serem colocadas em favor dos trabalhadores e da humanidade, têm gerado mais concentração de riqueza, desemprego e trabalho precário, especialmente no sul do mundo.
3. A desregulamentação das relações de trabalho, a retirada de direitos previdenciários, o desmonte dos serviços de educação e saúde e o ataque ao movimento sindical são as marcas mais visíveis e geram impacto direto no aumento da desigualdade social.
4. A produção em Cadeias Globais de Valor aprofunda a Divisão Internacional do Trabalho, agravando o desequilíbrio entre o norte e o sul globais, cabendo ao norte o controle de tecnologias, logística de distribuição e, ao sul, o fornecimento de matérias-primas baratas e força de trabalho a baixo custo.
5. A chamada “4ª. Revolução Industrial” - um amplo processo de mudanças no atual estágio de acumulação capitalista - marcada pela convergência dos processos de automação, digitalização, engenharia genética, inteligência artificial e a chamada “economia de plataformas”, tem provocado profundas transformações sociais, políticas e culturais nas classes sociais fundamentais do Capitalismo.
6. Diferentemente de outras fases do desenvolvimento capitalista, em que os benefícios oriundos das novas tecnologias, especialmente o aumento da produtividade, foram conquistados, ao menos em parte, em favor da classe trabalhadora - fosse pela diminuição da jornada de trabalho, expansão dos benefícios de Aposentadoria, Seguridade Social, Saúde e Educação - na atual fase, os capitalistas não abrem mão de nenhuma fração de seus lucros, combinando aumento de produtividade com desemprego, jornadas de trabalho excessivas, trabalho precário e até mesmo aumento do trabalho infantil e do trabalho escravo e de retração dos investimentos sociais. Um dos exemplos mais ilustrativos das atuais transformações do mundo do trabalho - a chamada “uberização” (trabalho através do uso de aplicativos de serviços), tem aumentado ainda mais a precarização do trabalho. Esse processo afeta diretamente a organização sindical, cuja tarefa central é a defesa das condições de vida da classe trabalhadora, de seus salários, empregos e direitos conquistados através da luta de classes.
7. Após diminuir, a partir da segunda metade do século XX, a distância entre ricos e pobres voltou a aumentar drasticamente, em especial, a partir da crise econômica de 2008. Hoje, 82% da riqueza mundial estão nas mãos de 1%, que são os mais ricos. No Brasil, seis bilionários concentram riqueza equivalente à renda de 100 milhões de brasileiros.
8. O relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) relativo ao centenário da Organização apontou que até o ano de 2030 será necessária a criação de 344 milhões de novos empregos, além dos 190 milhões que seriam necessários para pôr fim ao desemprego global atual. Além disso, 2 bilhões de pessoas hoje retiram seu sustento do trabalho informal; entre os desempregados atuais, mais de 30% são jovens.
9. Após a crise econômica de 2008, com o enfraquecimento das forças políticas tradicionais e a capitulação de governos progressistas e de centro-esquerda ao receituário neolibe-

ral, o populismo de direita voltou com força: Donald Trump nos EUA; Marine Le Pen na França; as forças fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu; os partidos ultraconservadores, cuja força eleitoral cresce em todos os países da Europa Ocidental, inclusive nos países nórdicos conhecidos por seu Estado de bem-estar social.

10. Marcados pelo discurso de ódio, xenófobo, autoritário, de intolerância política e religiosa e também pelo expressivo aumento de crimes com as mesmas motivações, países como EUA, Brasil, Itália, Índia, Polônia, Filipinas, elegeram líderes populistas de extrema-direita. O Reino Unido votou pela saída da União Europeia e a extrema-direita avança no parlamento europeu.
11. Em 2018, o número de refugiados de guerras, perseguições e conflitos superou 70 milhões, segundo relatório ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Esse cenário produz e reforça perseguições a mulheres, LGBT¹, indígenas e demais povos originários.
12. As mudanças climáticas, decorrentes da ação humana e especialmente do modo de produção capitalista, resultaram numa crise climática e ambiental que colocam o futuro do planeta e da humanidade em risco. O Acordo de Paris, aprovado na Conferência sobre mudanças climáticas da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2015 (COP 21), trouxe medidas (ainda que insuficientes) para deter a escalada da degradação do planeta. Porém, nos últimos anos, o Acordo tem sofrido duros ataques pelos governos de extrema-direita como o dos Estados Unidos e do Brasil. Nesse mesmo contexto, a Agenda 2030 da ONU sobre desenvolvimento sustentável se torna cada vez mais distante. O Brasil, que tinha um papel de destaque nos debates internacionais sobre o meio ambiente, vem perdendo protagonismo desde o golpe de 2016 e agora, sob Bolsonaro, retorna a uma situação ambiental pior do que a da década de 80 e perde qualquer protagonismo em relação às iniciativas internacionais em defesa do meio ambiente.
13. A ideia central do Acordo é a transição do atual modelo de produção para uma economia de baixo carbono, o que implica em profundas alterações no modelo energético, de produção e consumo. O movimento sindical internacional construiu uma estratégia baseada na transição justa, defendendo uma política entre Estados, empresas, trabalhadores e comunidades em que a classe trabalhadora não seja responsabilizada pelas transformações que serão implementadas. Essa transição precisa garantir e gerar empregos de qualidade com direitos sindicais, sociais e humanos. Uma economia sustentável não pode ser desenhada pelo sistema capitalista, que continuará a reproduzir as mesmas desigualdades e injustiças; uma economia desse tipo precisa ser construída com a voz e participação de trabalhadores, comunidades e populações impactadas.
14. O agravamento da captura dos Estados nacionais e dos organismos internacionais pelo capital é mais um fator de aumento do desequilíbrio global e de ameaça à paz mundial. Antes da crise de 2008, já era evidente a necessidade de reforma dos organismos e instituições internacionais, dando protagonismo também às nações emergentes para combater os modelos promovidos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e OMC (Organização Mundial do Comércio), como demonstram a criação do G20² (1999) e dos BRICS³ (2006). Com a eclosão da crise, tornou-se patente a incapacidade dos organismos criados a partir do tratado de

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

2 Grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo (8 países mais ricos e mais influentes e 11 países emergentes) mais a União Europeia.

3 Grupo de países de economias emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Bretton Woods para lidar com uma arquitetura global multilateral e instável. Por todas as partes do planeta, crescem os conflitos, causados pelos ataques dos capitalistas contra a classe trabalhadora e contra os povos que vivem na periferia do Capitalismo, assim como pela submissão dos Estados nacionais e dos organismos internacionais ao capital e as disputas entre as grandes potências.

15. Essas tentativas de reforma seguem, no entanto, um caminho sinuoso. No G20, existe uma ação deliberada de secundarizar temas fundamentais da sua agenda, tais como a taxação de riquezas, a reforma das Instituições de Bretton Woods e o fim dos paraísos fiscais. No caso dos BRICS, depois da eleição de Bolsonaro e sua total submissão aos interesses dos EUA sob a direção de Donald Trump, o próprio futuro do bloco está ameaçado. Também na América Latina, iniciativas de integração regional que tinham como objetivo fortalecer o diálogo multilateral, com especial atenção para os temas e os países do Sul Global, tais como a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), sofrem um duríssimo ataque dos atuais governos de direita e extrema-direita da região. Do mesmo modo, também é fundamental destacar e reforçar espaços como a OIT, os comitês de direitos humanos e demais órgãos do sistema ONU para enfrentar a onda conservadora e a ofensiva dos capitalistas contra os povos.
16. Um dos efeitos dessa política é o esvaziamento dos organismos multilaterais (ONU, OMC, OCDE⁴ e outros), os quais se dedicavam a manter um precário equilíbrio nas relações políticas, econômicas e comerciais no mundo - sem questionar o sistema capitalista, ao contrário, para tentar preservá-lo - e que hoje estão em crise aberta. Em seu conjunto, essas instituições não são capazes de superar a situação de desarranjo e crise mundial.
17. Paralelamente aos efeitos da crise de 2008, que impactou fortemente os países capitalistas ocidentais, o eixo do poder econômico vem continuamente se movendo para o leste, fortalecendo, dessa forma, a posição relativa da China na economia internacional. Esse movimento agrava as tensões entre EUA e China e altera fortemente a geopolítica global. Nesse sentido, o mercado mundial está completamente desestabilizado pela política desenvolvida pelo governo Trump dos Estados Unidos - principal potência imperialista do planeta - que, sob o slogan de “América First” (“América em 1º lugar”), promove uma “guerra comercial” com a China e ataca as posições econômicas de potências “aliadas” (Europa e Japão, por exemplo), pressionando pela subordinação de seus interesses particulares aos interesses dos EUA.
18. Importante destacar como essas mudanças têm impactado o continente africano. Durante os governos Lula e Dilma, a África não era vista somente como um mercado promissor para investimentos e exportações brasileiras, mas também era considerada uma aliada política crucial nos esforços do Brasil para se tornar um protagonista no cenário global. Entre as medidas empreendidas para fortalecer parcerias econômicas, políticas e de defesa com a África, podem ser citadas a rápida ascensão de programas de Cooperação Sul-Sul⁵, bem como a transferência de experiências brasileiras em políticas públicas em áreas como Agricultura, Educação e Saúde. Após o golpe contra Dilma, essa cooperação tem se centrado somente no âmbito militar (Operação Felino). Construções importantes como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na qual tínhamos espaço de diálogo e cooperação através da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), se perderam ou se tornaram insipientes.

⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

⁵ Cooperação técnica entre países em desenvolvimento do Sul Global para fins de promover o Desenvolvimento Sustentável.

-
19. Como se viu no último congresso da CSI⁶ (Copenhague, 2018), a ofensiva destruidora dos direitos e conquistas da classe trabalhadora em todo o mundo, que provoca recordes de desigualdade social e concentração de renda inclusive nos países “avançados”, atinge brutalmente os sindicatos, com a generalização do trabalho precário ou informal e as contrarreformas - que atingem a proteção social, minando as bases objetivas sobre as quais as organizações sindicais se reconstruíram após a 2ª Guerra Mundial (1939-45).
 20. O novo quadro geopolítico gera impacto em todo o planeta, com destaque para a América Latina e Caribe - onde os Estados Unidos voltam a incidir fortemente na soberania dos países da região, utilizando especialmente a estratégia da “guerra híbrida” como principal forma de luta - sem descartar, no entanto, a hipótese de intervenção militar. Depois de perderem influência na região, testemunharem o fracasso da chamada “guerra ao terrorismo” para defender seus interesses geopolíticos no mundo e amargar uma crise de grandes proporções e prolongados impactos, os EUA voltaram a conferir prioridade estratégica para a América Latina em sua política internacional, intensificando ações econômicas, diplomáticas, militares e de inteligência na região. São eloquentes para demonstrar esse padrão de atuação - os casos venezuelano, argentino e brasileiro. O internacionalismo proletário e a solidariedade internacional dos setores democráticos de todo o mundo são fundamentais para impedir a sanha imperialista na região, defendendo a legitimidade do governo Maduro na Venezuela, derrotando Macri nas próximas eleições presidenciais na Argentina, desintegrando a coalizão golpista que sustenta Bolsonaro no Brasil e lutando pela liberdade de Lula.
 21. É nesse quadro que se insere o golpe parlamentar, jurídico e midiático, que retirou a presidenta Dilma, prendeu o ex-presidente Lula e criou as condições para a eleição de Bolsonaro.

Conjuntura Nacional

Guinada à direita

22. A classe trabalhadora brasileira defronta-se com enormes desafios na atual conjuntura. O golpe de Estado que depôs a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 inaugurou um Estado de exceção que vem se aprofundando, desde o governo ilegítimo de Michel Temer e após a eleição fraudulenta do candidato de extrema direita em 2018, numa escalada de ataques à democracia, aos direitos e à soberania nacional, ao mesmo tempo que tem acentuado a crise econômica. O desemprego continua em nível alarmante e a precarização do trabalho tem se intensificado. A pobreza e da desigualdade social têm crescido também de forma alarmante em todas as regiões do país.

23. O golpe vinha sendo orquestrado contra o governo Lula (julgamento do Mensalão), a partir de uma junção de interesses políticos nacionais e internacionais contrários ao projeto de desenvolvimento que teve avanços no Brasil. A onda golpista recrudescer no governo Dilma e culminou com seu impeachment, sem crime de responsabilidade, em agosto de 2016, apesar da resistência popular. Foi uma estratégia articulada pelo capital financeiro internacional, pelos partidos de direita, pelas entidades empresariais, pela grande mídia e que contou com a cumplicidade do poder judiciário. Abriu espaço para o governo ilegítimo de Temer iniciar o desmonte do Estado e das políticas públicas (EC95⁷), desencadear uma ofensiva contra a classe trabalhadora e o movimento sindical (antirreforma trabalhista e terceirização ilimitada) e subordinar o Brasil aos interesses dos Estados Unidos: destruir a política sul-americana de formação de

⁶ Confederação Sindical Internacional.

⁷ Emenda Constitucional que congela os gastos da União com despesas primárias por 20 anos.

bloco, subordinar a economia do país à economia estadunidense, impedir a industrialização autônoma do Brasil, via empresas de capital nacional, promover privatizações e a entrega de recursos naturais à exploração e empresas multinacionais.

24. O quadro de exceção se agravou com a ação dos golpistas para impedir a participação do ex-Presidente Lula nas eleições de 2018. A Operação Lava Jato, comandada pelo então juiz Sergio Moro, que mantém relações estreitas com órgãos de inteligência e espionagem dos EUA, atuou de forma seletiva contra o Partido dos Trabalhadores (vazão de delações premiadas, manipulação de informações para forjar provas, prisão arbitrária do ex-Presidente, violação das regras do código penal para condená-lo) e levou ao mais escandaloso julgamento da história recente do país, como confirmam os dados revelados recentemente pelo jornalista Glenn Greenwald. O ex-Presidente acabou sendo condenado por “fatos indeterminados”.

25. Os recursos para colocá-lo em liberdade foram sistematicamente recusados, num evidente desrespeito à Constituição. O judiciário ficou refém da pressão dos militares e impediu sua candidatura às eleições. A manipulação e a fraude no segundo turno das eleições, com a cumplicidade da mídia e do Judiciário, aprofundaram o Estado de exceção. Lula tornou-se um preso político, símbolo da luta em defesa da democracia, dos direitos, da soberania nacional e do combate ao atual governo.

26. O governo Bolsonaro é formado por uma coalizão de forças políticas, militares, agentes do judiciário, fundamentalistas religiosos, oligopólios midiáticos e extremistas de direita. Esse arquipélago de interesses difusos é articulado pelos interesses de setores empresariais na promoção de uma agenda econômica de ataques à classe trabalhadora, a exemplo da Reforma da Previdência aprovada na Câmara. As denúncias de corrupção, nepotismo e de relações com o crime organizado (milícias) da família Bolsonaro se somam à falta de perspectiva de melhora na vida do povo e à verborragia autoritária e preconceituosa do presidente, levando à pior avaliação de um governante no primeiro ano de mandato. Ainda assim, o atual governo, alinhado aos Estados Unidos, busca implementar um projeto radicalmente conservador e excludente.

27. Esse projeto é o motor do aprofundamento da crise econômica, a negação da história e da realidade, combate os direitos humanos e as conquistas democráticas dos últimos 40 anos inscritos na Constituição Federal de 1988. Tem na perseguição política e na disseminação do ódio aos adversários -, em especial, as organizações da classe trabalhadora como a CUT e os sindicatos, os movimentos sociais urbanos e rurais, a intelectualidade crítica, os partidos políticos da esquerda e as organizações da sociedade civil - a ferramenta de coesão da sua base, dando-lhe seus traços mais autoritários.

Economia em crise, mercado de trabalho precário

28. Ao contrário do que afirmaram os golpistas, de que as reformas eram necessárias para superar a crise econômica, o que temos, de fato, é sua continuidade. Os indicadores de crescimento nos dois primeiros trimestres deste ano apontam para um quadro de recessão técnica. A projeção para 2019 é de crescimento de 0,8%. O crescimento de 2,5% alardeado pelo mercado no início do ano era propaganda enganosa: a política econômica proposta por Bolsonaro não tem condições de sustentar uma trajetória de crescimento nesse patamar. O único setor que segue apresentando crescimentos significativos é o sistema financeiro.

29. Com a crise econômica e a política implementada pós-golpe perdemos uma década de crescimento, em um momento em que o mundo passa por importantes mudanças produtivas, tecnológicas, de disputas de mercados no cenário global. Por todos esses elementos (de reorientação da ação do Estado, de reformas neoliberais e de política econômica) o que se vislumbra no governo Bolsonaro é uma política de baixo crescimento, com indicadores negativos ou “andando de lado” e de forte desigualdade na distribuição da riqueza gerada no país. Essa política impõe para milhões de brasileiros a pobreza, aprofunda a desigualdade, transfere renda para o sistema financeiro e para países do centro do Capitalismo. Neste

ritmo, a perspectiva de a economia retomar ao patamar de 2014 é estimada para 2023. Deve-se, no entanto, considerar que este resultado pode não ser alcançado diante de uma nova crise econômica mundial, prenunciada pela desaceleração econômica em países que movem a economia global e pela possibilidade real do Brasil entrar novamente em recessão.

30. Esse cenário tem um forte impacto negativo no mercado de trabalho: a taxa de desemprego está em 12%; são 12,8 milhões de desempregados. Cerca de 25% dos desempregados estão nesta condição há 2 anos, ou seja, um desemprego de longa duração (abril/maio/junho, PNAD-C/IBGE⁸). Somando desempregados, trabalhadores desalentados e aqueles que conseguem realizar pequenos trabalhos com jornadas parciais, são 28,4 milhões de trabalhadores subutilizados na força de trabalho.

31. Mesmo aqueles que conseguem emprego, em geral, trata-se de trabalho precário: cresce o número de trabalhadores que não têm carteira de trabalho assinada, as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria sem CNPJ⁹ - ou seja, as formas mais precárias de trabalho, sem proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Desmonte do Estado, privatização e ataques à soberania nacional

32. Para os liberais, as ideias-chave são: o fortalecimento da esfera privada em detrimento da pública; a valorização da ação do indivíduo e não da ação coletiva; a redução do papel do Estado; a ênfase na propriedade privada; a validade dos contratos livremente elaborados entre os indivíduos sem interferência do Estado; e a desregulamentação de todos os mercados. Esse modelo já foi colocado em prática em outros países e resultou em aumento da desigualdade e exclusão social.

33. Com outra concepção de desenvolvimento, o investimento público foi fundamental para a mitigação dos efeitos da crise de 2008, durante os governos Lula e Dilma, sustentando uma trajetória de crescimento econômico e baixo desemprego. A partir de 2015, porém, o governo se fragiliza ao flertar com a agenda da austeridade fiscal. Essa agenda é radicalizada a partir do golpe de 2016 sob os falsos argumentos de que a crise fiscal impede a queda dos juros, de que os gastos do orçamento brasileiro estão mal alocados e de que os direitos previstos na Constituição de 1988 não cabem no orçamento. Escondem que parte relevante da crise fiscal e econômica está relacionada à grande soma de renúncias e isenções fiscais, que distorcem ainda mais estrutura tributária nacional. O objetivo real é satisfazer o capital. Seja por meio de vultosas transferências de recursos públicos ao setor financeiro, garantidas por altas taxas de juros e por cortes no orçamento, seja pela transferência de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada, garantindo novas frentes de acumulação capitalista.

34. O primeiro grande ataque nesta direção foi a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, ainda no governo ilegítimo de Temer, por meio da aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95) que congela os gastos primários da União por até 20 anos. A nova regra estabelece restrições à contratação de servidores públicos e a reajustes salariais para o setor, mas não estabelece limites para pagamento de juros. Mesmo que o país retome o crescimento e aumente a arrecadação fiscal, esses recursos não serão distribuídos na forma de serviços públicos, investimentos em infraestrutura e políticas sociais. Com essa medida, perde-se o conceito de inclusão, universalidade e de papel redistributivo do Estado, previsto na Constituição Federal de 1988 e promove-se o “canibalismo dos recursos públicos” entre as diversas áreas do orçamento.

35. O governo Bolsonaro pretende aprofundar esta política com uma reforma administrativa que reduza ainda mais o papel do Estado brasileiro, através da privatização dos serviços públicos e da ampliação da terceirização, do fim da estabilidade dos servidores, com reforma nas carreiras e com o fim de concursos públicos. O Governo Bolsonaro também tem planos para aprofundar as regras que enfraquecem o uso

⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

redistributivo do Orçamento público, limitando a atuação do Estado em áreas como Saúde e Educação, com o fim dos gastos obrigatórios previstos na Constituição Federal.

36. Está em marcha uma política de sucateamento e privatização dos serviços públicos como Saúde, Educação e Assistência Social, seja com a redução das verbas necessárias para garantir o atendimento da população e para oferecer serviços de qualidade, seja pela extinção de ações e programas. Na Educação, os símbolos são o corte de verbas e as iniciativas que visam a privatização e a perseguição à liberdade do ensino. A antirreforma do Ensino Médio promove o “adestramento de mão de obra” em detrimento de uma educação integral, e abre as portas para a exploração privada. Estados e municípios ampliam os contratos precários e praticam a política de reajuste zero. As universidades são alvo prioritário das propostas de privatização de estruturas e conhecimento. Os cortes, além de reduzirem o acesso à educação e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, são dirigidos para enfraquecer a expressão de posições democráticas e progressistas e silenciar as vozes dissonantes às do governo. Na mesma linha, vem sendo feitas alterações profundas no sistema de Seguridade Social, com a antirreforma da Previdência e precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), com a redução de recursos e repasse aos municípios, baseando-se no número de pacientes cadastrados nas equipes de Saúde da Família, critério que excluirá milhões de brasileiros, comprometendo o direito de acesso universal à saúde; o fechamento das farmácias populares, inviabilizando o acesso à medicação gratuita; a suspensão de contratos com laboratórios públicos nacionais que produziam medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS a mais de 30 milhões de brasileiros.

37. Reduzindo o papel do Estado, entregando para a iniciativa privada os serviços públicos, o governo Bolsonaro abre caminho para uma reforma tributária alinhada às políticas liberais e de caráter regressivo.

38. Desde o golpe, há também uma ofensiva para privatizar todas as empresas e serviços públicos. Essa ofensiva teve início com Temer, que criou o Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) para facilitar a privatização. Ao colocar o patrimônio dos brasileiros à venda a preços irrisórios, os governos Temer e agora Bolsonaro, esvaziam o papel de instrumentos importantes de desenvolvimento como a Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. No BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), além da redução do orçamento, os recursos estão sendo aplicados para financiar as privatizações, em vez de promover novos projetos.

39. Mas o governo Bolsonaro não privatiza apenas as empresas estatais e os serviços públicos, vai além, com sua política de venda e exploração predatória da biodiversidade, do território, da água e dos recursos minerais. O compromisso com a liberalização da mineração em terras indígenas e áreas de preservação, assim como a negação e descaso em relação ao aumento preocupante do desmatamento na Amazônia acirram, desde já, os conflitos e a perseguição de lideranças no campo e em áreas de reserva.

40. As demissões e transferências de profissionais qualificados, a desqualificação de instituições de pesquisa e de denúncias de especialistas em Meio Ambiente expõem o descaso com a preservação ambiental e a negação da realidade. O uso do discurso da defesa do Meio Ambiente como impeditiva do desenvolvimento tem impulsionado o desmonte da legislação, favorecendo setores econômicos em detrimento dos direitos da população. A liberação generalizada de agrotóxicos e a flexibilização da legislação ambiental poderão ter consequências irreparáveis, como o foram os crimes em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. As propostas de abertura para compra de terras por estrangeiros e o acordo de salvaguardas com os Estados Unidos para o uso da Base de Alcântara atentam contra a soberania do território brasileiro.

41. Políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como aquelas que promovem a produção de alimentos pelos trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar, também estão sendo esvaziadas e encerradas. As políticas de crédito agrícola, assistência técnica, promoção de produção agroecológica e comercialização foram praticamente dizimadas. Ao mesmo tempo, são relaxadas as normas que restringem o uso de agrotóxicos na Agricultura. As políticas de Regularização Fundiária e de Reforma Agrária foram congeladas.

42. A Política de Valorização do Salário Mínimo, proposta pela CUT, aprovada pelo Congresso Nacional e implantada em 2004 pelo ex-Presidente Lula, garantia o ganho real do mínimo sempre que houvesse crescimento econômico. Foi um dos principais instrumentos para reduzir desigualdades, melhorar a remuneração média dos trabalhadores, ampliar o mercado interno e garantir melhores condições de vida para trabalhadoras e trabalhadores. Bolsonaro decidiu acabar com essa política e reduzir o valor do reajuste do piso nacional, reajustando apenas pela inflação.

Ataque aos direitos e aos sindicatos

43. O ataque aos direitos foi aprofundado com a antirreforma trabalhista, aprovada em 2017, que suprimiu cerca de 100 artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). As mudanças instituem contratos precários, ampliam a jornada e também flexibilizam seu uso, pioram as condições de trabalho, facilitam a demissão, criam um ambiente desfavorável à negociação coletiva, fragilizam a organização sindical e dificultam o acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho.

44. A ofensiva contra os sindicatos continuou. Em janeiro, foi editada a MP 871/2019 visando, desta vez, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ao cassar sua atribuição de comprovar o trabalho do agricultor familiar para fins de acesso à Previdência Social, além de restringir o acesso de brasileiros e brasileiras a benefícios (pensão por morte, auxílio-reclusão, licença-maternidade, Benefício de Prestação Continuada - BPC) e à aposentadoria). Em fevereiro, foi editada a MP 873/2019, que procurava asfixiar o movimento sindical criando dificuldades para o pagamento da mensalidade dos sindicalizados. Embora tenha caducado, empresas e setores expressivos da administração pública continuam violando a lei que determina o desconto em folha da mensalidade e da taxa negocial. Está em tramitação no Congresso a MP 881/2019 que libera o trabalho aos domingos e feriados sem a necessidade de aprovação em Convenção Coletiva, desobriga o pagamento em dobro do trabalho efetivado nesses dias, além de permitir ao empregador usar o registro de ponto por exceção (quando o trabalhador só faz registro do tempo que fizer horas extras ou faltar ao serviço).

45. A contrarreforma da Previdência apresentada pelo governo segue na mesma linha, tendo como objetivos: transferir recursos do Fundo Público - que seriam destinados a aposentadorias e benefícios - para o pagamento da dívida pública, favorecendo bancos e setores rentistas da sociedade; excluir parte dos trabalhadores e trabalhadoras da aposentadoria; retardar o acesso à aposentadoria e aos demais direitos previdenciários; reduzir o valor dos benefícios. Apesar de o texto substitutivo ter retirado os pontos mais cruéis do projeto, em decorrência da mobilização do movimento sindical e popular, a conta da reforma da Previdência continua a ser paga pelos trabalhadores: mantém a idade mínima (o que pode resultar em milhões de trabalhadores fora do sistema) e reduz o valor da aposentadoria, impondo condições de vida mais precárias na velhice para aqueles que conseguirem se aposentar.

46. Notícias divulgadas na imprensa informam ainda a intenção do governo de continuar a ofensiva contra os sindicatos com uma reforma sindical, eliminando o Art. 8º da Constituição Federal e estabelecendo, no âmbito do Código Civil, novos parâmetros para a organização sindical. A CUT reafirma sua posição histórica em defesa da liberdade e autonomia sindical, reiterando que mudanças no padrão de organização sindical devem ser efetivadas com a participação das entidades sindicais e a partir de regras e princípios que respeitem normas da OIT.

Aumento da desigualdade

47. Diante de um quadro de crescimento da pobreza e da violência o governo de Bolsonaro vem atuando na contramão dos interesses da maioria explorada e oprimida da sociedade, com a redefinição das políticas construídas para combater as desigualdades e garantir direitos dos segmentos mais vulneráveis. A extinção de inúmeros conselhos de gestão de políticas públicas e a redefinição da composição daqueles que permaneceram, deles excluindo representantes de setores que se manifestam críticos ao governo, demonstra seu caráter autoritário e excludente.

48. As políticas sociais de redistribuição de renda estão sendo desarticuladas. O caráter virtuoso do Bolsa Família, para além da garantia de uma renda mínima às famílias pobres, assenta-se na integração de políticas públicas de Saúde, Educação, Segurança Alimentar, inclusão produtiva e geração de renda e também no efeito multiplicador do benefício na economia local. Essa potência do programa se perde pela estagnação econômica, crescimento da pobreza e pelos cortes no orçamento das políticas associadas.

49. As políticas públicas de combate às desigualdades por gênero, raça ou etnia, orientação sexual, geração ou deficiência foram encerradas ou se mantêm com um conteúdo fortemente moralista e conservador.

50. A restrição na já escassa oferta de educação infantil e escola integral e a precarização da rede de atendimento de saúde e assistência social sobrecarregam as mulheres com o trabalho de cuidados. A crise econômica gera o desemprego e faz disparar o trabalho doméstico, sem proteção social. A reforma Trabalhista e a da Previdência tornam o mercado de trabalho ainda mais inóspito para as mulheres e as colocam mais distantes da possibilidade de aposentadoria. Não por acaso, a violência contra as mulheres dispara, no esteio do discurso de um presidente misógino.

51. O racismo é sem dúvida um dos pilares de sustentação do Capitalismo e, no Brasil, é uma marca histórica que faz com que a população negra seja a mais afetada pela desigualdade e pela violência. Mesmo representando 54% da população do país, estão entre os 78% mais pobres, sendo três em cada quatro pessoas. No mercado de trabalho ocupam a maioria dos postos em condições precária, enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira e na igualdade salarial, com diferença de quase 30% a menos que os brancos.

52. Mais de 70% das pessoas assassinadas no Brasil são negras ou pardas. Os jovens negros de 15 a 19 anos são vítimas de mais da metade das mortes violentas do país, com aumento de 429% nos últimos 20 anos. Nesse cenário, a redução da maioridade penal volta a ser discutida como “solução” para a segurança, e o Pacote Anticrime, principal aposta do atual Governo Federal para combater o problema da criminalidade, propõe alterações no Código Penal - entre elas a promessa de campanha feita por Bolsonaro de dar “licença para matar” aos policiais, quando trata de ampliar o chamado excludente de ilicitude para homicídios cometidos por agente policial ou de segurança pública em serviço quando movidos por “medo” ou “surpresa”.

53. O Brasil abriga a quarta maior população prisional do mundo, sendo mais da metade (61,6%) pretos e pardos. Atualmente, 40% da população carcerária no Brasil é composta por pessoas ainda não condenadas - presas provisoriamente - índice ainda maior entre mulheres, que chega a 45%. A chamada guerra às drogas sobrecarrega o sistema carcerário, fortalece as facções criminosas e não reduz o uso de entorpecentes. Ao mesmo tempo que aponta para uma política de aumento do encarceramento, o governo Bolsonaro enfraquece e desmonta o MNPCT - Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura, em funcionamento desde 2015, que fiscalizava as unidades prisionais e socioeducativas, em flagrante desrespeito à Convenção da ONU sobre Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

54. A crise econômica obriga os jovens a buscarem o mercado de trabalho mais cedo, dificultando a permanência na escola. O desemprego nessa faixa etária é o dobro da média nacional, e o que lhes restam

são as ocupações mais precárias e o trabalho informal. O ataque ao Ensino Superior e Tecnológico públicos e as restrições ao PROUNI (Programa Universidade para Todos) e ao financiamento estudantil tornam ainda mais difícil a qualificação profissional e o acesso à universidade. A falta de espaços públicos de lazer e a política de segurança discriminatória tornam a juventude da periferia, em particular a juventude negra, vítima preferencial do crime organizado e da violência policial.

55. A população LGBT, alvo de ataque Bolsonaro e da extrema direita, busca afirmar suas conquistas como a união civil e a criminalização da homofobia, frente às ameaças de retrocesso e à escalada da violência. As pessoas com deficiência, as primeiras a serem expulsas do mercado de trabalho, são submetidas ao constrangimento do pente-fino da Previdência e da Assistência Social, e assistem a governo e patrões aliados na desconstrução da política de cotas.

56. Os ataques do governo Bolsonaro aos direitos, à democracia, à soberania nacional, e o desmonte que vem sendo efetuado das políticas públicas de Educação, Saúde e Proteção Social não aconteceram sem a resistência dos sindicatos e dos movimentos populares, que saíram às ruas nas capitais dos estados e cidades do interior em protesto, nos dias 8 e 29 de março; no 1º de maio, manifestações foram realizadas em defesa do emprego e contra a antirreforma da Previdência, numa ação de unidade das Centrais Sindicais; os professores fizeram uma greve nacional em 15 de maio; os sindicatos realizaram mais uma Greve Geral em 14 de junho, que contou com a adesão de milhões de trabalhadores; promoveram novas paralisações e saíram novamente às ruas no dia 13 de agosto. No dia seguinte, 14 de agosto, a Marcha das Margaridas, símbolo de muitas lutas, inundou as avenidas principais de Brasília. Apesar de não terem conseguido barrar a aprovação da antirreforma da Previdência na Câmara dos Deputados, as palavras de ordem e os gritos de protesto que ecoaram Brasil afora nessas diversas ocasiões demonstram que a classe trabalhadora e parcela significativa da sociedade não aceitam e resistem aos desmandos do atual governo. Apoiada nesse movimento de resistência, a CUT continuará lutando pelo fim do governo Bolsonaro, da coalizão que o sustenta e da prisão ilegal de Lula.

Internacional

57. É fundamental que os trabalhadores e as trabalhadoras, através de suas entidades e organizações, reforcem suas posições e reivindicações em uma perspectiva de lutas nacionais, regionais e internacionais - na melhor tradição da solidariedade internacionalista - articuladas na defesa de um mundo de paz, direitos humanos, trabalho decente, e com respeito à soberania e a autodeterminação dos povos. A luta de classes deve assegurar que as mudanças tecnológicas estejam a serviço de toda a humanidade e não apenas aos interesses acumulativos do capital; o aumento da produtividade geral da economia deve significar redução da jornada de trabalho e redistribuição de renda e riquezas. Defender os direitos, os sindicatos e as conquistas da classe trabalhadora -que estão sendo ameaçados pela ofensiva conservadora -, articulada à defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda às contradições e crises do sistema econômico capitalista serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos.

58. Frente à necessidade da organização da classe trabalhadora em nível internacional - para fazermos frente ao capital organizado globalmente - é importante trabalhar pelo fortalecimento da CSI (Confederação Sindical Internacional), da CSA (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), das Federações Globais, bem como seguir ampliando alianças com outras organizações de trabalhadoras e trabalhadores.

- a. Como parte da articulação e da luta sindical internacional é essencial defender as redes sindicais e os acordos marco globais como mecanismos de negociação da classe trabalhadora com empresas multinacionais.
- b. Devemos fortalecer a luta pela organização em cadeias de valor e abastecimento, compreendendo que a exploração do capital sobre a classe trabalhadora se dá em toda a cadeia e é necessário que as trabalhadoras e trabalhadores possam estar preparados para defender seus direitos e enfrentar os interesses do capital em todo o processo de acumulação - a CUT deve seguir aprofundando a experiência positiva de redes sindicais, nacionalmente e internacionalmente.
- c. Lutar pela aprovação de um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos e que o mesmo aborde também as questões do mundo do trabalho. Um tratado que esteja em conformidade com as Diretrizes da OCDE, com os Princípios Diretores da ONU e com a Declaração da OIT sobre Multinacionais. O tratado deve garantir que as empresas passem a ser responsabilizadas por todas as violações que ocorram em suas cadeias produtivas.
- d. Para a estratégia da CUT é essencial a ação permanente em órgãos multilaterais como OCDE, OEA¹, BRICS etc., fazendo frente aos interesses neoliberais e conservadores, defendendo os interesses da classe trabalhadora e reivindicando que estes espaços estejam abertos ao diálogo social e comprometidos com direitos humanos, sociais e trabalhistas.
- e. Destaque para o fortalecimento de organismos e espaços internacionais tripartites, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT representa um espaço privilegiado de debates sobre as questões normativas do mundo do trabalho e onde a representação sindical luta pela defesa dos direitos trabalhistas, garantindo, dessa forma, condições de trabalho justas para os/as trabalhadores/as. A CUT se compromete com o aprofundamento das pautas e reivindicações sindicais na agenda da OIT, reafirmando uma postura proativa de defesa e fortalecimento de seu

1 Organização dos Estados Americanos.

sistema normativo e de controle diante das cada vez mais graves violações aos direitos trabalhistas, sindicais e sociais.

- f. Promoção e defesa dos direitos humanos de migrantes e pessoas em situação de refúgio, inclusive seus direitos previdenciários, trabalhistas, sindicais (como o de se sindicalizar), sociais, econômicos e políticos visando o reconhecimento, a participação e atuação dos migrantes como sujeitos de direitos.
- g. Para enfrentar a ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora, a CUT deve buscar organizar, junto a outras centrais e organizações parceiras, campanhas internacionais em defesa da democracia e dos direitos humanos e dos trabalhadores/as. Devemos fortalecer a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), utilizar e aproveitar a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) como uma ferramenta fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. A CSI deve, cada vez mais, assumir seu papel de organização sindical e social plural capaz de superar a brecha econômica e política entre os trabalhadores do Norte e do Sul.

Nacional

59. O retrocesso político e civilizatório e o aprofundamento da crise econômica e social no país são o resultado do golpe de 2016 e do projeto da coalizão de forças golpistas (entidades empresariais multinacionais e nacionais, partidos de direita, militares, setores do judiciário) que tomou o poder e que continua sendo sustentada pelos meios de comunicação e pelos setores reacionários da sociedade. Para a CUT é fundamental derrotar essa coalizão de forças políticas e retomar a luta pela construção da democracia brasileira, sustentada em reformas estruturais que criem condições para a retomada do crescimento, com base em outro projeto de desenvolvimento, onde prevaleçam os interesses da classe trabalhadora e dos setores populares comprometidos com a superação da exploração do trabalho e a construção do socialismo.

60. Não será uma luta fácil, pois será travada num cenário adverso. A classe trabalhadora já enfrentou situações piores no passado e vencemos. No entanto, é preciso reconhecer que partimos de uma correlação de forças desfavorável, onde uma conjugação de forças poderosas nos impôs, nos últimos anos, derrotas significativas. Mas é um quadro que pode ser revertido.

61. É nesse contexto que devemos atualizar a estratégia da CUT para os próximos anos. É preciso combinar a resistência aos retrocessos, com a construção da força política e social capaz de derrotar a ofensiva da burguesia. A resistência será mais efetiva, quanto mais nítida forem as alternativas que apresentarmos ao conjunto da classe trabalhadora. A nossa força política e social será maior, quanto maior for nossa capacidade de representar e organizar os trabalhadores/as. Assim, a Estratégia da CUT se estrutura em três eixos principais de atuação: primeiro, o da resistência visando mudar a correlação de forças para derrotar a coalizão de forças golpistas; segundo, o da intensificação da luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho; terceiro, o de fortalecimento do sindicalismo classista representado pela CUT.

62. Tão importante quanto ter um projeto coerente e articulado de ideias e ações programáticas para compor um campo de alianças e fazer o enfrentamento político, é a necessidade de atualizar periodicamente a leitura do cenário político e econômico onde se dá a luta de classes, traçando as linhas de ação tática, que possam alterar a nosso favor a correlação de forças.

Eixo I - Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

63. A luta para derrotar as forças que sustentam o retrocesso político e civilizatório e a ofensiva do capital contra os trabalhadores está no centro da estratégia da CUT e dos sindicatos, como instituições comprometidas com a defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora. A luta por melhores condições de vida e trabalho nos leva ao engajamento no processo de transformação da sociedade em direção à democracia e ao socialismo, por meio da construção de alternativas dos trabalhadores para o Brasil.

64. A velocidade em que se desenrolou o golpe de 2016 e a virulência do programa de ataques aos trabalhadores que a ele se sucedeu deixa nítida a radicalidade. O golpe, a unidade programática da direita e a eleição fraudulenta de um governo alinhado a essas propostas e ao perfil autoritário, demonstram que o espaço institucional para a defesa dos direitos dos trabalhadores, junto aos três poderes, é hoje muito limitado. Essa realidade reforça o caráter estratégico da construção nas lutas de uma maioria classista capaz de mudar a correlação de forças em favor das alternativas políticas e programáticas que atendam aos interesses da classe trabalhadora.

65. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos, conforme afirmamos em nosso 2º Congresso. A relação da CUT com os movimentos sociais e organizações representativas dos setores populares e democráticos é parte de uma estratégia permanente da Central, de promover alianças que fortaleçam nossas lutas. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo são atualmente espaços fundamentais de articulação da CUT e das organizações que as impulsionam para promover a unidade da classe trabalhadora e de todos os setores explorados e oprimidos de nosso povo, incluindo partidos comprometidos com os seus interesses, para o enfrentamento contra o governo Bolsonaro e as forças sociais e políticas que apoiaram a sua eleição, bem como para combater as políticas que atacam os direitos trabalhistas e sociais, que destroem a soberania nacional com as privatizações, venham de onde vierem. A CUT seguirá atuando pela unificação das duas frentes e pela expansão e manutenção das suas dinâmicas de organização e luta através da presença e ação organizada do sindicalismo CUTista na sua construção, buscando a unidade em torno de reivindicações e pontos políticos que apontem para a construção de uma nação livre, democrática e soberana.

66. A CUT tem um compromisso com a construção da unidade da classe trabalhadora baseada na vontade, na consciência e na ação concreta. A unidade da classe é um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. A luta em defesa dos direitos, especialmente contra as reformas Trabalhista e Previdenciária, propiciou, em algumas regiões e momentos, a unidade dos setores organizados da classe trabalhadora, com destaque para as greves gerais de 2017 e de 2019, destacando a mobilização em defesa da Seguridade Social e da Educação nessas lutas. Seguiremos desenvolvendo uma relação de unidade e autonomia, baseada na estratégia e nos princípios CUT, com todas as organizações sindicais e com os movimentos sociais e populares, da cidade e do campo, colocando sempre em primeiro plano os interesses da classe trabalhadora e o enfrentamento à classe dominante.

67. Será uma luta contra-hegemônica na qual o Sindicato terá um papel importante. A ideologia do capital funda-se na lógica do lucro, da competição e da supremacia do mercado, em detrimento dos direitos, da solidariedade e da democracia. O neoliberalismo aprofunda essas ideias, buscando totalizar a tudo e a todos na lógica da mercantilização e da individualização das relações, produz exclusão e, na sua forma mais extrema, ódio e violência. Para a CUT, o enfrentamento dessa realidade passa pela necessária

atualização do projeto organizativo do sindicalismo, processo que leva à recuperação da solidariedade da classe trabalhadora e ao fortalecimento de valores e princípios que contestam o ideário neoliberal.

68. Ao definir o papel da CUT na luta mais geral pela transformação da sociedade, é fundamental distingui-lo daquele que cabe aos partidos políticos, como apontam as resoluções do 2º CONCUR: *“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora. A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos”*.

69. Além da força política e social é fundamental a apresentação de alternativas nítidas suficientes para despertar na classe trabalhadora novas esperanças num país justo, democrático e solidário. A CUT renova o compromisso com a defesa e construção dessas alternativas para a classe trabalhadora, considerando o acúmulo histórico da Central e as necessidades imediatas da classe. Essas alternativas têm por base a articulação e as lutas em torno dos seguintes princípios indissociáveis:

1 - Defesa dos direitos

70. Os direitos sociais e políticos do povo brasileiro são resultado de lutas históricas da classe trabalhadora e de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e democrática. A estratégia da Central incorpora a defesa intransigente dos direitos, a organização da resistência da classe trabalhadora e do povo brasileiro às tentativas de suprimi-los e a luta permanente pela reversão dos retrocessos implementados desde 2016 (Emenda 95, Reforma Trabalhista, Terceirização irrestrita, Reforma da Previdência, Privatizações).

2 - Luta pela democracia

71. Diante da crise de reprodução do capital, a democracia tornou-se um obstáculo a ser destruído para a classe dominante. É a democracia e as instituições democráticas que têm o potencial de limitar o fluxo de apropriação capitalista dos fundos públicos e a exploração mercantil dos direitos (Saúde, Educação etc.), recursos naturais (terra, água, minerais) e serviços fundamentais (água encanada, saneamento básico, energia elétrica etc.). Ela é, ao mesmo tempo, um princípio constitutivo da CUT e da organização da classe trabalhadora e um componente fundamental do nosso projeto de sociedade e de desenvolvimento. Lutamos por uma ordem democrática em que impere a soberania popular e na qual possam se realizar reformas (política, judiciária, urbana, agrária, tributária) que apontem para uma sociedade justa e plena de direitos.

72. Defendemos, portanto, a luta pela construção da democracia no Brasil. Golpeada em 2016 e manipulada desde então, vivemos sob um Estado de Exceção, no qual aqueles que deveriam zelar pela democracia alternam-se na submissão ao capital, ao imperialismo, aos militares, à mídia oligopolizada ou aos seus próprios interesses corporativos. Essa construção da democracia brasileira exige o desenvolvimento de duas lutas imediatas e articuladas: a luta pelo fim do Governo Bolsonaro, que significa a queda do bloco

político que o sustenta, e não só do presidente. E a luta pela consequente restituição da soberania popular, com novas eleições livres, justas e plenamente democráticas, que só podem acontecer com Lula livre e participando ativamente do processo político. Devem ser seguidas pela convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, encarregada de fazer as mudanças estruturais que fortaleçam a democracia e criem as condições para construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país. A prisão política de Lula, que o tirou da disputa presidencial e elegeu uma fraude, é o maior símbolo dessa construção democrática interrompida. Seu encarceramento, através de um processo político e da condenação por um juiz parcial, visa paralisar, amedrontar e desmoralizar a classe trabalhadora. Por isso, a luta pela libertação de Lula e anulação de sua pena possui importância estratégica para a CUT.

3 - Defesa da soberania nacional

73. Soberania nacional e democracia andam juntas. Uma nação só é soberana quando seu Estado é subordinado aos interesses de seu povo. E o governo Bolsonaro orgulha-se de sua submissão aos interesses imperiais estadunidenses e aos interesses do capital financeiro. A estratégia econômica vigente busca o crescimento através do investimento privado estrangeiro, aplicado nas operações capitalistas de exploração de recursos naturais e na privatização selvagem do patrimônio público. A estratégia da CUT aponta em sentido oposto: a exploração soberana, sustentável e democrática dos nossos bens naturais como alavanca para uma mudança da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. Para isso, o país não pode abrir mão da ação indutora e reguladora do Estado em setores estratégicos da economia. A defesa e o cuidado com nosso território fazem parte de um projeto de nação soberana, por isso é urgente o fim do desmatamento e da mineração predatória na região amazônica, a demarcação das terras indígenas, a manutenção das suas reservas e a promoção do desenvolvimento local, baseadas no conhecimento tradicional, na inclusão econômica das populações e no uso sustentável da terra e das águas. Uma política externa ativa e altiva é o caminho soberano do Brasil na construção de relações internacionais multilaterais e de uma geopolítica multipolar.

Eixo II - Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

74. A luta por melhores condições de vida e trabalho nos leva ao engajamento no processo de transformação da sociedade em direção à democracia e ao socialismo, por meio da construção de alternativas dos trabalhadores para o Brasil.

75. Os processos de construção de desigualdade, que hoje tendem a superar os limites clássicos da exploração do trabalho, buscam criar uma sociedade onde o trabalho perde a centralidade. É nesse contexto que a CUT deve questionar com mais intensidade os pilares dessa dominação capitalista e apresentar projetos de sociedade, de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais (hegemonizados pelo capital), um projeto democrático e popular, com centralidade do trabalho e combate às desigualdades.

76. Assim, a CUT deve potencializar suas ações para a construção dessa alternativa de desenvolvimento, baseada nas definições de diversos congressos e consubstanciadas na Plataforma da CUT para o Desenvolvimento e que contribuíram para a construção da PLADA - Plataforma de Desenvolvimento das Américas, organizada pela CSA - Confederação Sindical das Américas, com uma agenda propositiva desde o âmbito local até o nacional.

77. Essa Plataforma, com as necessárias atualizações, conterà propostas e medidas visando o crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, inclusão social e o combate às mais diversas discriminações, orientando nossos sindicatos, ramos e estaduais para o enfrentamento e combate às nefastas políticas atuais, revertendo as diretrizes erráticas implementadas no governo Bolsonaro, com priorização das seguintes diretrizes estratégicas:

- a. Geração de Emprego Decente e Igualdade, priorizando a retomada das políticas voltadas para o combate às desigualdades de gênero, raça, juventude; o combate ao desemprego através da retomada do crescimento e de políticas voltadas para a qualificação dos trabalhadores, intermediação na busca de emprego, proteção aos desempregados (seguro desemprego) e geração de empregos de qualidade e decentes, assim como a consolidação de uma política de valorização do Salário Mínimo;
- b. Transição ecológica para uma economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado, com investimento em desenvolvimento nacional de tecnologias para matriz energética renovável e modernização da matriz produtiva brasileira, com transição justa de seus trabalhadores/as e comunidades impactadas;
- c. Estado como indutor do desenvolvimento, com política de progressiva desmercantilização dos serviços públicos essenciais e reestatização de empresas públicas essenciais para a população, equilíbrio fiscal e justiça tributária, com uma educação pública e de qualidade e o fortalecimento do sistema de proteção social;
- d. Sistema financeiro com controle da especulação financeira e do rentismo, fortalecimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento nacional e regionais, além de participação social na definição dessa regulação;
- e. Retomada da indústria nacional com foco no readensamento tecnológico e de cadeias produtivas de valor, maior esforço inovador articulado com universidades e centros de pesquisa, com apoio a setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, e políticas que utilizem de forma estratégica as empresas estatais;
- f. Incremento da democracia participativa, com participação popular na definição dos rumos do país e comunicação a serviço da sociedade e da democracia;
- g. Fomento ao modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com democratização do acesso à terra, Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar e camponesa e da soberania e segurança alimentar e nutricional;

Eixo III - Ampliar a representação e fortalecer a organização, com atualização do projeto organizativo da CUT

78. A CUT buscou, desde a sua fundação, romper as amarras do modelo corporativo de organização e ação sindical. Reafirmou, no 3º CONCUR, realizado em 1988, a concepção classista da Central: independente do Estado e autônoma em relação a partidos políticos; que busca a unidade como decisão dos trabalhadores, forjada na luta, e não como imposição legal; de massa, aberta ao conjunto dos trabalhadores que coloca em movimento a defesa de seus interesses imediatos e históricos; que promove a participação dos trabalhadores em suas instâncias, valorizando a democracia interna; organizada a partir do local de trabalho, considerando a democratização das relações de trabalho elemento estruturante da sociedade democrática. É fundamental reafirmar esses princípios, assim como mantê-los em prática. Aprovou nesse

Congresso uma estrutura que articula a dimensão horizontal e de classe (CUT Nacional e Estaduais da CUT) com a dimensão vertical (Ramos, organizados a partir do Sindicato).

79. Três décadas após o 3º CONCUR, o mundo do trabalho vem passando por profundas transformações: os trabalhadores do setor formal representam apenas um segmento de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e diversa, na qual aumenta o peso do trabalho precário; não conseguimos superar o modelo sindical corporativo ao qual continuamos presos e em certa medida adaptados. Mudanças nesse sistema foram impulsionadas pela reforma trabalhista e serão aprofundadas por medidas anunciadas pelo atual governo, visando enfraquecer ainda mais os sindicatos, ao promover sua fragmentação.

80. Estamos diante de um quadro que torna o debate sobre a atualização do projeto organizativo da CUT crucial, conferindo maior representatividade à organização sindical e potencializando sua ação em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

81. O Sindicato deve se afirmar como instituição de representação classista, capaz de acolher e incorporar as aspirações econômicas, sociais e políticas de todos os trabalhadores, de uni-los enquanto sujeitos de direitos, de promover sua consciência de classe e de os colocar em movimento onde seus direitos e interesses são atacados - o local de trabalho e o território. Não conseguiremos fazer essas mudanças sem forte investimento na formação política de dirigentes e de militantes, sem inovar radicalmente a política de Comunicação do sindicalismo CUTista.

82. O atual momento cria a oportunidade para fazermos mudanças, reafirmando a concepção sindical aprovada no 3º CONCUR, a começar pelas mudanças que podemos e devemos operar na estrutura e organização sindical, considerando as seguintes diretrizes:

- a. Ampliar a representação sindical para o conjunto da classe trabalhadora, ultrapassando o conceito de categoria profissional. O que significa que os sindicatos devem buscar representar o conjunto dos trabalhadores do seu ramo de atividade econômica, com vínculo formal ou vínculo precário de emprego, outros segmentos como trabalhadores informais e desempregados, com o objetivo de lutar pela formalização e pelo emprego e renda. Os sindicatos devem ser espaços de articulação e unidade em torno de interesses comuns dos segmentos da classe trabalhadora;
- b. Priorizar, fortalecer e ampliar a organização e representação das mulheres, da juventude e da população negra é imperativo para o sindicalismo que busca representar o conjunto da classe. A discriminação, a exclusão e a precarização desses trabalhadores/as fazem com que o machismo, o racismo e exploração do trabalho juvenil contribuam para que mulheres, negros e jovens sejam os mais explorados pelo capital;
- c. Garantir que os princípios que asseguram o direito de livre organização sindical, em consonância com as normas da OIT que fundamentam este direito nas sociedades democráticas, estejam presentes na Constituição Federal;
- d. Promover a organização por ramo de atividade econômica com o objetivo de estimular processos articulados de negociação coletiva e de promover políticas setoriais de desenvolvimento que atendam aos interesses dos trabalhadores representados pelo ramo;
- e. Fortalecer a estrutura horizontal da CUT, promovendo a democracia interna, a solidariedade, a autossustentação financeira, a relação com Sindicatos e Ramos, visando coordenar as ações e lutas de interesse da classe trabalhadora.
- f. Assegurar o autofinanciamento das entidades sindicais, por meio de deliberações aprovadas democraticamente em assembleia, como a contribuição associativa e taxa negocial, a sindicalização e outras iniciativas.

-
- g. Fortalecer o sindicalismo rural em consonância com um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, de valorização da Agricultura Familiar e dos assalariados rurais, e que considere as especificidades históricas de construção da luta no campo.

Atualizar o projeto organizativo da CUT, considerando sua complexidade e respeitando os espaços internos de tomada de decisão. As transformações propostas poderão envolver conflitos e disputas de interesse que devem ser submetidos a um processo de coordenação envolvendo Sindicatos, Ramos, Estaduais da CUT e CUT Nacional e a seus fóruns de tomada de decisão.

III. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Ampliação da representação e fortalecimento da organização, com atualização do Projeto Organizativo da CUT

Introdução

83. A CUT organiza, representa sindicalmente e dirige, numa perspectiva classista, a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos/as e inativos/as, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em defesa da democracia e rumo ao socialismo.

84. Para tanto, nossa organização e estrutura sindical deve ser aquela coerente e articulada com a nossa estratégia sindical. Uma estratégia que se pauta por ampliar a organização e a representação do conjunto da classe trabalhadora, a luta por direitos sociais e do trabalho e, conseqüentemente, pela transformação social.

85. O capitalismo contemporâneo - marcado pela financeirização do capital e por uma série de transformações tecnológicas - produz profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global, que se torna assim cada vez mais fragmentada, heterogênea e complexa. Se, por um lado, nós trabalhadoras e trabalhadores dependemos da venda da nossa força de trabalho, por outro, cada vez mais vivenciamos o flagelo do desemprego e da precarização da contratação e das relações de trabalho.

86. Hoje, com a contínua desconstrução do sistema legal de contratação - através dos sucessivos ataques empreendidos por governos neoliberais e de extrema-direita - coexistem no mercado de trabalho diversas formas de relações laborais: trabalhadoras e trabalhadores com contrato formal, com contrato por tempo indeterminado, com o contrato temporário, intermitente, por tempo parcial, eventual, não formalizado (sem carteira), terceirizado, autônomo (inclusive contínuo), pessoa jurídica, MEI¹, teletrabalho, trabalhadoras domésticas, trabalhadores de plataformas, home Office, formas associativas de trabalho, além das trabalhadora e dos trabalhadores desempregados.

87. Os desafios que a CUT enfrenta são enormes: além da mudança radical na organização da produção e do trabalho, do aumento do desemprego, da precarização, do aumento da pobreza extrema entre os trabalhadores, da concentração de renda e das desigualdades sociais, enfrentamos o desmonte da organização sindical e da pulverização de nossas bases. Uma ofensiva ideológica que promove o ódio e a criminalização do movimento sindical, que nega a identidade e a solidariedade de classe, que naturaliza a discriminação e as desigualdades, ao mesmo tempo que promove o individualismo e valores conservadores.

88. O movimento sindical também deve considerar que a classe trabalhadora não é homogênea, é formada por negros e negras, mulheres e homens, idosos e jovens, trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, população LGBT, e que a inserção ocupacional desses segmentos populacionais é marcada por discriminações e preconceitos, o que aponta pautas que as entidades sindicais necessitam organizar.

89. Atualmente, dos cerca de 106 milhões da chamada PEA (População Economicamente Ativa), apenas 33 milhões são trabalhadores/as com carteira assinada e 11 milhões estão formalizados no setor público - de um total de 95 milhões de ocupados, entre os assalariados, 18,2 milhões não tem carteira de trabalho assinada. Os autônomos/conta própria já somam 24 milhões. Existe um vasto contingente de trabalhadores/as que ainda não são sindicalizados/as e apenas cerca de 17% dos trabalhadores com carteira assinada e estatutários são filiados em alguma entidade sindical.

¹ Microempreendedor Individual.

90. São essas mudanças que levam a CUT, no seu 13º Congresso, à necessidade de atualizar sua organização sindical. Trata-se de definirmos uma linha de ação estratégica que vise fortalecer nossas organizações e estruturas, ampliando sua base de representação, elevando sua representatividade, assim como avançando em direção a formas solidárias e coletivas de ação próprias do sindicalismo classista. Não conseguiremos fazer essas mudanças sem forte investimento na Formação política de dirigentes e militantes e sem inovar radicalmente a política de Comunicação do sindicalismo CUTista.

91. Se devemos combater a flexibilização e a precarização, não podemos aceitar que nenhum trabalhador ou trabalhadora fiquem à margem da organização sindical e das lutas por conquistas e ampliação dos direitos. Ao contrário, as mudanças estruturais do trabalho e a desregulamentação da proteção trabalhista, demandam outro modelo organizativo de Sindicato e de Central. Mudanças que reafirmem nossa vocação de organizar o conjunto da classe trabalhadora - através dos seus sindicatos e demais organizações de caráter classista - compromissos históricos e condizentes com as mudanças do mundo do trabalho, da composição da classe trabalhadora e do atual estágio da luta de classes.

92. O Eixo 3 da Estratégia expressa essas necessidades e objetivos, reafirmadas e deliberadas aqui:

- a. reiteramos o princípio da liberdade e autonomia sindical como elemento constitutivo e estruturante do sindicalismo CUTista, tendo como referência a Convenção 87 da OIT (Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização), ao mesmo tempo que lutamos pela plena implementação das Convenções 98(Direito de Sindicalização e negociação coletiva), 151 (Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública) e 135 (Proteção de Representantes de Trabalhadores);
- b. tendo em conta as transformações que geram um contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras à margem da organização sindical, reiteramos o objetivo de ampliar a representação sindical para o conjunto da classe trabalhadora, ultrapassando o conceito de categoria profissional e o de um sindicato restrito a esse conceito. Para tanto, devemos identificar e organizar trabalhadores/as, associações de trabalhadores/as de caráter classista no contexto dessa nova configuração do mundo do trabalho (trabalho precário, informais, desempregados, trabalhadores/as de plataforma, MEIs etc.), visando ampliar a organização e a representação do conjunto da classe trabalhadora;
- c. reafirmamos a importância de resgatar sindicatos que se afastaram do cotidiano e das instâncias da CUT, promover a fusão de entidades sindicais, além de orientar e promover um processo imediato de filiação de novos sindicatos, associações de caráter classista e outras formas de organização da classe trabalhadora. Essas novas formas de organização devem se articular por meio das Estaduais da CUT e/ou Ramos da sua atividade econômica.

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NOS SINDICATOS, NA ESTRUTURA VERTICAL E HORIZONTAL

93. Estamos diante de uma disputa ideológica em que o aparato cultural, midiático e governamental fomenta a ideia da meritocracia e do sucesso individual em detrimento de uma ação coletiva defendida e respaldada pela concepção sindical que defendemos. No entanto, a história da humanidade já nos mostrou por diversas vezes que não há saída individual para problemas coletivos e que, portanto, enquanto houver explorador e explorado sempre haverá a necessidade de uma ação coletiva capaz de enfrentar e superar esses desafios.

94. É necessário enfrentar essa realidade com racionalidade e criatividade, fortalecendo o princípio de solidariedade entre as entidades CUTistas no mesmo território, onde devem se organizar numa perspectiva mais horizontal.

-
95. Nesse sentido, o 13º Congresso tem a tarefa de aprofundar a reflexão sobre a organização desde o local de trabalho até as instâncias nacionais, e de reconhecer alternativas de organização e representação visando fortalecer o sindicalismo CUTista.

Organização das Mulheres, Negros e Juventude

96. A organização e representação das mulheres, negros e jovens no interior da Central e dos sindicatos filiados são imperativos para a construção de um novo sindicalismo que represente os diversos segmentos da classe trabalhadora. As mulheres, ao longo de sua trajetória profissional, têm sido excluídas dos postos de trabalho formais, assim como a população negra e os jovens. São esses os principais segmentos que se encontram em trabalhos precários, informais e sem proteção social.
97. A CUT tem claro que, para continuar representando todos os segmentos da classe trabalhadora, deve tomar para si o compromisso de organizar e representar esses trabalhadores/as mais vulneráveis e neste sentido, considera:
- a. que a organização das mulheres, negros e jovens no interior da Central e de suas instâncias tem contribuído para uma maior intervenção na busca por igualdade e no combate às discriminações, sendo fundamental no combate à violência, à misoginia, ao racismo e na luta pela manutenção e ampliação de direitos políticos e sociais;
 - b. que ao longo de sua história, avançou muito na organização das mulheres, sendo precursora e fiadora em âmbito nacional e internacional, com a aprovação das cotas, criação de um espaço específico na sua estrutura - Secretaria - paridade nas suas instâncias de deliberação (aprovada em 2012 e aplicada em 2015), mas que é preciso ir mais além, incluindo na ação cotidiana da Central, instâncias e sindicatos as situações concretas vividas pelas mulheres no trabalho, na vida e no movimento sindical;
 - c. que as demandas trazidas pela população negra e pela juventude trabalhadora desafiaram a CUT a criar estruturas específicas no seu interior (Secretarias), importantes espaços de construção de políticas voltadas ao combate do racismo e das discriminações no trabalho e na sociedade, além de processos de organização no interior da CUT;
 - d. que esses espaços de construção coletiva ainda enfrentam limites no âmbito da Central, à medida que as questões relacionadas à relação gênero, raça/cor, geracional, permanecem desconectadas ou invisibilizadas enquanto demandas da classe trabalhadora; ou seja, essas questões devem ser assumidas coletivamente pelo conjunto das instâncias, sendo necessária essa intersecção como horizonte que norteie a nossa ação, a partir dos sindicatos;
98. A partir dessas constatações, o 13º CONCUR orienta que:
- a. as instâncias e sindicatos devam estabelecer uma política para o desenvolvimento de ações voltadas a ampliar a participação das mulheres, negros e juventude nos seus diversos espaços de direção, de representação e de formulação, bem como nas mesas de negociação;
 - b. as instâncias devam ter como foco ações que respondam aos desafios da representação e organização desses segmentos, com definição de estratégia de atuação que priorizem a sua inclusão na formação e formulação de políticas e pautas de intervenção sindical;
 - c. as Estaduais, Confederações e Federações Nacionais e Sindicatos garantam o desenvolvimento das políticas de gênero, raça e geracional, enquanto uma estratégia para superar as discriminações, a misoginia e a exclusão social, incluindo as ações necessárias em seus planejamentos estra-

-
- tégicos e nas suas prioridades de ação, principalmente nas discussões sobre as reformas iniciadas e praticadas pelos governos (Federal e estaduais);
- d. as Estaduais, Confederações, Federações Nacionais e Sindicatos, desenvolvam ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas;
 - e. as entidades dos diversos ramos busquem ampliar a representação e o alcance das negociações coletivas de forma a abarcar, além das questões relativas às demandas específicas de cada categoria, os demais temas que afetam de forma diferente as mulheres, negros/as, juventude, LGBT, indígenas e migrantes nas relações de trabalho, a exemplo da discriminação e desigualdade de remuneração e de tratamento, considerando experiências acumuladas em alguns setores.
 - f. A CUT, a partir das Estaduais e sindicatos, deva desenvolver ações voltadas à organização e construção de políticas públicas e de garantia de direitos para os segmentos (mulheres, negros, jovens, migrantes, indígenas e LGBT).
 - g. as entidades garantam em suas delegações, a ampliação da participação de jovens trabalhadores/as para os próximos Congressos.

A CUT e o trabalho associado

99. Desde o seu 5º CONCUR, realizado no ano de 1994, até o 12º CONCUR, a CUT vem produzindo um largo cabedal de resoluções sobre o tema do trabalho associado na perspectiva da economia solidária. Todo esse processo qualifica a nossa Central como uma das principais referências em termos do patrimônio político, conceitual e prático a respeito do tema. Patrimônio esse que em grande parte se materializa na Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, seu ente orgânico para lidar diretamente com o tema.
100. Ao longo de todos esses anos, as resoluções da CUT trataram de questões como reforma agrária, agricultura familiar, produção agroecológica, crédito cooperativo e solidário, comércio justo e solidário. Essas resoluções entendem o associativismo e o cooperativismo solidário na ótica do cooperativismo autêntico, cuja marca principal é a propriedade coletiva dos meios de produção e o exercício da autogestão. Esta última, sendo vista como prática política cotidiana resultante dos processos de auto-organização da classe. Estes são os principais elementos a distinguem estes empreendimentos das chamadas “coopergatos” e outras formas de intermediação usadas para mascarar a exploração e a precarização da relação de trabalho.
101. Considerando todo esse acúmulo em relação ao trabalho associado, assim como as transformações do mundo do trabalho decorrentes do atual estágio de acumulação capitalista e da atual conjuntura - discutidas ao longo de todo esse documento -, o 13º Congresso decide:
 - a. recuperar e atualizar todas as formulações sobre o tema, além de aprofundar o debate sobre o trabalho associado na perspectiva da Economia Solidária e de sua relação com o movimento sindical;
 - b. desenvolver ações em que o associativismo e o cooperativismo solidário sejam ferramentas políticas de resgate da consciência classista dos trabalhadores/as, combatendo, dessa forma, um contexto de aprofundamento do desemprego estrutural aliado às formas de contratação precárias, corroboradas por mistificações ideológicas criadas pelo capital, como a “meritocracia”, o “empreendedorismo individual”, a “teologia da prosperidade” etc., que amplia o fosso entre os vários segmentos da classe trabalhadora;

-
- c. orientar os sindicatos a estreitar as relações de solidariedade e de cooperação com segmentos urbanos e rurais da classe trabalhadora que atuam em sua base de representação e que estão organizados através de associação de pequenos empreendedores ou de cooperativas, sendo aquelas que se comungam com os nossos ideais e interesses;
 - d. que a CUT por meio de seus entes (ADS, Observatório Social etc.), estimule ações de aproximação e articulação com o campo do trabalho associado, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico através de debates, seminários, pesquisas, estudos, publicações.

A Negociação Coletiva

- 102. O direito à negociação coletiva vem sofrendo pesado ataque. É o principal campo do embate entre capital e trabalho, onde os trabalhadores/as organizados em sindicatos lutam por ampliação ou, em tempos de crise, pela manutenção de direitos. Esse é um dos principais pontos atacados na reforma trabalhista que acontece no Brasil e nas reformas que aconteceram em outros países, atendendo aos interesses do setor patronal.
- 103. A sobreposição do negociado sobre o legislado para rebaixar direitos, a legalização da terceirização sem regras, o fim da ultratividade dos acordos e convenções, a criação de novas possibilidades de negociação individual e a investida contra os sindicatos fragilizam a negociação coletiva e facilitam a retirada de direitos. A lógica das negociações coletivas foi invertida, de forma a assegurar a predominância do individualismo contra as alternativas coletivas.
- 104. O aumento da informalidade e da precarização no mercado de trabalho deixa um contingente cada vez maior de trabalhadores sem representação sindical e sem cobertura de negociação coletiva.
- 105. Em um ambiente de estímulo à fragmentação, a defesa da liberdade sindical se torna ainda mais importante, dado que se por um lado há tentativas de enfraquecimento das organizações sindicais, a liberdade sindical poderia estimular o trabalhador/a aderir ao Sindicato mais “representativo”. Assim, as diretrizes da CUT para a negociação coletiva são:
 - a. Combater a pulverização que leva ao enfraquecimento da ação coletiva, através da unificação de data-base e de pauta, de negociações as mais amplas possíveis;
 - b. criar mecanismos de centralização das negociações, como a data base, por exemplo, no âmbito dos Ramos e Macrossetores, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva, envolvendo diferentes categorias que desenvolvem a negociação coletiva num mesmo período. Da mesma forma, é urgente criar instrumentos de negociação coletiva para todos trabalhadores/as, independentemente da existência ou não de um vínculo formal de trabalho;
 - c. investir na adoção de um contrato coletivo nacional articulado em diversos níveis.
 - d. responder às demandas concretas dos trabalhadores/as por melhoria das condições de trabalho (saúde e segurança, ergonomia, jornada, ritmo do trabalho), qualificação profissional e melhores salários, visando estabelecer patamares comuns de direitos coletivos.
 - e. incluir cláusula de acesso a informações relativas aos tipos de contratos individuais de trabalho existentes nas empresas; aos contratos de trabalho terceirizados: empresas de prestação de serviços, PJs, entre outras, nos processos de negociações coletivas;
- 106. Levando em conta essas considerações e as contribuições enviadas pelas entidades, o 13º CON-CUT orienta que:

-
- a. os sindicatos tracem estratégias visando priorizar e intensificar uma relação direta com todos trabalhadores/as na sua base, independentemente da existência ou não de vínculo formal, tendo em vista avançar na representação de todos/as nos processos de negociação coletiva;
 - b. os sindicatos envolvam PJs, MEIs, estagiários, terceiros, intermitentes e outros, isto é, deve-se encontrar formas de ampliar as garantias negociais para além dos trabalhadores/as formalmente contratados.
 - c. os ramos avancem na construção de pautas mínimas comuns, de unificação de data base e de mobilização de seus sindicatos;
 - d. os ramos se articulem e se organizem de acordo com características que os unifiquem, tendo em vista fortalecer os processos de mobilização e negociação em conjunto;
 - e. as Estaduais da CUT se articulem com os sindicatos e federações, acompanhem os processos de negociação coletiva para que sejam espaço de construção de propostas de políticas públicas para garantir direitos e proteção social para os trabalhadores/as que se encontram na economia informal e em trabalho precário;
 - f. as Estaduais da CUT e a Nacional devam contribuir com os ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-base de categorias e preparação de campanhas nacionalmente organizadas pelos ramos.
 - g. a CUT desenvolva um novo programa de formação em negociação coletiva (programa que compreenda: pesquisa, curso e acompanhamento de ações), considerando todas as novas formas de contratação de trabalhadores e trabalhadoras que estão em vigor no Brasil, voltado para a estrutura vertical.

Os Sindicatos e as demais associações de trabalhadoras e trabalhadores

107. O sindicato deve se afirmar como instituição de representação classista, capaz de acolher e incorporar as aspirações, econômicas, sociais e políticas de todos/as os/as trabalhadores/as, de uni-los/as enquanto sujeitos de direitos, de promover sua consciência de classe e de colocá-los em movimento onde seus direitos e interesses são atacados - o local de trabalho e o território.
108. Um desafio que nos acompanha há muito tempo, fruto da herança da estrutura corporativa, é a unificação de sindicatos. Não podemos mais nos pulverizar em entidades com baixos percentuais de representação e sem força de negociação. É preciso efetuar fusão e unificação das lutas de entidades que representam trabalhadores/as do mesmo setor de atividade econômica, compartilham a mesma base territorial, a mesma realidade e as mesmas demandas, fortalecendo seu poder de mobilização e negociação.
109. Considerando a história, a diversidade e a realidade de cada sindicato CUTista, os passos para essa transição na atuação cotidiana, amparados nos princípios fundantes da CUT, podem ser identificados nas seguintes orientações:
 - a. avançar na sindicalização, organizando e filiando todos os trabalhadores - independentemente da forma de contratação a que estejam submetidos no local de trabalho ou fora dele - na sua base de representação, garantindo canais de diálogo visando fortalecer o coletivo, o sentimento de pertencimento, com reconhecimento de suas pautas e de suas lutas, ultrapassando, dessa forma, o conceito de categoria profissional e o de um Sindicato restrito a esse conceito.

-
- b. criar e disputar associações de trabalhadores de caráter classista e outras formas de organização da classe trabalhadora, identificando em determinados agrupamentos de trabalhadores/as que possuam pautas referentes ao mundo do trabalho, a possibilidade de criar uma associação quando estes não estejam ou não se veem representados pelas atuais entidades. Ao mesmo tempo, identificar as associações existentes, disputando-as para o campo CUTista. Construir pautas que articulem esses segmentos ao conjunto da classe trabalhadora, criando sentimento de pertencimento com o reconhecimento de suas pautas e lutas, visando sindicalizá-los ou constituir sindicatos. Essas novas formas de organização devem se articular por meio das Estaduais da CUT e/ou ramos da sua atividade econômica;
 - c. assegurar a possibilidade do trabalhador/a, no caso de desemprego, manter-se associado junto ao Sindicato por período a ser definido pelas entidades;
 - d. constituir espaços de articulação e unidade em torno de interesses comuns dos segmentos da classe trabalhadora e organizar a luta dos/as trabalhadores/as desempregados/as (por emprego, seguro desemprego, seguro social, aluguel social, renda mínima etc.), visando transformar o Sindicato no principal espaço de organização deste segmento;
 - e. fortalecer e ampliar a representação sindical no local de trabalho como forma de defender os interesses imediatos dos trabalhadores e trabalhadoras, e de inibir iniciativas das empresas de promoverem e manterem sob seu controle iniciativas de representação dos trabalhadores/as.
 - f. tornar o Sindicato efetivamente a referência da CUT no local, sendo um espaço de articulação com os movimentos populares organizados, pastorais, associações e conselhos de políticas públicas, com apoio das Estaduais e Ramo CUT, constituindo-se em polo aglutinador de políticas em defesa da classe trabalhadora; e promovendo ações no campo da cultura em sintonia com as pautas e reivindicações da comunidade, de acordo com cada realidade. Devem também fomentar iniciativas que promovam o desenvolvimento solidário com a realização de feiras, festivais e exposições de trabalhadores para trabalhadores;
 - g. recuperar e aprimorar formas de funcionamento em rede, ou seja, potencializar sua estrutura física (prédios, carros etc.), bem como seu corpo de dirigentes e funcionários/as, colocando-os, mais do que já o fazem, a serviço dos trabalhadores/as, tornando o Sindicato uma referência para o conjunto da classe trabalhadora no entorno de seu território de atuação. Incentivar uma rede solidária de sindicatos e associações que atuam no campo do mundo do trabalho e com estruturas solidárias;
 - h. identificar demandas, promover, encaminhar e disputar políticas públicas de qualificação profissional, com ações articuladas com escolas de formação profissional de sindicatos, universidades em que tenham departamentos e setores acadêmicos capazes de dialogar com nossa concepção CUTista de educação integral.

A ESTRUTURA VERTICAL DA CUT

110. No 3º Congresso, em 1988, foi aprovado que o Sindicato da estrutura sindical da CUT seria por ramo de atividade econômica, e que seria necessário definir o número de ramos da estrutura vertical da CUT e estabelecer um processo de transição entre a estrutura oficial e a estrutura da CUT.
111. A atual configuração da Estrutura Vertical da CUT, a organização em Ramos de atividades econômicas, com Federações e Confederações filiadas e orgânicas, foi deliberada no 4º CONCUR,

em 1991 e na 5ª Plenária, em 1992, quando definimos a constituição de 18 ramos, transformando os departamentos então existentes em Ramos. As resoluções da 5ª Plenária apontaram, ao definir a atual estrutura organizativa de Ramos: *“essa estrutura, que sempre criou obstáculos para a ação e a organização dos trabalhadores, não é adequada também para responder aos novos desafios que estão surgindo com o processo de reestruturação produtiva, particularmente no que se refere aos impactos das inovações tecnológicas, à flexibilização das relações de trabalho, aos novos padrões de acumulação e concentração de renda”*. Nada mais atual ao quadro de hoje.

112. A 12ª Plenária Nacional, em 2008, ratificou o texto aprovado no 9º CONCUR reconhecendo, no âmbito municipal, a equivalência entre o ramo de atividade e a esfera de contratação nos serviços públicos, garantindo a liberdade de opção dos servidores públicos e reconhece o Ramo dos Municipais, tendo como princípio a liberdade e autonomia sindical e o respeito mútuo entre os diversos ramos no serviço Público da União, estados e municípios, constituindo-se assim, os 19 Ramos existentes hoje na CUT.
113. Em 2011, a Plenária Estatutária constituiu os Macrossetores, definindo-os como espaços de formulação e articulação dos sindicatos e Ramos, sem caráter de instância.
114. O acirramento das práticas e legislação antissindical, o fim do imposto sindical sem a regulamentação de novas formas de financiamento, a tentativa de se impor um ambiente de fragmentação sindical a partir da vontade dos patrões, colocam para esse 13º CONCUR a tarefa de atualizar e aprofundar o debate sobre uma nova configuração da nossa Estrutura Vertical, alicerçada no fortalecimento da organização no local de trabalho, ampliação da representação sindical e nos princípios das Convenções da OIT nºs 87, 98, 151 e 135, deliberando por orientações que levem a avançar a organização CUTista.
115. Dessa forma, apresentamos as seguintes diretrizes:
 - a. **Reconfiguração dos Ramos da CUT:** os atuais Ramos não estão mais em consonância com nossa estrutura político-sindical atual, como também em relação à organização da produção econômica. Para melhor representar os/as trabalhadores/as e assegurar maior capacidade de negociação, devemos promover a reorganização dos nossos Ramos.
 - b. **Federações e Confederações:** estas entidades, construídas num outro momento histórico, necessitam hoje adequar-se aos desafios da atualidade. Por isso, é preciso uma aprofundada reflexão sobre qual a forma mais adequada de organização, partindo do pressuposto da unidade e fortalecimento, em contraposição à fragmentação de representação, da unificação, ampliação da base de representação e negociações articuladas, otimizando estruturas e potencializando a ação sindical.
 - c. **Macrossetores:** definidos como espaços de formulação e articulação, conforme 14ª Plenária Nacional da CUT (2014). O resultado dessa experiência, por ser diferenciado em cada um deles, demonstra a necessidade de continuar os debates no próximo período, considerando as diretrizes e resoluções do 13º CONCUR, visando uma reconfiguração dos ramos e conseqüentemente desse espaço denominado macrossetores.
116. Nesse sentido, os macrossetores abaixo apresentam propostas específicas:
117. **Macrossetor Indústria:** propõe que, no prazo de 4 anos, ao longo do próximo mandato e a partir da aprovação nesse 13º CONCUR, as entidades do setor industrial que hoje atuam no Macrossetor da Indústria da CUT, organizem a Confederação Nacional dos Trabalhadores/as da Indústria da CUT, buscando dialogar com as entidades do segmento Energia para que também participem do processo. Essa Confederação seria organizada a partir dos sindicatos de base e das federações existentes, com base nas necessidades reais dos trabalhadores/as, buscando evoluir

para um modelo organizativo, compartilhando e unificando estruturas, conforme as realidades locais. A sobreposição de uma Confederação Nacional à atual estrutura manteria o atual quadro de sindicatos e possibilitaria representar os grandes conjuntos da classe trabalhadora que não são organizados e representados pela CUT por conta da diversificação e precarização, como também possibilitaria a ampliação da representação em outras bases sindicais de outras centrais ou não, impedidos de terem opção sindical combativa ou alternativa.

118. **Macrossetor Serviço Público:** Na Oficina da Direção, foi apresentada pelo Serviço Público uma elaboração de que a CUT deve aprofundar o debate sobre a organização vertical considerando as especificidades de cada setor de atividade econômica. No serviço público esse debate deve considerar: (1) As especificidades da atividade: as diferentes esferas de governo (nacional, estadual e municipal) e os diferentes setores (segurança, educação, saúde, etc.); (2) O desenvolvimento de formas de representação e organização de todos os trabalhadores/as do serviço público, independentemente do tipo de contratação; (3) Formas de promover a redução da fragmentação da representação sindical, seja entre categorias, seja geograficamente; (4) Formas de promover a articulação das pautas comuns em cada nível de governo, em cada setor e também conjuntamente.

119. **Ramo da Educação:** A política de ramos da CUT é uma das estratégias de construção da unidade de ação entre as nossas entidades. O exemplo do ramo da educação, mostra que foi exitoso o esforço de unificação de nossas entidades sindicais de funcionários e professores, que fortaleceu e unificou as lutas, antes dispersas e fragmentadas. Lutamos para evitar que a educação seja considerada um serviço na Organização Mundial do Comércio - OMC. Nesse sentido, a participação do ramo da educação no macrossetor de serviços está em contradição com a nossa histórica defesa intransigente da educação como bem público, não sujeito à comercialização desejada pelo neoliberalismo.

A ESTRUTURA HORIZONTAL DA CUT

120. Estruturadas nos 27 estados do Brasil, as Estaduais da CUT sempre desempenharam um papel destacado na organização da ação sindical CUTista por todo o território nacional, na proximidade com nossos sindicatos filiados, junto aos movimentos sociais e à população, enraizando nossa concepção sindical, de país e de mundo. Mesmo assim, no último período, as Estaduais cumpriram papel destacado na mobilização da nossa base e articulação com movimentos populares para o combate das nefastas políticas de precarização e retirada de direitos.

121. Atualmente, mesmo com o esforço e dedicação de muitas direções, temos um diagnóstico de muitas dificuldades, tanto políticas quanto estruturais. Há um distanciamento das Estaduais da CUT com os sindicatos filiados. Plenárias estaduais, ou regionais, com participação de dirigentes e também da base, se tornaram cada vez mais escassas e, assim, reduziram o debate coletivo e a construção de lutas e mobilizações estruturadas na solidariedade. A falta de reuniões e de um funcionamento interno mais sistemático e permanente aumentam essas dificuldades.

122. Portanto, esse é um debate que não pode mais ser postergado. O enfrentamento mais pesado da destruição dos sindicatos e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras se dará na base, no território, no município, no lugar onde as pessoas vivem e se organizam. Por isso, fortalecer a nossa estrutura horizontal deve ser uma prioridade. A experiência exitosa que vem sendo desenvolvida no Nordeste, a partir do Planejamento descentralizado da CUT Nacional, em 2013, com a criação de um Fórum, integrado pelas 09 CUTs da região, com uma dinâmica de reunião bimestrais, discutindo

o desenvolvimento regional e promovendo diálogos com parlamentares e governo, é um exemplo importante.

123. E para isso, serão necessárias definições no sentido de fortalecer a ação política regional, a proximidade com nossas bases e o fortalecimento da solidariedade de classe.
124. Apresentamos as questões, indicadas por diversas entidades, que devem ser levadas em conta pelas Estaduais da CUT ao se estruturarem e desenvolverem ações visando impulsionar as lutas e mobilizações dos CUTistas e da classe trabalhadora: o tamanho da direção e periodicidade de suas reuniões; o funcionamento de coletivos; a realização de plenárias; a redução de gastos com infraestrutura; a ampliação da arrecadação estatutária; a construção e o fortalecimento de estruturas solidárias. São algumas das iniciativas que devem nortear o debate nos estados, particularmente durante os CECUTs. As realidades locais, o nível de organização sindical e o conjunto de sindicatos filiados, são bastante diversos entre os estados e devem ser levados em consideração.

Papel e atuação das Estaduais da CUT

125. As Estaduais devem ser identificadas como um espaço aberto para a comunidade, onde se pode buscar informações sobre direitos, ter acesso a atividades de formação e articular as lutas da região. Para tal, é importante incentivar e articular a constituição de centros de referência e de acolhimento para trabalhadores/as, por meio de estruturas coletivas onde a militância possa atuar de forma integrada e conjunta, praticando um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania dos trabalhadores;
126. Devem igualmente adotar um plano de ação para fortalecimento e revitalização dos sindicatos que contribua para o aumento da taxa de sindicalização, do seu poder nos processos de negociação coletiva e do seu protagonismo na sociedade, assim como a identificação e conquista de novos sindicatos, especialmente os sem filiação a alguma central;
127. Devem também identificar e organizar trabalhadores/as da economia informal, os desempregados e aposentados, por meio de ações conjuntas nos locais de trabalho e nas ruas;
128. Devem, ainda, sintonizar o tamanho das direções estaduais e o conjunto de suas respectivas secretarias e coletivos, com o nível de organização e a capacidade de financiamento e autossustentação da ação política, bem como fortalecer as direções com dirigentes sindicais que tenham a possibilidade de dedicação e representatividade.
129. Ressaltamos o papel das escolas sindicais da CUT, especialmente para as comunidades rurais e os bairros das cidades, reconhecendo o potencial da territorialidade para promover a organização da classe trabalhadora e combater o retrocesso de direitos, visando a retomada das lutas de massas na sociedade.

FINANCIAMENTO SINDICAL

130. O financiamento das nossas entidades sindicais, que é indissociável do debate de modelo de organização sindical, é um tema extremamente importante e complexo para este 13º CONCUR. Como afirmamos, na atual ofensiva regressiva e autoritária contra a democracia e a classe trabalhadora, enfrentamos um conjunto de ações governamentais e práticas antissindicais que promovem restrições à livre organização dos/as trabalhadores/as, e que buscam estrangular financeiramente nossos sindicatos.

-
131. Nosso princípio fundamental é a autossustentação financeira. E a fonte da CUT e da nossa estrutura sindical é a contribuição financeira dos sindicatos filiados. Desde a contribuição voluntária dos sindicatos (Conclat em 1981 e 1º CONCUR em 1983), debatemos em nossas instâncias a importância da contribuição estatutária. Após várias alterações dos percentuais de mensalidades, chegamos aos atuais 10% sobre a arrecadação dos sindicatos (6º CONCUR/1997). A atual distribuição percentual da arrecadação foi deliberada, por último, na 15ª Plenária e Congresso Extraordinário/2017, ficando assim: 40% para as Estaduais da CUT (responsáveis pelo repasse às Escolas Sindicais), 38% para os Ramos e 22% para a CUT Nacional.
132. Em relação ao imposto, a CUT sempre entendeu seu papel para muitos sindicatos, que investiam este recurso na luta e na sua organização; mas ao mesmo tempo, sempre denunciávamos que o imposto permitia a acomodação, como também a sobrevivência e proliferação, em alguns casos, de “sindicatos de cartório”, preocupados única e exclusivamente em arrecadar o imposto, não em defender direitos dos/as trabalhadores/as. Nossa posição histórica sempre aliou a luta pelo fim do imposto sindical com sua substituição por uma contribuição decidida pelos/as trabalhadores/as e que esta fosse fruto da ação, mobilização e negociação. Além disso, o fim do imposto deveria estar associado à aprovação de uma legislação que não só regulamentasse a contribuição negocial como também coibisse as práticas antissindicais.
133. A partir de 2008, após o reconhecimento das Centrais Sindicais, passamos a receber uma parcela (10%) dos recursos do imposto sindical, referentes à base CUTista, e que antes eram destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ao mesmo tempo, por decisão da CUT, os sindicatos que recebiam o imposto deixaram de pagar nas suas contribuições estatutárias a parcela dos 10% referentes ao imposto sindical, e também da contribuição assistencial e confederativa. Assim, aumentou-se a receita financeira da Central com o imposto sindical, mas por outro lado houve uma diminuição da arrecadação estatutária. Ainda, ciente da transitoriedade dos recursos provenientes do imposto sindical, estes passaram a ser investidos em políticas específicas, deliberadas pela Direção Nacional, tais como Organização Sindical, Formação, Comunicação, Política Internacional e Infraestrutura.
134. Com a reforma da legislação trabalhista e o fim do imposto sindical, encontramos uma situação de acomodação e fragilidade financeira da estrutura CUTista e de muitos sindicatos filiados, que não se preparam para esta situação. O 12º CONCUR (2015), em suas resoluções, ao reforçar a defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT e pelo fim do imposto sindical, já sinalizava que os sindicatos CUTistas deveriam “*fazer o debate sincero com suas bases e estruturar suas finanças de modo a não depender mais deste imposto*”.
135. É imperioso radicalizar nossa concepção de autossustentação financeira. Hoje a tarefa de arrecadação estatutária está a cargo, em grande parte, da CUT Nacional. É imprescindível que as Estaduais passem a atuar de forma mais vigorosa, efetuando a discussão política para o convencimento dos sindicatos, pois estes para contribuir com regularidade, necessitam se sentir representados e participantes da ação política; isto é, a arrecadação estatutária não é um ato meramente burocrático, ou financeiro, mas sim uma ação política.
136. A CUT e o conjunto dos sindicatos filiados têm que perseguir, com muito mais intensidade, nossa estratégia de aprofundar o trabalho de base, debater a representação sindical e ampliar a democracia e a autonomia, como também construir formas alternativas de receita financeira. Assim, o 13º CONCUR reafirma as seguintes diretrizes:

Autossustentação financeira

137. **SINDICALIZAÇÃO:** A sindicalização militante deve ser um esforço permanente. Não apenas realizar campanhas, mas sim reforçar a presença na base, estar presente na discussão com os/as trabalhadores/as. Se a desregulamentação, precarização e o avanço tecnológico têm reduzido os postos de trabalho em nossas categorias e criam novas formas de contratação, os sindicatos devem também debater como sua representação, constituindo um sindicato cada vez mais horizontal.
138. **ASSEMBLEIAS:** As assembleias devem ser frequentes e amplamente convocadas, sendo o espaço prioritário para a discussão e aprovação das taxas coletivas. Reiteramos que, conforme resolução da 15ª Plenária e Congresso Extraordinário, a taxa negocial, aprovada em assembleia, não poderá ultrapassar o limite máximo de 1% da renda anual (remuneração) do trabalhador, a ser pago após a negociação do acordo (convenção) coletivo.
139. **SOLIDARIEDADE SINDICAL:** A participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais e outras ações é fundamental. A luta é da classe, não apenas das categorias, e não é apenas uma questão de racionalizar recursos financeiros, mas sim de potencializar e fortalecer nossas mobilizações. Devemos incentivar a discussão do compartilhamento das estruturas e dos serviços, incentivar a militância solidária.
140. **GESTÃO SINDICAL:** A gestão da Central, suas instâncias e sindicatos filiados deve ser transparente e participativa, compreendida como um esforço político e de sintonia ao planejamento da entidade. Racionalizar e otimizar recursos para aumentar o investimento político na ação sindical, por meio do compartilhamento de estruturas (estrutura solidária), rentabilizar as existentes, com responsabilidade, e reduzir os investimentos em estrutura interna. Um Sindicato sem uma gestão com estes princípios terá dificuldade em manter a luta. Aqui, devemos reforçar a importância do curso de gestão na formação sindical para dirigentes da CUT e de seus sindicatos filiados, que deverá inclusive ser aprimorado e ampliado.
141. **Viabilizar alternativas de financiamento**, por meio de:
- RECEITAS ALTERNATIVAS:** Além do processo de sindicalização permanente e do trabalho de base militante, receitas alternativas podem ser construídas a partir de iniciativas tais como convênios e prestação de serviços que possibilitem ampliar a arrecadação. Nestas iniciativas reforçamos que é essencial precaução e observância à legislação, priorizando-se a transparência e a manutenção da autonomia do Sindicato, além de não perder de vista que nosso objetivo principal é a organização dos/as trabalhadores e que os recursos obtidos devem ser investidos na luta.
 - NOVAS TECNOLOGIAS:** os sindicatos devem utilizar-se das novas tecnologias para desenvolver ferramentas como aplicativos, por exemplo, que aliem novas formas de organização sindical, de divulgação, diálogo e consulta com os/as trabalhadores/as, novas formas de prestação de serviços.
 - Nas parcerias e projetos implementados pela CUT Nacional que possibilitem arrecadação financeira não-estatutária, destinar um percentual dos recursos ao fortalecimento das Estaduais da CUT. Este possível repasse, e respectivo percentual, deve ser discutido e aprovado pela Executiva Nacional.

6. Processo de Transição

142. Considerando sua complexidade e respeitando os espaços internos de tomada de decisão, o 13º Congresso Nacional da CUT orienta que as entidades CUTistas iniciem imediatamente esse processo de atualização, que estará em discussão e avaliação permanentes daqui até a próxima Plenária Estatutária, quando faremos o balanço e os ajustes necessários nas orientações da Central às suas entidades.



IV. RESOLUÇÕES

As Resoluções foram agrupadas em conformidade com os Eixos da Estratégia, a saber:

Eixo 1 - Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

1. América Latina

1. Na América Latina, durante as últimas duas décadas, uma série de governos de esquerda possibilitou que um conjunto de políticas públicas se traduzisse na redução da desigualdade social e econômica, da pobreza e da miséria. No entanto, o fim do superciclo das *commodities*, resultado, sobretudo, da crise mundial de 2008, teve um forte impacto negativo na economia da região e favoreceu a retomada de governos com clara orientação conservadora e até mesmo de extrema-direita.
2. Nessa situação, mais do que nunca a classe trabalhadora necessita de sindicatos como instrumentos de defesa contra a superexploração, que sejam organizações independentes dos patrões e governos, e que promovam a organização e a unidade da classe trabalhadora. Para tanto, os sindicatos devem apoiar-se e participar na resistência dos trabalhadores e dos povos.
3. Essa resistência também se expressa em nossa região, na América Latina. A começar pela situação na Venezuela, onde, apesar do caos econômico e social provocado pelo bloqueio econômico criminoso do imperialismo - pressão iniciada no governo Obama e aprofundada de forma brutal por Trump com ameaças de intervenção militar - o povo se agarra às conquistas obtidas desde o primeiro governo de Chávez, que hoje estão em questão, para resistir contra o cerco e as ameaças dos EUA. Depois de fracassar a tentativa de impor o “autoproclamado” Guaidó, Trump decretou em cinco de agosto o embargo total ao comércio com a Venezuela, forçando inclusive terceiros países a aderirem a ele como condição para comerciar com os EUA.
4. Defender a soberania da Venezuela contra a agressão imperialista e o bloqueio econômico - que também foi reforçado contra Cuba - independentemente da opinião que se possa ter sobre a política do governo Maduro, é uma questão chave para todos os que querem uma América Latina livre e soberana, pois a política de Trump para o país vizinho concentra a sua política para todo o continente: recuperar o terreno perdido para que a América Latina volte a ser o “quintal” dos EUA, contando com as elites e burguesias locais que são sócias menores do imperialismo.
5. A eleição de Lopez Obrador no México também expressa a resistência contra a transformação da nação em um novo Porto Rico, onde, aliás, a resistência também se manifestou na recente mobilização popular que derrubou o governador desse “Estado livre associado aos EUA”. Da mesma forma, as prévias na Argentina revelam que o povo, depois de uma dura experiência, quer se livrar do governo de Macri e sua política de privatizações e ataques aos direitos sociais e trabalhistas, que levou o país a uma regressão econômica e social aguda. A possibilidade das vitórias de Alberto Fernández na Argentina, Daniel Martínez no Uruguai, e a reeleição de Evo Morales na Bolívia representam uma esperança para marcar o enfrentamento ao avanço conservador na região e o início de um novo ciclo progressista na América Latina.
6. Assim, a questão da ruptura com o imperialismo como condição para a construção de nações livres e soberanas na América Latina se revela de forma clara. Ainda mais depois da sucessão de golpes de Estado, como no Brasil, antecedido por Honduras e Paraguai, patrocinados diretamente por Washington, e o apoio direto à eleição de governos direitistas e submissos aos EUA, como Bolsonaro.

2. Acordo Mercosul - União Europeia

1. O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), representa um impacto desastroso sobre o nosso sistema produtivo, a soberania nacional e as possibilidades de um projeto de desenvolvimento sustentável e de integração regional.
2. O acordo vai liberalizar mais de 90% do comércio de bens em um prazo de menos dez anos - o acordo abrange bens, serviços, investimentos e compras governamentais. Os prazos estreitos ameaçam ainda mais uma transição ordenada dos setores produtivos, com impactos substanciais tanto na quantidade quanto na qualidade do emprego em ambas as regiões, além de resultar em situações imprevistas de deslocamento social (migrações do campo para a cidade, desemprego industrial em massa etc.) - ainda mais se considerarmos a brutal assimetria na competitividade entre os dois blocos econômicos. Um cenário com aumento do desemprego, diminuição da competitividade e perdas irreparáveis na balança comercial.
3. O Mercosul aceitou remover tarifas em setores estratégicos de nossa já frágil indústria, como automóveis, autopeças, químicos e fármacos. A indústria brasileira, que ano após ano já vem perdendo participação no PIB¹ nacional, pode sofrer um golpe definitivo.
4. Também é extremamente preocupante que o Acordo não contemple a manutenção e a inclusão de instrumentos como salvaguardas comerciais, cláusulas de indústria nascente, regimes suspensivos e licenças de importação - todos eles permitidos e regulados atualmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Importante destacar que a União Europeia tem reivindicado que os países do Mercosul não quebrem patentes para a fabricação de medicamentos por um período de cinco anos após o registro do produto, o que colocaria em risco o bem-sucedido programa brasileiro de genéricos.
5. É inaceitável assinar um acordo de tal magnitude sem estimar o impacto no crescimento econômico, na quantidade e na qualidade dos empregos e nas desigualdades de renda no longo prazo, assim como os impactos ambientais que um modelo de desenvolvimento ainda mais dependente do agronegócio poderá causar. Além do mais, o acordo foi fechado no pior momento possível em termos da capacidade negociadora do Mercosul. Os dois principais negociadores, Brasil e Argentina, estão fragilizados política e economicamente. Um exemplo dessa fragilidade é que o atual acordo prevê uma cota de exportação de apenas 99 mil toneladas de carne bovina por ano. Em 2004, o Brasil não aceitou uma oferta de 300 mil toneladas por ano.
6. Em síntese, o acordo repete o modelo geral da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), reforçando, portanto, nosso papel de meros exportadores de *commodities* e importadores de produtos industrializados e de alta tecnologia. O acordo reforça as vantagens comparativas dos países: cerca de 70% das exportações brasileiras para a União Europeia são de produtos primários e cerca de 90% das importações brasileiras do bloco europeu são de produtos manufaturados.
7. Além disso, é certo que o atual governo brasileiro não demonstra nenhum compromisso com cláusulas importantes do acordo: respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a efetiva implementação das exigências do Acordo de Paris; comprometimento com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); proteção aos Direitos Humanos; incentivos à participação e ao diálogo social. A criminosa política de destruição do meio ambiente do governo brasileiro - responsável direta pelos incêndios na Amazônia - torna o cenário ainda mais desolador.
8. A CUT, em conjunto com as centrais sindicais brasileiras e do Cone Sul, repetidamente, apresentou para as autoridades de ambos os blocos as preocupações e demandas para que a negociação avançasse para um acordo que, verdadeiramente, permitisse fortalecer as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre as regiões, e capaz de promover o respeito aos direitos humanos, ao trabalho decente, ao desenvolvimento sustentável e aos valores democráticos. No entanto, os trabalhadores

¹ Produto Interno Bruto.

e as trabalhadoras do Mercosul não tiveram participação real e efetiva nas negociações - que ocorreram em um cenário antidemocrático e de total falta de transparência - o que motiva nossa absoluta rejeição ao presente acordo, tanto em relação à forma quanto ao seu conteúdo.

9. A CUT, assim, continuará a luta para que o acordo Mercosul-União Europeia não seja ratificado e para que um verdadeiro projeto de desenvolvimento e de integração regional seja efetivamente implementado.

3. Amazônia

1. Estarrecidos, a sociedade brasileira e o mundo acompanham o agravamento cada vez mais perigoso das políticas de morte perpetradas despididamente pelo regime neoliberal autoritário de Jair Bolsonaro. Dentro desta agenda, os recursos naturais e a sua apropriação se apontam como elemento-chave para reprodução do modelo capitalista predatório ao qual o governo responde. O território brasileiro, rico em biodiversidade, extensão e diversos recursos minerais, historicamente tem sofrido a cobiça dos grandes poderes internacionais pelo valor econômico que representa. Neste contexto, patrimônio da humanidade, a Amazônia se encontra profundamente ameaçada, violentada e ultrajada pelas políticas funestas do governo Bolsonaro. Neste mosaico de territórios, territorialidades e formas de existência, vem incidindo um conjunto de medidas perversas com implicações sociais, ambientais e culturais catastróficas.

2. A centralidade da estratégia governamental consiste na institucionalização de mecanismos de apropriação de terras e territórios em favor da comoditização da agricultura e da mineração em larga escala, de precarização do trabalho, de atenuação classificatória de agrotóxicos de alta potencialidade danosa e de flexibilização dos instrumentos de proteção ambiental. Estas estão conjugadas com benesses fiscais e creditícias em favor do agronegócio e da mineração, acompanhadas da mobilização de grileiros, milicianos e madeireiros, que hoje não apenas pautam o governo, mas compõem as estruturas do Estado brasileiro.

3. O Brasil já chegou a cumprir um papel importante internacionalmente em relação ao combate às mudanças climáticas e à proteção ambiental, que tem sido colocado em risco a partir das políticas implementadas pelo atual governo sob pretexto de defesa da soberania nacional. A soberania do país deve ser sim prioridade, mas com o entendimento de defesa do desenvolvimento nacional, contemplando os interesses coletivos, proteção dos bens naturais, assim como a defesa destes frente a interesses internacionais.

4. Ressalve-se que mesmo diante do contexto apresentado, os processos sociais contestatórios se proliferam de variadas formas no enfrentamento à onda autoritária, embora em boa parte das vezes de maneira difusa, desarticulada e dispersa. A centralidade dessa agenda de lutas passa por alguns pontos, elencados a seguir:

- a. Construir uma ampla rede latino-americana e pan-amazônica de enfrentamento às políticas neoliberais sobre as terras, os territórios, as florestas e as águas;
- b. Realinhamento das estratégias de mobilização social, mirando os setores-chave (empresas, *thinktanks* e agências multilaterais) que dão sustentação política e ideológica ao neoliberalismo autoritário do governo Bolsonaro;
- c. Denunciar internacionalmente os crimes praticados pelo governo Bolsonaro que resultam na entrega dos *comuns* (terras, água, subsolo e florestas) a megacorporações transnacionais da mineração e do agronegócio, mapeando todos os agentes das cadeias de suprimento destes segmentos;
- d. Pressionar pelo efetivo cumprimento do disposto no art. 6º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil em 2004, assegurando a realização de consulta prévia formal e motivada aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia quando da implan-

tação de megaprojetos de infraestrutura e logística com potencialidade danosa sobre seus territórios;

- e. Denunciar a violência no campo que vem se agravando nos últimos anos, atingindo famílias inteiras e cobrando a vida de pessoas - resultado dos conflitos por terra, água, minérios e a biodiversidade.
- f. Defender um modelo de desenvolvimento soberano na região que contemple a diversidade de populações, o respeito ao meio ambiente e os interesses coletivos da sociedade.

4. Memória e verdade, justiça e reparação, segurança e paz

1. A CUT luta em defesa das liberdades democráticas, combate o atual Estado de exceção e repudia as sistemáticas, generalizadas e graves violações dos direitos humanos e os crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Aos anistiados, anistiandos e às famílias das vítimas perseguidas, exiladas, presas, torturadas, assassinadas e desaparecidas, manifestamos nossa solidariedade, reiterando nosso compromisso com a luta por memória, verdade, justiça e reparação.
2. O direito à verdade está diretamente vinculado a processos de transição em relação a eventos e períodos caracterizados por graves violações de direitos humanos, como as ditaduras militares em países latino-americanos. Assim, constitui tanto um mecanismo de reparação da dignidade das vítimas e familiares quanto uma prerrogativa da sociedade para que tais violações não se repitam. É um direito ao mesmo tempo individual e coletivo.
3. Contudo, apesar dos resultados e recomendações do relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT e os avanços obtidos no acesso à verdade das generalizadas e sistemáticas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, permanecem impunes os torturadores, os assassinos e demais agentes do Estado responsáveis pelas violações e crimes contra a humanidade - impunidade que contribui imensamente para a persistência do arbítrio judicial e da tutela militar, sobrepujando a soberania popular e a democracia.
4. Até hoje o sistema de justiça e as políticas de segurança pública contam com as práticas e o arcabouço institucional herdados daquele período sombrio de nossa história, baseadas no arbítrio e na lógica da repressão e extermínio daqueles que são escolhidos como inimigos do Estado.
5. Não por acaso continua em vigor a Lei de Segurança Nacional do regime militar; os currículos das academias policiais e militares seguem até hoje a mesma doutrina; é recorrente o equivocado uso do Exército para operações de segurança pública; as torturas, os desaparecimentos forçados e as execuções sumárias ainda são práticas cotidianas dos aparatos policiais, que continuam profundamente militarizados; as liberdades civis e democráticas são insistentemente violadas; e a cultura de extermínio levou ao assassinato de inúmeras lideranças populares e indígenas.
6. Não por acaso, Lula é um preso político, o Alto Comando do Exército interferiu no julgamento de seu *habeas corpus* e indicou um general da reserva como assessor da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).
7. Uma das consequências deste processo é a Presidência da República ser ocupada hoje por um sujeito que celebra a ditadura militar e seus crimes, saúda ditadores de países vizinhos, insulta a memória das vítimas e as suas famílias, homenageia torturadores e considera que a violência de Estado deveria ter ido mais longe. Sua simpatia aos métodos utilizados pelo nefasto regime está diretamente associada às atitudes de saudar grupos de extermínio, apoiar homenagens a milicianos, naturalizar o estupro, propagar a violência contra opositores, militarizar o governo federal e indicar correligionários sem qualquer compromisso com a memória, a verdade e a justiça - alguns

deles apologistas da violência e da ditadura militar - para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP).

8. O propalado pacote de (in)segurança apresentado pelo Ministério da Justiça que, entre outras medidas contém a excludente de ilicitude para agentes policiais que matarem suspeitos, bem como a existência de um projeto de lei que visa tipificar como atividades terroristas as lutas dos movimentos populares que se levantam em defesa de direitos fundamentais, entre outras propostas e medidas, demonstram que permanecem influentes os entulhos autoritários legados pela ditadura militar.
9. Como se não bastasse o agravamento das violações de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais em decorrências das medidas e ações dos governos Temer e Bolsonaro, observa-se, com as arbitrariedades e ilegalidades do judiciário - tendo à frente a Operação Lava Jato e a prisão de Lula sem provas - a deliberada extensão e aprofundamento de um Estado de exceção que sempre imperou para a grande maioria do povo nas florestas, no meio rural e nas periferias urbanas. O aumento da violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, a população LGBT, as mulheres, a juventude negra - que sofre um verdadeiro genocídio e é alvo do encarceramento em massa - e também contra quem defende os direitos humanos, expõe de modo dramático a situação alarmante em que se encontra o Brasil quando se trata do direito elementar à vida, à segurança e à paz.
10. A CUT seguirá lutando pelo cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, do GT de Trabalhadores da CNV e da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT; para que o Estado brasileiro cumpra com sua obrigação de realizar um levantamento das intervenções sindicais realizadas durante da ditadura militar; pela preservação da documentação oficial que comprova as violações aos direitos humanos; para articular pesquisadores, universidades, organizações sindicais e demais parceiros para desenvolver iniciativas sobre o tema; para contribuir com a Rede de Estudos sobre Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores e Sindicatos; e para que sejam feitas investigações e inquéritos visando apurar violações de direitos humanos por parte de empresas na ditadura e obter justiça e reparação às vítimas.
11. A CUT reitera seu compromisso com a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, das liberdades civis e democráticas, por memória, verdade, justiça e reparação, por segurança e paz. Enquanto houver injustiça, arbítrio e violência contra algum trabalhador ou trabalhadora, a CUT lutará incansavelmente!

Eixo 2 - Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

5. As situações de violência em que vivem as mulheres

1. A violência no Brasil tem aumentado ao longo dos anos e no último período passou a compor o cotidiano da sociedade. Ela ocorre em todos os espaços e atinge a todos, mas de maneira ainda mais relevante, as populações periféricas das grandes cidades. Basta ver os dados divulgados pelo Atlas da Violência de 2018, produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que contabilizou 62.517 assassinatos cometidos no país em 2016.
2. Nesse contexto, soma-se a violência sexista, aquela exercida pelos homens sobre as mulheres com base nas desigualdades existentes, que reforçam o sistema capitalista, patriarcal e machista. Essa violência é responsável pelo feminicídio: crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Essas desigualdades pioram quando somadas ao racismo. *“Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigual-*

dades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas” (Dossiê Femicídio #InvisibilidadeMata). Segundo Atlas da Violência 2018 (IPEA/FSP, 2018), em 10 anos, a taxa de mortes de mulheres negras subiu mais de 15%.

3. O desequilíbrio de poder presente nos mais diversos espaços - sociedade, trabalho e organizações sociais, a exemplo do movimento sindical, expõem milhões de mulheres a diversas formas de violência e de controle sobre suas vidas e seus corpos.
4. A educação praticada, em sua maioria, reproduz um caráter sexista e dissemina a ideologia patriarcal. Entretanto, tem grande potencial de transformação e pode se realizar de forma não sexista e antirracista, rompendo com os padrões de gênero impostos pela cultura patriarcal e machista e na promoção da igualdade entre homens e mulheres.
5. O poder público tem o dever de punir seus representantes no âmbito do Executivo, Judiciário e Legislativo quando estes têm práticas que legitimam e incentivam atos de violência contra as mulheres. Esse tipo de comportamento misógino naturaliza a violência sexista.
6. Segundo especialistas, o impacto da Lei Maria da Penha, cuja entrada em vigor completa treze anos, foi diluído pela ausência de políticas públicas e mecanismos judiciais mais extensos para coibir as agressões, em especial a punição de agressores, o que gera mais mortes. Embora a legislação tenha registrado um efeito “inibidor” num primeiro momento, nos últimos anos tem atingido índices imensuráveis.
7. Todos os dias, um grande número de mulheres, jovens e meninas são submetidas a alguma forma de violência no Brasil. Segundo o Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2018), são 13 mortes violentas de mulheres por dia e quase 5 mil sentenças por feminicídio, sendo que 66% aconteceram em casa. Em 2017, aconteceu 1 estupro a cada 11 minutos, 1 mulher assassinada a cada 2 horas, 503 mulheres vítimas de agressão a cada hora, 5 espancamentos a cada 2 minutos. Os dados também revelam o peso do racismo estrutural nos altos índices de violência contra as mulheres. De acordo com o Balanço do Ligue 180 (2015) as mulheres negras são quase 60% das vítimas de violência doméstica. Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça (2015) indicou que as negras são 68,8% das mulheres mortas por agressão. Segundo pesquisa do FBSP e Instituto Datafolha, uma a cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência em 2018.
8. A cultura do estupro está presente em todas as fases da vida da mulher. Mais do que um desejo de atender a um impulso sexual, o estupro é um instrumento de poder, dominação. Cerca de 43% das vítimas desse crime são mais vulneráveis, crianças com menos de 14 anos de idade. Meninas em formação ficam paralisadas sem compreender que quem deveria protegê-las é seu principal abusador. Este dado mostra o quão é urgente tratar das violências às quais as meninas estão expostas.
9. O combate à violência contra as mulheres requer uma ampla articulação entre os diversos movimentos sociais por transformações gerais na sociedade, incluindo o componente feminista nesse projeto. Isso demanda que, nas cidades, no campo, na floresta e nas comunidades tradicionais sejam colocadas em prática políticas com o objetivo de prevenir e denunciar atos de violência e proporcionar atendimento adequado às vítimas. De acordo com organização TransgenderEurope, em seu relatório Trans MurderMonitoring de 2016, o Brasil é um dos países com maior índice de violência contra pessoas transgênero, totalizando 868 assassinatos de 2008 a junho de 2016.
10. Essa forma de violência “naturalizada” tem reflexos: a) amplia-se na sociedade a cultura do estupro e do feminicídio, somada ao avanço da intolerância sobre políticas voltadas à autonomia das mulheres e das minorias; b) a institucionalização de comportamentos machistas e misóginos por meio da mídia e dos poderes de Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário - banalização da violência e misoginia; c) retrocessos em políticas de inclusão e autonomia das mulheres em relação aos seus corpos.

-
11. A retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, além da quebra da democracia, revela a misoginia que caracteriza a sociedade, inibe a participação política das mulheres, potencializa a violência de gênero e retrocede em direitos, com o aniquilamento das políticas públicas de inclusão iniciadas.

Diretrizes e Ações da CUT de Combate à Violência contra as Mulheres e Minorias

ACUT, em parceria com os movimentos sociais, populares e feministas, desenvolverá ações voltadas à sociedade, compreendendo os seus diversos espaços e dimensões, e, paralelamente, fará pressões junto aos órgãos de Estado (três poderes), exigindo políticas públicas e mecanismos de aplicação.

1) No âmbito da Sociedade:

- a. articular com os movimentos de mulheres ações de informação e sensibilização da sociedade;
- b. articular com entidades de educadores e de juventude formas de abordagens junto às juventudes;
- c. estimular campanhas específicas de combate à homofobia, lesbofobia, racismo, sexismo e ao patriarcado.

2) No âmbito do Movimento Sindical:

- a. incluir o tema nas ações desenvolvidas, que compreendam informações e sensibilização do conjunto da classe trabalhadora;
- b. potencializar ações de pressão junto aos gestores públicos e parlamentos locais, exigindo investimentos em políticas públicas voltadas ao combate ao racismo e a todas as formas de violência contra as mulheres e as minorias;
- c. incentivar a denúncia do assédio sexual e/ou moral nos locais de trabalho e realizar campanhas de orientação e conscientização para combater essas práticas abusivas contra as mulheres e setores mais vulneráveis;
- d. propor ações de enfrentamento contra o assédio no movimento sindical;
- e. orientar o movimento sindical para que promova campanhas de denúncia, esclarecimento e de apoio à prevenção e combate à violência.

3) No âmbito do Estado:

- a. pressionar os governos em suas distintas competências para que definam mecanismos e instrumentos de monitoramento da violência contra as mulheres e mulheres trans, dando visibilidade aos dados coletados de violência (institucional e social), garantindo políticas públicas e de Estado no seu combate;
- b. exigir a retomada das políticas de enfrentamento à violência. Que o Estado garanta políticas de prevenção, enfrentamento e de combate a todas as formas de violência contra as mulheres - Lei nº 13.104/15, FEMINICÍDIO;
- c. exigir a estruturação e retomada das redes de proteção às mulheres vítimas de violência, tráfico de mulheres e exploração sexual, com a criação de delegacias especializadas para mulheres, casas-abrigo e assistência social;
- d. pressionar os órgãos de Estado por políticas que previnam, coíbam e punam o tráfico de mulheres e crianças para fim de exploração do turismo sexual;
- e. exigir das instâncias de governo, ações e projetos visando: i) a implementação de uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos e a garantia do

planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro; ii) à descriminalização do aborto e seu atendimento no SUS; iii) parto humanizado nas redes públicas e privadas de saúde.

PELO DIREITO DE VIVER SEM VIOLÊNCIA! NENHUMA A MENOS!

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, TOLERÂNCIA NENHUMA!

6. Educação

1. Se por um lado a educação é considerada elemento fundamental para o desenvolvimento humano, profissional e de inclusão social, por outro, as recentes ações governamentais apontam que esses objetivos não fazem parte do atual projeto que governa o país.
2. As sucessivas restrições de verbas impostas às políticas educacionais - muitas delas justificadas pela famigerada Emenda Constitucional 95 - e a opção escancarada do atual governo em privatizar a educação básica e superior no país, já comprometem as pesquisas acadêmicas e científicas, a ampliação de matrículas nas universidades públicas e o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas de nível básico. Os cortes no orçamento do MEC atingem desde as bolsas de pós-graduação até o transporte escolar nos municípios mais longínquos.
3. Desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, o Brasil vive um período de amplo desmonte de direitos inscritos na Constituição de 1988. E a educação pública também é vítima de inúmeras irresponsabilidades, como as que congelaram por duas décadas a vinculação constitucional de impostos para o Ministério da Educação. O governo de Jair Bolsonaro procura claramente romper com as políticas de amplo acesso à educação adotadas nos governos LULA-DILMA, fomentando os cortes orçamentários, incentivando a mercantilização e a privatização de setores educacionais - sobretudo através do Future-se, direcionado às universidades públicas -, além do que mantém forte agenda reacionária e restritiva de direitos nas políticas curriculares e de organização escolar, seja estimulando a Lei da Mordalha, seja investindo na militarização de escolas públicas e no *homeschooling* (educação domiciliar).
4. Outras medidas prejudiciais à educação provém do governo golpista de Temer, as quais o atual governo mantém em sua agenda, a exemplo da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); da reforma do Ensino Médio, que cria verdadeiro *apartheid* socioeducacional no país; da terceirização da oferta escolar e universitária através de Organizações Sociais de direito privado; da ampla precarização das condições de trabalho de todo os profissionais da educação (básica e superior), que poderão ser contratados pelas redes públicas sem concurso público e sem direito a planos de carreira; e do amplo projeto de privatização da educação nacional.
5. Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, assim como os estudantes brasileiros, têm sido protagonistas na denúncia dos projetos antinacionais impostos desde o governo Temer, e que agora Bolsonaro continua a difundir com intensidade. Ao lado da CUT e demais centrais, a luta se concentra contra os retrocessos na educação, mas também contra a reforma da Previdência, a supressão de direitos trabalhistas, o ataque às organizações sindicais e estudantis, reiterando nosso compromisso com a democracia e a soberania nacionais - contra o entreguismo de nossas riquezas naturais e das empresas públicas ao capital internacional.
6. Fato é que impera sobre o Brasil os interesses dos rentistas e do mercado financeiro, que pretendem transformar bens públicos em mercadoria para obterem altos lucros privados. A eleição do governo de ultradireita e submetido aos interesses dos EUA acentuou o processo de destruição de direitos e de entrega das riquezas nacionais, contexto esse em que se insere a mercantilização

da Educação Pública, Gratuita, Laica, Democrática e de Qualidade, centrada na inclusão social das maiorias.

7. Como classe trabalhadora, urge tornarmos a luta pela Educação Pública uma condição permanente e de defesa do projeto de sociedade que defendemos, com amplo acesso da população ao conhecimento e aos bens culturais. Nesse sentido, todas as categoriais de trabalhadores/as presentes ao 13º CONCURTO se comprometem a:
 - a. Defender os princípios inscritos na Constituição de 1988, de forma a assegurar o direito à Educação Pública, Gratuita, Integral, Laica, Desmilitarizada e de Qualidade Social para todos/as, e em todos os níveis (da creche à pós-graduação), como condição universalizante dos demais direitos de nossa sociedade.
 - b. Defender a Educação Pública contra toda forma de precarização, mercantilização e privatização, exigindo dos entes públicos as dotações orçamentárias específicas e necessárias para a manutenção e desenvolvimento da mesma.
 - c. Lutar pela manutenção da constitucionalização dos recursos vinculados e subvinculados à educação, ampliando os atuais percentuais e assegurando a inclusão de outras fontes, especialmente, advindas da exploração do Pré-Sal e de outros minérios e hidrocarbonetos, a fim de transformar essas riquezas em bem comum para a sociedade.
 - d. Lutar para que o FUNDEB² se torne uma política permanente de financiamento da educação básica, com a ampliação do aporte financeiro da União, visando assegurar melhores condições aos entes estaduais e municipais no atendimento da demanda educacional;
 - e. Exigir a implementação integral do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na forma da Lei Federal nº 13.005, de 2014, no sentido de garantir o acesso dos estudantes à escola e à universidade de qualidade, assim como as políticas de valorização de pessoal (Piso, Carreira, Formação, Jornada) para todos os/as trabalhadores/as da educação;
 - f. Lutar contra toda forma de intervenção no espaço das instituições educacionais que visem intimidar, amordaçar ou cercear o princípio constitucional da liberdade de ensino e manifestação do pensamento;
 - g. Defender intransigentemente a gestão democrática e participativa nos espaços educacionais, impedindo que projetos como o “Escola Sem Partido” (Lei da Mordada) e a Militarização escolar atentem contra as liberdades individuais dos estudantes e dos educadores;
 - h. Lutar contra a Reforma Curricular do Ensino Médio, que visa única e exclusivamente cercear o direito dos filhos e filhas da classe trabalhadora a uma formação ampla e que possibilite ampliar seus horizontes de inserção no mundo do trabalho e social. É imperioso e urgente uma campanha de resistência à implantação da Reforma do Ensino Médio pelos governos estaduais, na forma de subtração das disciplinas e redução da matriz curricular.
 - i. Lutar contra a escola dualista, que pretende determinar uma escola para a classe abastada e outra escola para a maioria da população, sem as condições necessárias para o desenvolvimento de suas funções diante da construção do conhecimento e da inserção social.
 - j. Por fim, exigimos o devido respeito ao Patrono da Educação Nacional, o educador Paulo Freire, pelas grandes contribuições na formação dos indivíduos, para o diálogo, a liberdade e a luta por direitos de nosso povo.

² Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

7. Seguridade Social

1. O momento histórico é extremamente desafiador para a classe trabalhadora brasileira e para o país. A sociedade, as estruturas sociais e as Instituições estão sendo vítimas de um projeto truculento na sua forma e ultraliberal, conservador e protofascista na sua essência. Um fenômeno de acomodação dos interesses do capital que atinge com gradações diferenciadas várias Nações, mas que no Brasil tem desdobramentos ainda mais perversos e cruéis a partir dos intensos ataques à Democracia e aos direitos sociais e trabalhistas iniciados com o golpe de 2016, que levou à presidência da República o ilegítimo Michel Temer (MDB), e agora com a vitória, em 2018, do representante da extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL). Ambos representam projetos políticos complementares, que trazem o empobrecimento da população, o desmonte das estruturas do Estado e seu papel indutor do desenvolvimento, o retrocesso nas cadeias produtivas, a perda da soberania e a subserviência ao capital internacional.

2. No campo sindical, medidas estabelecidas contra os trabalhadores e suas entidades representativas têm sido rotina destes governos. Observamos a desconstrução das estruturas de financiamento das entidades sindicais e, conseqüentemente, o comprometimento das condições de condução das lutas de resistência da classe trabalhadora. Um projeto conservador, cujo exemplo de maior impacto se deu com a supressão da contribuição sindical obrigatória, proposta contida na Reforma Trabalhista, mas que não foi a única. A desastrosa MP 873/19 trouxe ainda mais restrições. Há ainda apolítica de terceirização e a proposta de Reforma da Previdência que possuem reflexos nocivos para o movimento sindical, ao mesmo tempo que subtraem, respectivamente, a massa salarial dos trabalhadores e os valores pagos na aposentadoria. Seja com medidas amplas ou de menor espectro, as intenções são as mesmas: aniquilar o movimento sindical e eliminar os direitos conquistados.

3. Ao mesmo tempo, nos deparamos com outra investida contra os trabalhadores: a aliança firmada entre a direita golpista e o capital nacional e internacional, com destaque aos representantes do rentismo parasitário, tem levado ao desmonte sistemático e sem precedentes do Estado brasileiro. O projeto ultraliberal e conservador de substituição do Estado de Bem-Estar Social pelo Estado Mínimo caminha a passos largos. No espaço das políticas públicas é factual o acelerado sucateamento patrocinado por estes dois governos. Esta empreitada destrutiva tem como foco principal a eliminação de direitos, benefícios e programas sociais - muitos deles consolidados na Constituição Federal Cidadã de 1988, com amplo destaque aos conquistados a partir das políticas de Seguridade Social (formada pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Social).

4. A CUT reafirma a importância estratégica das políticas desenvolvidas nestas áreas para a classe trabalhadora por contribuírem com o desenvolvimento socioeconômico e por estarem compromissadas com os cuidados e a emancipação do ser humano em todas as fases de sua vida. As políticas da Seguridade Social possuem características de matricialidade e transversalidade e interagem diretamente com o conjunto da classe trabalhadora. É primordial manter a resistência estabelecida nestes últimos anos pela CUT e suas entidades filiadas para combater o desmonte desencadeado por estes governos, assim como atualizar e referendar novas estratégias. Uma atitude necessária frente ao processo intenso de ataques contra os trabalhadores privados, os servidores e o serviços público, em especial aos abrigados na Seguridade Social.

5. Compreendendo o 13º CONCURT como um momento privilegiado de aprofundar os debates para a construção de um Plano de Lutas que represente os interesses dos trabalhadores, a CUT entende que a incorporação das bandeiras prioritárias assumidas em defesa das políticas universais da Seguridade Social e das estruturas de Estado que lhes dão sustentação possibilitam garantir a preservação deste patrimônio, que é de toda a sociedade e deve ter sua defesa mantida pela Central por meio dos seguintes pontos:

- a. Atuar na defesa incondicional: Do Estado democrático, indutor do crescimento econômico e social, defensor dos direitos humanos, patrocinador da soberania, cumpridor da

Constituição e provedor dos direitos universais que garantam a dignidade a todo cidadão; Da preservação de seu patrimônio, representado pelas empresas estatais, seus recursos naturais e políticas públicas; Das defesas do serviço público e dos servidores públicos, que administram a estrutura estatal com a necessária isenção técnica.

- b. Atuar na defesa do SUS - Sistema Único de Saúde, do SUAS - Sistema Único da Assistência Social e demais atribuições da Seguridade Social como políticas de Estado. Ampliar o diálogo com a sociedade e com os Poderes públicos, denunciando que o corte de investimentos compromete estes sistemas, suas políticas públicas e suas redes de atendimento. Em um momento em que a demanda só aumenta - em virtude da crise do emprego -, a restrição ao acesso a estes sistemas causará uma crise social de proporções inimagináveis. Está comprovado o comprometimento do atendimento em serviços de saúde e programas de renda prestados aos usuários de ambos os sistemas. A Seguridade Social, por sua condição contributiva e princípio de solidariedade, baseia-se na concepção de que todos têm direito às políticas públicas. As medidas do governo, por sua vez, destroem os princípios de equidade, qualidade, universalidade e gratuidade que norteiam a Seguridade Social.
- c. Manter e ampliar as mobilizações e medidas pela Revogação da EC nº 95. Os reflexos nefastos do congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais, em especial na Seguridade Social, já são mensuráveis pelo sucateamento e fechamento de equipamentos públicos de saúde e assistência social, congelamento de programas, desabastecimento de insumos e remédios, precarização nas condições de atendimento, diminuição de ações de prevenção e combate às doenças, esfacelamento das equipes profissionais, fim dos investimentos em pesquisas e produção científica, entre outras. No SUS, por exemplo, a descapitalização compromete suas atribuições focadas no atendimento, na política educacional e no caráter preventivo. Outra forma de minar os recursos públicos tem a ver com a estratégia de transferência de recursos das áreas sociais para a iniciativa privada por meio da terceirização. As consequências do desmonte do Estado recaem sobre o funcionalismo nas formas de desvalorização salarial, fim dos concursos públicos, sucateamento das relações e condições de trabalho, precarização no atendimento prestado, redução salarial e ataques ao seu direito de estabilidade.
- d. Atuar na defesa dos trabalhadores das redes privada e pública de saúde e combater os ataques do capital internacional realizados pelos grandes conglomerados de saúde e fundos de investimentos, que agem de forma predatória adquirindo unidades e até redes de saúde. O SUS é vítima prioritária destes ataques. Entre os desdobramentos deste movimento, que acontece também em outros países das Américas, é possível identificar as reconfigurações dos sistemas nacionais de saúde em prol das empresas transnacionais, das estruturas de trabalho e das formas de resistência do campo sindical. A precarização das relações e condições de trabalho, a rotatividade da mão de obra e a desvalorização salarial são alguns reflexos diretos sobre os trabalhadores. No aspecto do direito à saúde, há, evidentemente, a exclusão das camadas mais vulneráveis economicamente aos serviços prestados.
- e. Manter o combate contra as propostas contidas na Reforma da Previdência que dificultam o acesso ao direito, levam ao rebaixamento drástico dos valores pagos, induzem ao fim do sistema público de aposentadoria, contribuem com a consequente transferência destes recursos para a iniciativa privada e levam ao desmonte do conjunto de políticas públicas presentes na Previdência Social. A alegação de insuficiência de recursos para a Previdência é insustentável, tendo em vista que a Constituição Federal define que esta área está atrelada à Seguridade Social e ao seu Orçamento, que é comprovadamente

superavitário. Pesquisas apontam que mais de 100 milhões de brasileiros recebem benefícios diretos e indiretos vindos das áreas da Previdência Social, a maior parte deles, o equivalente ao salário mínimo. A Previdência tem um papel de distribuição de renda que contribui no combate às desigualdades sociais e na dinamização das economias de um grande número de municípios.

- f. Manter a atuação em prol da regulamentação da Convenção nº 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, que garante o direito à liberdade de associação e de negociação coletiva no serviço público. O imediato cumprimento da Convenção nº 151 é uma das reivindicações defendidas pelos trabalhadores da Seguridade Social. Este é um pressuposto para o estabelecimento de relações de trabalho menos arcaicas capazes de valorizar os servidores públicos e garantir serviços com qualidade.

8. Em defesa das estatais, dos serviços públicos, das riquezas naturais e da soberania

1. Uma das ações no primeiro dia do governo ilegítimo de Michel Temer foi a MP 727/2016, feita para facilitar a entrega do patrimônio nacional ao capital privado. Para isso, essa medida rebaixou direitos laborais, as normas ambientais, assim como definiu um novo papel para o BNDES: em vez de promover o desenvolvimento, se tornou o fiador das privatizações no país.
2. O resultado dessas ações foi: até dezembro de 2018 o governo Temer já havia vendido 70 empresas públicas. Além disso, extinguiu uma vasta área protegida de florestas e de reservas indígenas, entregando a Amazônia para as empresas transnacionais explorarem a mineração e a biodiversidade, colocando em risco o equilíbrio do meio ambiente e a vida das comunidades locais. O governo Bolsonaro, não só está dando continuidade a esta estratégia como vem a aprofundando, com a adoção de um programa entreguista do patrimônio brasileiro: busca a venda de setores estratégicos a preços irrisórios, em muitos casos, entregues para grupos internacionais, contradizendo totalmente a soberania que diz defender.
3. Atualmente o Estado brasileiro possui 130 estatais. Até junho de 2019 já havia 46 projetos de privatização (como a Eletrobrás, a Trensurb, a CBTU, a EBC, a Lotex, Ceasaminas, Codesa e a Casa da Moeda). Em agosto foram incluídas mais nove empresas públicas (Telebrás, Correios, Codesp, Dataprev, Serpro, Emgea, Ceitec, Ceagesp e ABGF). Dentre estas, algumas o governo Bolsonaro/Guedes sequer irá colocar à venda, vai apenas encerrar as atividades, como a Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada). O governo chegou a anunciar que irá privatizar também presídios, parques e até creches. Para facilitar esse processo, em junho de 2019 o STF permitiu que as subsidiárias das empresas estatais fossem vendidas sem o aval do Congresso, tornando mais fácil a entrega das empresas públicas ao capital privado.
4. Além da venda das empresas públicas, o governo Bolsonaro privatiza o Estado brasileiro em diversas frentes:
 - a. Através da concessão da infraestrutura e da exploração mineral e da biodiversidade (portos, aeroportos, rodovias, saneamento, minérios e terras) para a iniciativa privada;
 - b. Através da terceirização dos serviços públicos e da administração direta, inclusive através das OSs (Organizações Sociais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público);
 - c. E através da abertura de capital (venda de ações do Estado Brasileiro) e a venda de ativos dos bancos públicos e demais estatais, fatiando as empresas ou tornando-as empresas de economia mista.
5. Esse processo configura um dos maiores ataques já executados pelos capitalistas brasileiros e estrangeiros, que participaram ativamente de todos os capítulos do golpe para agora receberem o pa-

-
- patrimônio público e o patrimônio nacional, além de darem sustentação às políticas de austeridade implantadas no Brasil, que mergulham a economia numa crise sem fim. Para a população, o resultado é o aumento significativo de tarifas e a piora dos serviços prestados; para o país, há uma perda de instrumentos para induzir o desenvolvimento econômico, social e cultural com o combate às desigualdades.
6. As empresas e serviços públicos, na mira da privatização, são estratégicas para um projeto de desenvolvimento nacional, sustentável e com distribuição de renda; porém, estão sendo entregues ao comando do capital privado em detrimento das necessidades da população brasileira. O governo Bolsonaro está vendendo tudo ignorando os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal, dentre eles preservação da soberania e de desenvolvimento econômico.
 7. Como disse o presidente Lula em carta endereçada ao Ato em defesa da soberania nacional e popular, realizado no dia 04/09/2019: *“O que foi construído com o esforço de gerações está ameaçado de desaparecer ou ser privatizado em prejuízo do país, sempre a pretexto de reduzir a presença Estado, como se o Estado fosse um problema quando, na realidade, ele é imprescindível para o país e o povo. O mercado não vai proteger um dos maiores territórios do mundo, o subsolo e a plataforma continental; a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal. Não vai oferecer acesso universal à educação, saúde, seguridade social, segurança pública, cultura. O mercado não vai construir um país para todos.”*
 8. A Petrobrás, a principal empresa estatal brasileira, que gera riquezas, tecnologias avançadas, milhares de empregos e alavanca a indústria nacional em diversos setores, está sendo vendida aos pedaços para as suas concorrentes estrangeiras, com a entrega de dois gasodutos estratégicos, a distribuidora, com as refinarias como prioridade. Por outro lado, reduzem a produção de combustíveis aqui para importar em dólar dos Estados Unidos, com conseqüentes altas nos preços dos combustíveis e do gás para o povo. A revisão da lei de exploração do Pré-Sal promove a entrega das nossas riquezas e compromete o Fundo Social do Pré-Sal, fonte de recursos que seriam destinados à Educação e que, com sua queda, impossibilita o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).
 9. Os entreguistas estão destruindo o patrimônio nacional em nome de um receituário neoliberal que privatiza e reduz o Estado ao máximo, colocando-se a serviço das classes sociais mais ricas e dos grandes interesses econômicos, sobretudo, internacionais. Mas a população brasileira, em sua maioria, não aprova as privatizações. Ela sabe que os brasileiros perdem e quem ganha são os empresários, os acionistas e os investidores. E por isso a CUT reafirma:
 10. Soberania é a prerrogativa que um povo tem de decidir os rumos da nação em todas as esferas da vida em sociedade, o que implica ter o domínio dos mecanismos que controlam a economia do país, o que implica em ter um sistema financeiro voltado para crescimento interno e para as necessidades do país; ter serviços públicos de qualidade e universais; ter empresas públicas estratégicas 100% estatais; garantir que as riquezas minerais e da biodiversidade sejam utilizadas conforme os interesses do povo brasileiro;
 11. A CUT deve compor e ajudar a reunir amplas forças sociais e políticas na construção das ações da Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional;
 12. A CUT deve participar e fomentar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado 3261/2019, em tramitação na Câmara dos deputados, que define as regras para a privatização dos serviços de saneamento, bem como o Projeto de Lei que propõe privatizar a Eletrobrás (a ser enviado ainda em setembro para o Congresso);
 13. Lutar contra a realização dos 3 leilões que o governo Bolsonaro irá concretizar em 2019 para concessão de 36 blocos marítimos no Nordeste e Sudeste, em outubro; o leilão do excedente da cessão onerosa, com 4 blocos em processo bem avançado de exploração, em novembro, com cerca de 15

bilhões de barris que seriam explorados pela Petrobrás; em 5 blocos no Pré-Sal, com expectativas de 42 bilhões de barris, também em novembro.

14. A CUT deve envolver todas as entidades filiadas na luta contra a privatização das riquezas e do patrimônio nacional;
15. A CUT deve promover debates com toda a sociedade, com todos os trabalhadores nos locais de trabalho, para explicar os efeitos negativos da privatização e do papel relevante dessas empresas para o abastecimento, crédito, serviços públicos, indústria nacional e a soberania do Brasil;
16. A CUT deverá desenvolver uma ação articulada entre as entidades do setor público e estatais para o enfrentamento à terceirização, que precariza o trabalho e a qualidade dos serviços públicos e retira do Estado (através de mecanismos de participação social) a execução desses serviços, além de ser fonte de corrupção;
17. A CUT e as Estaduais da CUT devem promover um espaço permanente de articulação dos sindicatos das empresas estatais e dos serviços públicos das três esferas para organizarem as lutas contra a privatização do Estado em suas diversas formas.

9. Geração de empregos de qualidade

1. O desemprego atingiu um número alarmante de trabalhadores e trabalhadoras e os empregos precários crescem mensalmente. Aumenta a cada dia o número de brasileiros e brasileiras que, apesar de terem um emprego, vivem sob o signo da instabilidade em seu vínculo empregatício ou vivem em situações de miséria. Ao invés de promover a geração de empregos de qualidade, com a retomada da economia, dos investimentos públicos, de políticas de crédito e do crescimento do mercado interno, o governo Bolsonaro entrega R\$ 65 milhões para os empresários - que embolsarão esses recursos, já que não há mercado para consumir e, portanto, não haverá demanda para retomada da produção e da oferta de serviços e comércio.

A CUT defende que as políticas públicas de emprego devem:

- a. **Proteger as trabalhadoras e os trabalhadores desempregados:** (1) favorecer a plena articulação entre os programas e políticas de intermediação de mão de obra; o seguro-desemprego; os programas de qualificação e certificação profissional; de orientação profissional; e de geração de renda; (2) Elaborar as políticas de proteção ao desempregado, como vale-transporte, inscrição no Bolsa Família para aqueles que não têm acesso ao seguro-desemprego ou que já receberam todas as parcelas e não encontraram novo emprego, vale gás, descontos nas taxas de serviços públicos, entre outras; (3) desenvolver políticas específicas para os segmentos da população mais afetados pelo desemprego, como mulheres, jovens e negros e negras.
- b. **Promover o emprego de qualidade:** (1) elaborar ações de geração de novos empregos, inclusive de emprego apoiado e primeiro emprego; (2) desenvolver ações que limitem a rotatividade no trabalho e o número de trabalhadores sem carteira assinada, no setor privado, no setor público e entre as trabalhadoras domésticas; (3) promover o emprego de qualidade para os trabalhadores precários; (4) cadastrar e acompanhar os trabalhadores de aplicativos (economia de plataforma), desenvolvendo políticas de proteção e regulação desse trabalho; (5) políticas de promoção de oportunidades de trabalho para os/as trabalhadores/as com deficiência; (6) ampliar a fiscalização e o combate ao trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil.
- c. **Promover a economia solidária:** com ações e programas adequados às atividades destes trabalhadores, através de assistência técnica e crédito.

d. Implementar programas de formação profissional que (1) levem em conta as mudanças nos sistemas produtivos em curso devido as inovações tecnológicas; (2) garantam a oferta de formação continuada ao longo da vida dos trabalhadores e trabalhadoras; (3) considere as especificidades do mercado de trabalho local e as demandas dos setores de atividade econômicas locais.

e. Produzir periodicamente estudos sobre mercado de trabalho nacional, estadual e municipal: informações, análise e conhecimentos sólidos a respeito do presente e prospectar possibilidades no futuro para cada contexto local e territorial. Constituir capacidade local de promover a observação da dinâmica do desenvolvimento local e a demanda por força de trabalho e formação profissional.

f. Para avançar nessa concepção de sistema público de emprego a CUT irá:

1. Procurar os governadores e prefeitos democráticos/progressistas, e os respectivos responsáveis pelas comissões estaduais e municipais de emprego, que estejam dispostos a debater e construir essas propostas de política públicas de promoção do emprego de qualidade, procurando reduzir o desemprego e o emprego precário;
2. Organizar a intervenção dos conselheiros da CUT nas comissões municipais e estaduais de trabalho, emprego e renda, (1) com formação sobre o mercado de trabalho e as políticas de emprego; (2) com intervenção articulada nos espaços de formulação, monitoramento e deliberativos.

10. Reforma Agrária e agricultura familiar para garantir direitos e democracia

1. O campo é estratégico para um projeto de nação soberano e sustentável, pois gera emprego e renda, garante a soberania e segurança alimentar e potencializa a democracia e a justiça social. E a reforma agrária é instrumento fundamental para o enfrentamento ao latifúndio e o agronegócio, que sustentam o atual modelo de desenvolvimento rural, altamente concentrador, excludente e degradador.
2. Atendendo aos interesses do agronegócio, o governo Bolsonaro promove o desmonte das instituições e da legislação de direitos humanos, ambiental, fundiária e de soberania e segurança alimentar. A junção da exploração da mineração, da terra e da água - a tríade do agronegócio - bem como a liberação e utilização de agrotóxicos resulta no aumento da desigualdade, da degradação ambiental, da violência, da pobreza e exclusão social, intensifica e estimula os conflitos agrários e contribui para a expropriação e expulsão dos povos da floresta, das águas e a agricultura familiar e camponesa, assim como os povos indígenas e as comunidades tradicionais e quilombolas. Não há como construir uma alternativa de desenvolvimento sem promover a democratização da posse e uso da terra.
3. O acesso democrático à terra é a principal política de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar no Brasil, que é responsável por mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas e aproximadamente 75% dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que equivale a 12,3 milhões de agricultores familiares. A agricultura familiar produz a maior parte do que se come no país, o que representa 70% da produção geral de alimentos. É preciso, pois, fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo, com a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos para o mercado interno, para os/as trabalhadores do campo e das cidades, mais baratos e sem agrotóxicos
4. Neste sentido, a reforma agrária deve ter papel estratégico na agenda da CUT, construindo políticas e mobilização social em conjunto com os movimentos do campo e da cidade, para garantir o direito à terra, ao território, às políticas de crédito e comercialização, para assegurar a produção

de alimentos saudáveis, proteção da biodiversidade e garantia de inclusão e qualidade de vida das pessoas.

5. Assim, a CUT decide:

- a. Potencializar alianças com os movimentos populares e organizações nacionais e internacionais que se identificam com a CUT para a defesa incisiva da Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar e Camponesa, das melhorias das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas, como elementos centrais de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;
- b. Intensificar a luta em defesa dos territórios, terra, água, sementes, cultura, modos de vida, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa;
- c. Defender a soberania e segurança alimentar, hídrica, territorial, ambiental, genética, energética e mineral;
- d. Pressionar o governo para ampliar investimentos públicos, cumprindo a Constituição Federal, no que diz respeito às desapropriações, demarcações de terras indígenas e quilombolas, além da regularização fundiária, combatendo a grilagem e a estrangeirização das terras e a desnacionalização de imensas extensões do território sob o controle das empresas nacionais e transnacionais;
- e. Lutar pela criação de programas de segurança pública no campo com objetivo de redução da violência;
- f. Lutar pela potencialização das políticas de desenvolvimento regional e ambientais, com destaque para a proteção dos biomas, incentivos à produção e comercialização, associativos e cooperativismo, criação de redes entre produtos e consumidores da agroecologia, assim como estimular o pagamento por serviços ambientais prestados pela agricultura familiar;
- g. Lutar pela revogação da Lei nº 18.846/2019, que limitou o acesso aos direitos previdenciários dos trabalhadores/as rurais, além de prejudicar a representação sindical, bem como da Emenda Constitucional nº 95 (“Teto dos Gastos”);
- h. Defender políticas públicas adequadas à realidade rural, a recuperação e ampliação de recursos orçamentários e pelo reestabelecimento dos efeitos da Lei nº 12.858/2013, que trata sobre os recursos do Pré-Sal para Educação e Saúde, defesa intransigente do SUS e políticas específicas de saúde, educação e moradia para as populações do campo, da floresta e das águas e aprovação da PNARA (Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos);
- i. Lutar pela ampliação do fomento de políticas para as mulheres, juventude e idosos/as no campo, garantindo apoio às organizações produtivas das mulheres, creches públicas no campo, titulação de terras, criação de políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres e pessoas idosas, assim como políticas de juventude e sucessão rural que possibilite a permanência dos mesmos no campo;
- j. Defender a garantia dos direitos trabalhistas para assalariados e assalariadas rurais, especialmente, no que diz respeito ao combate à informalidade, ao desmonte das estruturas de fiscalização contra o trabalho análogo ao escravo e do aprofundamento da reforma trabalhista, que precariza ainda mais o trabalho no campo;
- k. Lutar pelo acesso a direitos previdenciários e Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que garantam aos trabalhadores rurais condições dignas de vida e o sustento de suas famílias;

11. Defender a retomada da indústria nacional como estratégia de soberania e desenvolvimento econômico e social

-
1. O Brasil é a 9ª economia do mundo e ocupa a mesma posição no parque industrial mundial, mas vem transferindo riqueza da sua indústria, de setores e serviços estratégicos ligados à tecnologia, à saúde e à educação, com uma internacionalização desenfreada nessas áreas. Nos últimos cinco anos, mais de 400 empresas foram adquiridas pelo capital estrangeiro e, somente em 2019, 65 companhias deixaram de ser nacionais, em áreas como internet, tecnologia da informação, mídia e telecomunicações, energia, hospitais e clínicas de análises laboratoriais e instituições financeiras.
 2. A indústria (extrativa, de transformação e de construção) é o setor onde se localizam as atividades com maior potencial de geração de riqueza e de desdobramentos positivos para outros setores e para a sociedade com a distribuição desses ganhos. É o setor que tem mais capacidade de alavancar outros setores porque cria novos produtos, insumos, tecnologias e processos, além da geração de emprego e da elevação do gasto com investimento. Os novos processos e tecnologias sofrem um “transbordamento” e acabam sendo utilizados em outros setores da economia. É também na indústria que o avanço tecnológico tem maior potencial para virar inovação. Não existem, na experiência mundial, países desenvolvidos e populosos sem uma indústria forte.
 3. No entanto, o setor tem padecido com a política macroeconômica, com a deterioração tecnológica, com desnacionalização de cadeias industriais, com a “primarização” da produção (produtos mais simples ao invés de mais sofisticados) e com a inserção cada vez pior nas grandes cadeias produtivas globais.
 4. Com o governo Bolsonaro há uma política de destruição total da indústria, seja através da destruição dos mecanismos de crédito nos bancos públicos, como o BNDES, seja na destruição das estatais (que são fortes demandantes da indústria nacional), seja em medidas que facilitam a importação em detrimento da produção local. Exemplo disso é o acordo firmado entre União Europeia e MERCOSUL que tem forte impacto negativo na indústria nacional. A ação negativa do governo também se materializa na política macroeconômica negativa para a indústria e na falta de investimento público em infraestrutura, que poderia colaborar com a retomada da indústria nacional.
 5. Ao invés de promover políticas que alavanquem a indústria nacional, o governo Temer e agora Bolsonaro aprofundaram as vendas e concessões de empresas estatais, com a entrega do controle de empresas estratégicas e que não estão retornando como ganhos para a sociedade brasileira e que não estarão conectadas com uma política de desenvolvimento produtivo, como é o caso da Embraer, da Eletrobrás, da BR Distribuidora, da Partilha do Pré-Sal, entre outras riquezas minerais do nosso País. Estão aprofundando as desigualdades sociais e colocando em risco os empregos na indústria química, plástica, energética e metalúrgica, além do desmonte provocado pela operação Lava Jato na indústria da construção civil e na indústria naval.
 6. Além da ação contra o desenvolvimento e a soberania nacional do governo Bolsonaro, a perspectiva de um novo ciclo de inovações tecnológicas em torno da “Manufatura avançada/Indústria 4.0.” transforma a retomada industrial no país ainda mais urgente, caso contrário, o Brasil permanecerá inserido de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho e nas cadeias globais de produção. Ficaremos ainda mais à margem desse processo com a destruição das políticas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Ciência e Tecnologia, com a destruição das instituições de pesquisa pública. Exemplo disso foi o encerramento dos contratos para a produção de fármacos com os laboratórios públicos nacionais, os ataques contra a Embrapa e contra as universidades públicas.
 7. Nesse sentido, e considerando que o movimento sindical brasileiro sempre foi protagonista político, a conjuntura atual exige resistência aos ataques. Para tanto, os trabalhadores e trabalhadoras industriais devem fortalecer sua organização de base, lutar em defesa dos empregos, salários e melhores condições de trabalho, bem como incidir nos espaços de decisão sobre políticas industriais e de desenvolvimento econômico, de modo a garantir a geração de empregos de qualidade, distribuição dos ganhos deste crescimento com os trabalhadores e com o Estado, e que tenha como objetivo primor-

dial um país soberano que repense, em curto prazo, sua produção industrial frente às novas tecnologias e os impactos ambientais e sociais dessa produção. Dada a natureza do Capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais de subordinação ao capital financeiro internacional, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob o comando do Estado e articulado com um programa de reformas estruturais.

Por isso, propomos:

- a. **Defender como objetivos para uma política industrial:** aumentar a participação da indústria na geração de riqueza nacional, com foco em políticas que desenvolvam a indústria nacional e que resolvam os gargalos econômicos e sociais existentes no Brasil (infraestrutura, mobilidade, habitação, saneamento, acessibilidade, entre outros), que colaborem com a redução das desigualdades e com a elevação dos padrões de vida da população, de forma sustentável, visando ao desenvolvimento regional e à criação de empregos de qualidade.
- b. **Defender e debater com a sociedade as diretrizes necessárias para a retomada da indústria:** (1) garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica que também desenvolvam soluções voltadas para as necessidades da população; (2) política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente; (3) readensamento das cadeias produtivas de valor; (4) política externa soberana e que promova a indústria nacional; (5) promover o desenvolvimento regional; (6) empregos de qualidade.
- c. **Retomar os investimentos em infraestrutura logística** para ampliação e melhoria dos diferentes modais de transporte de carga, especialmente o ferroviário, e da comunicação, ampliando o acesso à internet em regiões remotas, garantindo a segurança na comunicação de dados e a melhoria da interconectividade da rede brasileira.
- d. **Retomar os investimentos em infraestrutura social** como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e elevem a qualidade de vida da população brasileira.
- e. **Consolidar uma política energética democrática**, que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, a sustentabilidade de produção e o uso, a ampliação da capacidade produtiva com predomínio de energias renováveis, bem como a participação da sociedade na definição de suas diretrizes e com o controle do Estado nesse setor estratégico.
- f. **Defender as empresas públicas estatais**, que garantem a soberania nacional em áreas estratégicas, que garantem o acesso da população aos serviços essenciais, e que se constituem como instrumentos indispensáveis na indução do desenvolvimento econômico e social.
- g. **Garantir educação formal universal e de qualidade** e desenvolver **programas de qualificação profissional** que acompanhem o novo paradigma tecnológico. Garantir que a qualificação profissional seja pensada como formação continuada ao longo da vida do trabalhador.
- h. **Restabelecer o papel dos Bancos públicos**, especialmente o BNDES, para que colaborem com os investimentos produtivos necessários ao desenvolvimento nacional. O papel do BNDES não deve ser o de promotor das privatizações.
- i. **Revisar a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou a se chamar Taxa de Longo Prazo (TLP)**, em 2017. Essa mudança fez com que um importante instrumento anticíclico, que é crédito baseado em taxas de juros mais baixas e de menor volatilidade, se torne uma taxa muito mais instável, ao sabor das decisões da conjuntura e da política monetária.
- j. **Realizar formação com os dirigentes de base acerca do tema da indústria** e de nossas propostas de política industrial, tendo como objetivos discutir a história da indústria no Brasil, a atual con-

juntura industrial e apontar caminhos para os desafios, junto com os trabalhadores, no “chão das fábricas”.

Eixo 3. Ampliação da representação e fortalecimento da organização, com atualização do Projeto Político-Organizativo da CUT

12. Sobre o Genocídio da População Negra

1. O Brasil está diante de uma matança generalizada da sua população negra principal vítima da violência letal. O número de mortes violentas é um retrato da desigualdade racial no país: 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas, com baixa escolaridade e não possuem o ensino fundamental concluído. Esse cenário é tão alarmante que ativistas e especialistas têm denominado o fenômeno de *genocídio da população negra*, gerado como reflexo do racismo estrutural e institucional que coloca em xeque ideais de solidariedade e igualdade e impacta o tipo de sociedade que estamos construindo para as próximas gerações.
2. O problema da desigualdade social no Brasil não diz respeito apenas a questões socioeconômicas, mas passam fundamentalmente por dimensões socioculturais e étnico-raciais. Para enfrentar esse problema é preciso assumir que somos uma sociedade racista e, ainda, que o racismo é praticado pelo próprio Estado e inculcado em nosso modo de pensar e agir durante toda a vida. O mito da democracia racial não nos permite reconhecer o racismo, suas causas e consequências, contribuindo para a naturalização e a banalização de violações por variados setores da sociedade.
3. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Assassinatos de Jovens de 2016 e uma pesquisa da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) confirmaram que 56% da população brasileira concordam com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco” revelando como os brasileiros têm sido indiferentes a um problema que deveria ser de todos. A partir desses dados, indicou-se como ações: um Plano Nacional de Redução de Homicídios de Jovens, transparência de dados sobre segurança pública e violência e fim dos autos de resistência (termo utilizado por policiais que alegam estar se defendendo ao matar um suspeito), além da desmilitarização da polícia.
4. Porém, após o golpe contra Dilma, todas as políticas de promoção da igualdade racial foram esvaziadas ou eliminadas, principalmente as que versavam sobre a questão do genocídio da população negra. Em seu lugar temos hoje a proposta de um pacote anticrime impulsionado pelo Presidente, seu Ministro da Justiça e pela Frente de Segurança Pública, a chamada “bancada da bala”.
5. As medidas propostas pelo pacote endurecem uma série de leis penais e processuais que são inconstitucionais e ineficazes, tal como o relaxamento do “excludente de licitude”, que permite ao juiz reduzir a pena em até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso no uso da força decorrer de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” e não apenas para evitar agressão. É uma licença para matar, e que pode dar guarida a muitos maus policiais. Outra medida é a insistência em soluções calcadas na ampliação do encarceramento, revelando a despreocupação com sistema penitenciário nacional, cuja superlotação tem servido menos à redução da violência e mais ao recrutamento de pessoas em situação de vulnerabilidade, acabando por fortalecer as facções prisionais a partir da ausência do Estado, dada a trágica situação das prisões brasileiras.
6. Outra ação preocupante desse governo é a tentativa de redução da maioria penal, que viola o disposto no artigo 228 da Constituição Federal, que é cláusula pétrea. É medida extremamente inoportuna, não apenas por não trazer qualquer resultado na redução de crimes, mas também por agravar a insegurança pública ao colocar pessoas ainda mais jovens em um sistema prisional que viola direitos humanos fundamentais. Além disso, cabe destacar que o aumento do tempo de

internação máxima dos adolescentes vai contra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e desconsidera o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, aproximando o sistema socioeducativo ao sistema criminal encarcerador.

7. O Brasil está entre os 193 países que se comprometeram com a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, tomado à decisão de não deixar ninguém para trás. Se o racismo tem deixado os negros para trás, ele precisa ser enfrentado. Da mesma forma, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio de sua Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013, proclamou a Década Internacional de Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, tendo como principal objetivo promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
8. A Década será uma oportunidade para se reconhecer a contribuição significativa feita pelos afrodescendentes às nossas sociedades, bem como propor medidas concretas para promover sua inclusão total e combater todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância relacionada.

9. Diante desse cenário propomos:

- a. Que a CUT priorize o debate de combate ao racismo com estrutura (orçamento e participação de toda a estrutura e secretarias da Central), fomentando formações para todos os dirigentes para que se conscientizem de que o racismo e o seu combate deve ser uma pauta prioritária de nossa Central e não somente na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e dos Coletivos de combate ao racismo.
- b. A CUT deve fortalecer a secretaria de combate ao racismo, tratá-la como uma secretaria estratégica no combate ao capitalismo e na luta de classes. O racismo é sem dúvida um dos pilares de sustentação do capitalismo, que explora o ser humano pela diferença de cor e raça, portanto, a CUT deve fomentar um intenso debate e propor ações práticas com as Estaduais da CUT para encarar o problema de maneira mais ativa.
- c. É preciso enfrentar o problema do racismo de frente. Esta não deve ser somente uma política de secretaria, mas uma medida transversal para inclusão da temática racial no contexto das ações da CUT, bem como tema para ser fortalecido em suas instâncias internas, visto que o racismo está na base da formação da sociedade brasileira e permeia todas as relações sociais. É imprescindível nesse período que se anuncia, que possamos reforçar as políticas da CUT, tanto das secretarias estaduais quanto da secretaria nacional de combate ao racismo, além de transversalizar a temática para realmente dar visibilidade as pautas da maioria do povo brasileiro.

13. Trabalhadores e trabalhadoras com deficiência

1. A CUT defende a construção de um mundo justo, igualitário e inclusivo, onde as pessoas com deficiência (PcD) tenham garantidos os direitos em sua plenitude, considerando sua condição específica, ao mesmo tempo que promove sua inclusão em todas as esferas da existência em sociedade. Afinal, as pessoas com deficiência são parte indissociável de um todo, integrando-o em toda sua diversidade.
2. Contudo, ao longo da história da humanidade, em geral, as pessoas com deficiência têm sido vítimas de preconceitos e discriminação. Contribui para isso a adoção de conceitos e definições inadequados, que estimulam sua exclusão social ao invés de medidas, procedimentos e práticas inclusivas.

-
3. São inúmeras as barreiras e desafios cotidianos enfrentados por PcD e que muitas vezes acabam impedindo o exercício de direitos adquiridos. A falta de acessibilidade nos transportes e vias públicas, instituições de ensino, equipamentos culturais, unidades de atenção à saúde, meios de comunicação, ambientes de trabalho e demais espaços de uso público ou coletivo resultam na negação ao direito de ir e vir, o direito à educação, à saúde, à arte, à cultura, ao trabalho e à renda, entre outros.
 4. A CUT tem atuado cotidianamente em defesa dos direitos deste amplo setor da sociedade brasileira, que reúne cerca de 45 milhões de pessoas e representa quase um quarto da população do País. No âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), temos lutado para impedir retrocessos, combater uma visão assistencialista da questão e garantir conquistas no sentido da inclusão, não da segregação.
 5. Em nível internacional e nacional, estávamos em um processo de lutas e conquistas para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência até 2015. Neste período, entre outras, tivemos as seguintes conquistas: a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, por meio da Lei nº 6.949/2009; a instituição do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência - Plano Viver Sem Limite, pelo Decreto nº 7.612/2011; a regulamentação da Lei nº 142/2013, por meio do Decreto nº 8.145/2013, que trata da aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência; a aprovação da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), também conhecida como LBI.
 6. Particularmente, no que se refere ao trabalho e à renda, este arcabouço legal visa a garantia da liberdade de escolha, acessibilidade nos locais de trabalho, formação profissional, igualdade salarial para a mesma função, segurança, sindicalização, progressão funcional, preservação de emprego, habilitação e reabilitação profissional, proteção contra o trabalho forçado, entre outras.
 7. Entretanto, esses direitos nem sempre se tornam realidade na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência (TcD) que, em grande parte, continua socialmente excluída. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2017 indicam que empresas e o setor público cumpriam com apenas 48% do preenchimento de vagas de emprego que, segundo a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91 e Decreto nº 3.298/99) são reservadas a pessoas com deficiência e pessoas reabilitadas. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência incluídos no mercado formal não representam sequer 1% dos empregos formais. Entre contratados, tem sido prática comum o pagamento de salários menores às pessoas com deficiência e a ausência de condições de trabalho satisfatórias, seja pela ausência de acessibilidade e adaptações ou de auxílio técnico para o desempenho das funções.
 8. Repudiamos as reduções orçamentárias das ações destinadas à inspeção do trabalho e clamamos pelo rigor das políticas de saúde e segurança do trabalho, inclusive para evitar que trabalhadores e trabalhadoras adquiram deficiência por acidente ou adoecimento; combatemos o ataque ao direito à aposentadoria por idade das pessoas com deficiência, que estenderia o tempo de contribuição de 15 para 20 anos, pois se a comprovação de 15 anos contribuindo ao INSS na condição de pessoa com deficiência já é extremamente difícil, com os 20 anos seria praticamente impossível; combatemos a alteração na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com sua desvinculação do salário mínimo e a conseqüente redução do valor do benefício, bem como a restrição do acesso ao benefício pelos idosos por meio do aumentando da idade mínima de 65 para 68 anos; lutamos pela revogação da antirreforma trabalhista e da lei de terceirização, que estão inviabilizando a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

No próximo período, a CUT deve consolidar o Banco de Dados de Acompanhamento da Lei de Cotas em parceria com o DIEESE, orientando suas instâncias e entidades sindicais filiadas a respeito dos pro-

cedimentos e prazos; manter e desenvolver novas parcerias com entidades parceiras voltadas às lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência; organizar a participação do movimento sindical CUTista nas mobilizações do movimento das pessoas com deficiência, particularmente no Dia Nacional de Lutas e no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; implementar a comunicação inclusiva nos meios de comunicação da Central e orientar as organizações sindicais CUTistas a fazerem o mesmo; promover uma política de formação inclusiva que atenda às condições de acessibilidade e viabilize a participação dos e das sindicalistas com deficiência; elaborar uma minuta com cláusulas e orientações com medidas específicas que assegurem a inclusão no trabalho, o acompanhamento das contratações e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, para que os sindicatos as incorporem em suas campanhas e mobilizações.

9. As entidades sindicais CUTistas deverão criar coletivos de debate e organização de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência; produzir materiais e publicações sobre a pauta TcD; realizar seminários e cursos de formação de militantes e dirigentes sindicais acerca das temáticas TcD; e integrar os mecanismos participação e controle social de políticas e direitos PcD.

14. LGBT e os direitos humanos no mundo do trabalho

1. A CUT compreende que todos e todas, sem distinção, devem ter seus direitos humanos garantidos, recebendo tratamento igualitário e proteção contra preconceitos de qualquer tipo. No mundo do trabalho e na sociedade em geral, lutamos pela livre orientação sexual e identidade de gênero, para que as especificidades das pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) sejam respeitadas e a heteronormatividade dominante seja desconstruída.
2. A igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos em todo o mundo, e todos os esforços são importantes e necessários para garantir às pessoas LGBT não só o direito ao trabalho, mas a um ambiente inclusivo, com respeito e liberdade, sem constrangimentos ou violências e sem discriminações em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração.
3. As pressões do movimento sindical e do movimento LGBT têm levado mais empresas a repensar sua atuação quando o assunto é o respeito aos direitos humanos e o combate à LGBTfobia. Ao longo de décadas de luta, muitos direitos foram conquistados ao redor do mundo pela população LGBT.
4. Porém, violações de direitos humanos em função de orientação sexual ou identidade de gênero constituem um padrão consolidado mundialmente, incluindo negação de oportunidades de emprego e educação, invasão de privacidade, detenção arbitrária, agressões sexuais e estupro, tortura e maus-tratos, linchamentos e assassinatos, entre outras. A regra ainda é a exclusão e a hostilidade aos trabalhadores e trabalhadoras LGBT no mundo do trabalho, enquanto as instituições que deveriam garantir os direitos são muitas vezes as primeiras a subtraí-los.
5. Em dezenas de países, relações homossexuais são consideradas crime - com pena de morte em oito deles. Por sua vez, as pessoas LGBT têm mais chances de tirar a própria vida que os heterossexuais, sobretudo, quando convivendo em ambientes hostis à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ademais, os assassinatos seguem ocorrendo em ritmo alarmante, sendo o Brasil o país com o maior número de vítimas fatais da homolesbotransfobia. A expectativa média de vida de travestis e transexuais é de apenas 35 anos, menos da metade do conjunto da população brasileira (75 anos). Para a população trans, existir é resistir!
6. Todos os seres humanos devem ter garantidos seus direitos fundamentais, a começar pela vida. Mas não basta sobreviver, é preciso garantir o direito a uma vida digna e livre do preconceito.

-
7. A ofensiva ultraconservadora e a discriminação LGBTfóbica nas relações de trabalho dificulta ainda mais a inclusão da população LGBT no mundo do trabalho e a garantia de seus direitos, inibindo o acesso ao emprego e dificultando a igualdade de condições e oportunidades. São constantes a violência, a perseguição, o assédio moral, a falta de oportunidade em ser valorizado, o desrespeito, bem como os riscos e as pressões para que a pessoa LGBT não assuma sua identidade de gênero ou orientação sexual no local de trabalho, e alterem o próprio comportamento no ambiente de trabalho na tentativa de se integrarem com os colegas.
 8. Nas escolas públicas brasileiras, grande parte da comunidade escolar - alunos, pais, professores e funcionários - tem algum grau de preconceito contra a população LGBT em geral, sendo que travestis e transexuais são as pessoas mais afetadas. Devido à transfobia, a rejeição das famílias é recorrente, o desempenho escolar e acadêmico é prejudicado, o abandono dos estudos é frequente, as dificuldades de inserção e as chances de exclusão do mercado de trabalho aumentam, a prostituição torna-se alternativa para obtenção de renda e, assim, a exposição de travestis e transexuais às diversas formas de violência se amplia e a vulnerabilidade social da população trans se aprofunda.
 9. A coalizão reacionária e golpista que derrubou Dilma, prendeu Lula e elegeu Bolsonaro vem implementando seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático. O crescimento do desemprego, o rebaixamento dos salários, a precarização das condições de trabalho e os cortes nos investimentos sociais estão afetando toda a classe trabalhadora, sobretudo seus setores mais marginalizados e vulnerabilizados, entre os quais os LGBT.
 10. Neste sentido, é preciso superar a falta de iniciativa de diversos sindicatos diante da pauta LGBT no mundo do trabalho, contribuindo para que trabalhadores e trabalhadoras LGBT se envolvam no movimento sindical, organizem-se e lutem por seus direitos.
 11. As entidades sindicais CUTistas deverão criar coletivos de debate e organização de trabalhadores e trabalhadoras LGBT; produzir materiais e publicações sobre a pauta LGBT; promover campanhas contra a LGBTfobia no mundo do trabalho; realizar seminários e cursos de formação de militantes e dirigentes sindicais acerca das temáticas LGBT; participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBT e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao mundo do trabalho; e integrar os mecanismos participação e controle social de políticas e direitos LGBT.
 12. Do mesmo modo, considerando a necessidade de conhecer o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras LGBT, a CUT buscará articular pesquisadores e instituições para que desenvolvam iniciativas de levantamento de dados, cabendo aos ramos, federações, confederações e sindicatos incluírem questões sobre identidade de gênero e orientação sexual nas pesquisas que realizarem com as respectivas bases.
 13. Tendo em vista que importantes pautas de reivindicação LGBT podem ser conquistadas nos acordos coletivos, a CUT elaborará uma minuta de cláusulas e orientações aos sindicatos para serem incorporadas em suas campanhas e mobilizações.
 14. Para contribuir na articulação das forças democráticas e populares em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras LGBT, a CUT se coloca à disposição para colaborar na construção de um encontro nacional LGBT no primeiro semestre de 2020, conforme proposto pelo seminário “LGBT e o mundo do trabalho” realizado em junho de 2019.

15. A Formação na Estratégia da CUT

1. Ao longo dos 36 anos de trajetória e luta da CUT, a Política Nacional de Formação sempre foi considerada um dos pilares estratégicos para a implementação do projeto político e organizativo

da nossa central. A cada momento de nossa história, formação, organização e luta caminharam lado a lado, inspirando e potencializando através da *práxis* a consolidação de uma CUT forte e representativa na base.

2. Neste contexto, a 4ª Conferência Nacional de Formação, após amplo processo de mobilização na base com cerca de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras, culminando na Etapa Nacional realizada de 27 a 31 de maio de 2019 em Belo Horizonte/MG, com a participação de 586 pessoas, indica como resultado desse processo de sistematização as seguintes propostas ao 13º CONCUR:
 - a. **Trabalho em Rede e construção coletiva** A CUT garantirá o trabalho composto por agentes que atuam na formação em seus sindicatos, ramos e através das Secretarias Estaduais de Formação e das Escolas Sindicais da CUT, denominado REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT, através dos fóruns de construção coletiva como Conferência Nacional, ENAFOR e CONAFOR em todas as suas esferas de abrangência estaduais, regionais e locais.
 - b. **Princípios da Formação Sindical CUTista** A CUT respalda a reafirmação da REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO aos seus princípios basilares que regem a Formação Sindical: Classista e de Massas, Indelegável, Democrática, Plural e Unitária, Unificada e Descentralizada, Processual, Permanente, Planejada e Sistematizada, Instrumento de Reflexão Crítica e de Libertação, Integralidade do Ser Humano, Contra as Discriminações Dimensões Política, Cultural e Técnica.
 - c. **Conferência Nacional de Formação da CUT** A CUT continuará a realizar Conferência Nacional de Formação como momento e espaço estratégico para debater e formular as diretrizes estratégicas, concepção metodológica e prioridades de ação do Plano Nacional de Formação da Central, a partir de um amplo processo de participação de trabalhadores da base, além de dirigentes das entidades representativas da Rede Nacional de Formação, que contemple a realização de etapas locais, estaduais, regionais e temáticas.
 - d. **Atuação unificada da CUT com organizações em âmbito internacional** A CUT promoverá uma atuação unificada da representação dos trabalhadores nas Confederações Sindicais de Trabalhadores das Américas e Internacional - CSA/CSI na defesa da concepção de Educação Integral como diretriz da formação profissional da classe trabalhadora ao longo da vida, integrada à luta pelo Trabalho Decente na disputa contra o capital na regulação pública das relações de trabalho, sobretudo, das novas ocupações em espaços locais e internacionais, referência para o diálogo social no âmbito da OIT/ACTRAV/CINTERFOR (Organização Internacional do Trabalho/Grupo dos Trabalhadores/Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento na Formação Profissional).
 - e. **Instituto Nacional de Formação da CUT** A CUT promoverá um amplo debate com toda Rede Nacional de Formação e Executiva Nacional da CUT acerca da criação de um Instituto Nacional de Formação, na perspectiva de fortalecer a Rede Nacional de Formação através de suas Escolas, com objetivo de articular e viabilizar parcerias e projetos nacionais e internacionais, a exemplo das experiências de outras centrais sindicais do mundo.
 - f. **Financiamento da Formação** A CUT proverá a sustentação financeira da sua Política Nacional de Formação através de várias formas e meios de arrecadação, a exemplo do processo vivenciado pela 4ª Conferência Nacional de Formação da CUT, com contrapartida solidária e financeira das entidades filiadas para as atividades formativas a serem executadas pelas Escolas Sindicais, Secretarias Estaduais de Formação e Secretaria Nacional de Formação da CUT.
 - g. **Articulação da Rede para além dos Sindicatos** A Rede de Formação da CUT aprofundará a estratégia de inserir em seu campo de ação programas e conteúdos que vão dialogar

com as demandas do conjunto da classe trabalhadora em suas atividades de formação, respeitando a concepção metodológica, *Prática-Teoria-Prática* e o Projeto Político e Organizativo da CUT, considerando para isso:

- ✓ Temas de interesse (que sejam relativos aos interesses da classe trabalhadora);
- ✓ Abordagem (a partir do interesse local, voltado para a consciência de classe e ação organizada);
- ✓ Linguagem (forma e conteúdo para se relacionar com os diversos públicos, como por exemplo o teatro, slam, grupo de tambores, torneios esportivos, cursos teóricos e profissionalizantes etc.);
- ✓ Frentes estratégicas (considerando as experiências, conhecimentos, campo de ação, organicidade com movimentos, possibilidade de intervenção etc., serão definidos os níveis de aprofundamento em relação aos temas e aos planos de ação);
- ✓ Locais de realização (ações formativas realizadas nos diversos locais onde os diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras estão: bairros, unidade produtiva familiar, local de trabalho, praças, espaços de produção e expressão artística e cultural, espaços de esporte e lazer etc.).

h. Inclusão de trabalhadores e trabalhadoras em luta por condições dignas de trabalho e cidadania

A Rede Nacional de Formação da CUT promoverá:

- Pesquisas das cadeias globais/valor onde se encontram os trabalhadores e trabalhadoras sem acesso a direitos trabalhistas, sem garantia de condições dignas de trabalho e cidadania, para elaboração de propostas de formação e conscientização sobre a sociedade de classes e ação organizada como forma de enfrentamento;
- Formulação de projetos de formação sindical para a captação de recursos em diversas áreas (diversidade, saúde, educação, cultura, gênero, raça etc.), a partir dos temas identificados;
- Atividades de curta duração nos sindicatos de base (rurais e urbanos) para juventude trabalhadora (independentemente dos vínculos contratuais ou sindicais) que abordem conteúdos e linguagens em que os protagonistas sejam os próprios jovens (festivais, slam, gincanas, oficinas, torneios etc.), paralelamente à elaboração de projetos;
- Atendimento às demandas por serviços que já ofereçam às bases sindicalizadas, ampliando-o para a classe trabalhadora precarizada em cooperação com associações profissionais e não profissionais locais e sindicatos.

i. Intervenção da CUT no Sistema S A CUT continuará a defender a formação integral e espaços para aprofundamento dos debates sobre a estratégia de intervenção da CUT no Sistema S, como parte do processo de disputa pelos rumos do desenvolvimento e controle social da economia e da educação profissional a partir da ótica dos trabalhadores, e promoverá a formação continuada das e dos representantes no conselho do Sistema S para a participação efetiva dos trabalhadores na gestão e disputa dos recursos financeiros e da concepção da Educação Integral, para a superação da oferta aligeirada e instrumental da Qualificação Profissional restrita ao mercado e que nega a importância dos sindicatos e dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

j. Juventude

O Plano Nacional de Formação estabelecerá ação específica sobre a juventude trabalhadora em conjunto com a Secretaria Nacional da Juventude, considerando as especificidades do campo, das cidades, do setor público e privado, visando a qualificação de quadros para assumirem as direções sindicais em todas as instâncias da CUT.

k. Gênero - Raça - Diversidade - Geração

O Plano de Formação da CUT reafirma a inclusão em suas atividades de debates sobre conteúdos de gênero, raça/ etnia, LGBT, idosos, pessoas com deficiência e migrantes, dando voz aos atores sociais dos respectivos movimentos, superando a limitação dos enfrentamentos e processos organizativos na sociedade e mundo do trabalho.

l. Plataforma

O Plano Nacional de Formação da CUT, com atividades preponderantemente presenciais, incluirá, de forma complementar em seus processos de formação, o uso da Plataforma Compartilhada Digital (cursos online, banco de dados, fóruns de debate, compartilhamento de materiais, atividades colaborativas, entre outras possibilidades), integrando este instrumento às estratégias organizativas e formativas da CUT. A SNF realizará um curso sobre uso da Plataforma na Formação Sindical.

CUT UNIDA, COMBATIVA E FORTE

LULA LIVRE!

16. Participação da CUT nos Conselhos de Saúde

1. Na luta pela implementação do Sistema Único de Saúde - SUS a sociedade brasileira empreendeu esforços para tornar real um modelo de atenção à saúde que traz em si um projeto de sociedade, um modelo de desenvolvimento, que se expressam em valores e princípios civilizatórios como a igualdade, integralidade e a democracia, articulando cuidados individuais e coletivos em toda dimensão da vida das pessoas, se configurando na maior política pública de inclusão social em curso no país.

2. Desde o princípio da constituição do SUS a Central Única dos Trabalhadores - CUT e seus sindicatos sempre estiveram presentes na luta pela saúde pública como direito, bem como pela valorização dos/as trabalhadores/as da saúde e desde sua institucionalização em 1990, o SUS tem passado por inúmeros ataques que inviabilizam seu funcionamento e dificulta sua proposta de garantir atenção a saúde gratuita, equânime e integral a população, em detrimento da retirada de direitos, que favorece e privilegia a crescente participação do plano de saúde na lógica da mercantilização e privatização da saúde, tendo a o direito a saúde como mercadoria.]

3. Com o golpe de estado foi aprovada Emenda Constitucional 95/16, afetando intensamente a vida das pessoas com a redução da capacidade de políticas públicas em particular a da saúde, priorizando a formação de superávit primário para pagamento de juros da dívida pública. Tais medidas austeras acentuará ainda mais as desigualdades sociais, ampliará a precarização das condições de vida e de trabalho da população, e o congelamento dos recursos para saúde impacta negativamente na garantia do fornecimento dos serviços de saúde ofertados pelo Municípios, Estados e Distrito Federal.

4. Segundo o IBGE o Brasil possui uma população de 208,5 milhões de habitantes. Destes, 75% tem como única garantia de acesso a serviços de saúde o SUS. Sem o SUS a população não terá nenhuma forma de acessar serviço de saúde, o que implica no agravando da doença e morte.

5. Segundo o Conselho Nacional de Saúde, no documento Orientador da 16ª CNS (8ª+8), o SUS realiza mais de 4,1 bilhões de tratamentos ambulatoriais ao ano; mais de 1,4 bilhão de consultas médicas ao ano; mais de 11,5 milhões de internações ao ano; a Saúde da Família atinge a mais de 112 milhões de habitantes, ou seja, mais da metade da população brasileira (56%) ao ano; 619 milhões de atendimentos realizados em mulheres no SUS ao ano; 2,7 milhões de partos realizados pelo SUS ao ano; mais de 27 mil transplantes ao ano; mais de 150 milhões de pessoas por ano atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU; mais de 250 mil agentes comunitários de saúde na quase totalidade de municípios.

6. O SUS é imenso e tem garantido saúde aos trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil. A participação da sociedade na definição das políticas públicas de saúde acontece em cada município, estado e união. Já está definida pela Lei nº 8.142/90, que regulamenta a participação da sociedade no SUS, estabelecida pela Constituição Federal.

7. A participação da sociedade se dá nas Conferências de Saúde e nos Conselhos de Saúde, nas três esferas de governo. As Conferências devem ser realizadas a cada quatro anos para analisar a situação de saúde do território e aprovar as diretrizes de saúde. Aos Conselhos de Saúde, como órgão deliberativo e permanente deve aprovar as políticas de saúde e fiscalizar a sua execução, inclusive nas questões econômico financeiras.

8. Cabe destaque a democracia interna do controle social da saúde. A participação é paritária entre os usuários e os demais segmentos, assim como, há participação igualitária entre trabalhadores do SUS e gestores e prestadores do SUS. Assim, os usuários participam com 50% nas instâncias deliberativas, os trabalhadores em saúde com 25% e os gestores e prestadores de serviços do SUS com 25%.

9. Nesses espaços, a CUT tem ecoado a voz da classe trabalhadora e tem atuado de forma incisiva lutado para garantir a saúde como direito e dever do estado, ocupando este espaço democraticamente constituído com representantes de diversos ramos e categorias que orientados a luz das resoluções da CUT compoem o Conselho Nacional de Saúde - CNS e suas diversas Comissões Intersetoriais com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, de modo a assessorar o pleno do CNS, fornecendo subsídios e discussão para deliberar sobre a formulação da estratégia e controle da execução de políticas públicas de saúde.

10. Além disso, a CUT atua nos Conselhos Estaduais de Saúde e nos Conselhos Municipais de Saúde para garantir uma saúde de qualidade ao conjunto da população.

11. Diante disso e buscando ampliar e fortalecer a ação da CUT na defesa e implementação da política pública de saúde a CUT deve:

- a. lutar pela revogação da emenda constitucional EC 86 que implanta o orçamento impositivo reduz recursos para a saúde e garante que deputados e senadores possam definir a aplicação de recursos na saúde sem análise do controle social; b) EC 95 que congela os gastos primários da união por 20 anos, reduzindo os recursos da área social para garantir a farras dos recursos públicos a serem distribuídos ao capital financeiro;
- b. lutar pela implementação e fortalecimento da Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras
- c. fortalecer e ampliar a participação dos trabalhadores das e trabalhadoras nos conselhos e comissões de saúde nas três esferas de gestão;
- d. promover e realizar parceria para formação de conselheiros/as de saúde nas três esferas de gestão;
- e. construir uma estratégia CUTista para atuação nos espaços de controle social das políticas públicas de saúde.

V. PLANO DE LUTAS

Eixo 1 - Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

Direitos

Lutar:

- a. pela a revogação da Emenda Constitucional 95, o fim da política de contingenciamentos e resistir contra a desvinculação de receitas das políticas sociais, fortalecendo a luta contra as privatizações e terceirizações na educação, saúde, saneamento, habitação e demais políticas sociais que asseguram os direitos básicos de cidadania;
- b. pela revogação da Emenda Constitucional nº 86, que implanta o orçamento impositivo e reduz os recursos para a saúde pública deliberados pelo controle social, além de garantir aos parlamentares a corrupção eleitoral;
- c. pelo referendo revogatório da EC resultante da PEC 06/2019. A CUT deve articular o referendo revogatório da contrarreforma da Previdência, bem como contra todos os ataques aos direitos dos trabalhadores/as brasileiros/as.
- d. pela revogação imediata da antirreforma Trabalhista (Lei 13.467 de 2017);
- e. pela revogação da Lei 13.846/2019 (MP 881/2019) que, na prática, inviabiliza o acesso aos direitos previdenciários dos trabalhadores da agricultura familiar e que também tem como objetivo enfraquecer as organizações dos trabalhadores no campo.
- f. pela defesa do INSS e contra o fechamento de agências de atendimento;
- g. pela redução da jornada de Trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial;
- h. pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contra medidas que precarizam o trabalho;
- i. pela implementação e aplicação da Política de Saúde do Trabalhador;
- j. pela efetiva implementação da lei de cotas para pessoas com deficiência no setor público e privado (Lei nº 8.213/91);
- k. pela defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;
- l. pelo combate à violência contra a mulher e o fim da violência obstétrica;
- m. pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;
- n. pela intensificação das lutas contra a violência, discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras e que se desenvolvam ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos,
- o. pela defesa da cultura indígena e da demarcação das terras indígenas;
- p. pela defesa da cultura e da valorização dos artistas;
- q. contra o trabalho infantil e a redução da idade de inserção no mercado de trabalho;
- r. contra a redução da maioria penal;
- s. contra o encarceramento e extermínio da população negra, a partir da aliança com o movimento negro e setores organizados da juventude nas periferias e escolas.

Democracia

Lutar

- a. pela defesa da democracia;

-
- b. pela liberdade de Lula;
 - c. contra a criminalização dos movimentos sociais;
 - d. pela manutenção de conselhos e fóruns de participação popular;
 - e. contra a violação dos Direitos Humanos das pessoas que lutam pela democratização do acesso à terra e a crescente criminalização dos movimentos sociais e sindical;
 - f. pela democratização da comunicação.

Soberania

- a. dar continuidade à campanha nacional contra a privatização das empresas estatais, para que sejam 100% públicas;
- b. pela retomada da concessão de partilha e aplicação dos *royalties* do petróleo do Pré-Sal para educação e a saúde;
- c. pela Petrobrás 100% estatal e a defesa do Pré-Sal como patrimônio do povo brasileiro, e que a união restabeleça o monopólio sobre todas as áreas produtivas de petróleo no país, seja retomada a concessão de partilha e que os *royalties* do petróleo se destinem à educação e à saúde;
- d. pelo fortalecimento do papel dos bancos públicos no desenvolvimento social;
- e. pelo efetivo cumprimento do disposto no art. 6º da Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2004, assegurando a realização de consulta prévia formal aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia sobre a implantação de megaprojetos de infraestrutura e logística com potencialidade danosa sobre seus territórios;
- f. pela manutenção do Fundo Amazônia;
- g. denunciar internacionalmente os crimes praticados pelo governo Bolsonaro, que resultam na entrega dos comuns (terras, água, subsolo e florestas) a megacorporações transnacionais da mineração e do agronegócio, mapeando todos os agentes das cadeias de suprimento destes segmentos.

Eixo 2 - Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

Políticas sociais

Lutar

- a. pela manutenção e melhoria dos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida;
- b. pela reforma urbana;
- c. por uma política de Segurança Alimentar.

Reforma Tributária

Lutar por uma reforma tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda, com as seguintes características:

- a. impostos progressivos em relação ao patrimônio e a renda;

-
- b. taxação das grandes fortunas;
 - c. redução das alíquotas dos impostos sobre a produção (IPI) e sobre o consumo (ICMS);
 - d. tributação da distribuição de lucros com Imposto de Renda;
 - e. simplificação dos tributos para possibilitar uma maior fiscalização sobre a sonegação e evasão fiscal;
 - f. fim da guerra fiscal e das desonerações em benefício do capital;
 - g. revogação da Lei Kandir, que torna imune a tributação de produtos semielaborados exportados, incentivando a exportação de *commodities* em detrimento de manufaturas;

Trabalho e Emprego

Lutar

- a. pela implementação de políticas de geração de emprego e renda;
- b. pela retomada da política de valorização do salário mínimo;

Saúde

Lutar

- a. por saúde e educação 100% públicos, gratuitos e de qualidade para todos (as);
- b. pela saúde pública de qualidade;
- c. pela defesa do Sistema Público de Saúde (SUS) e a manutenção dos conselhos de participação popular;
- d. exigir que o Estado brasileiro implemente as ações de saúde em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCA) - CONTAG
- e. contra o uso de agrotóxicos e transgênicos.

Educação

Lutar

- a. pela implementação de todas as vinte metas do Plano Nacional de Educação;
- b. pelo cumprimento e implementação da Lei do Piso Nacional (11.738/2008) para todos/as os/as trabalhadores/as em educação na rede básica de ensino, reivindicando do governo federal medidas que obrigue governadores e prefeitos a cumpri-la, aplicando-a em toda a carreira-CUT SC;
- c. pela defesa das Universidades públicas e dos Institutos Federais de Ensino e Centros Educacionais e Profissionalizantes;
- d. contra a reforma do ensino médio;
- e. contra o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, atendendo ao disposto na Lei nº. 12.960, de 27 de março de 2014;
- f. por uma política educacional do campo que valorize a agricultura familiar como opção de vida e de trabalho;

-
- g. pelo fim da utilização de OS (Organizações Sociais), privatização e terceirização dos serviços públicos.

Desenvolvimento Rural

- a. assumir, na prática, a luta pela reforma agrária como uma questão central, fortalecendo sua estratégia de luta, de reconhecimento que o direito à terra e ao território são direitos para a existência da agricultura familiar e camponesa, exigindo que o Estado garanta a defesa das políticas agrárias estipuladas na Constituição Federal: a desapropriação para fins de reforma agrária das terras que não cumprem a função socioambiental, a demarcação de territórios indígenas, a titulação de territórios quilombolas e o reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas;
- b. lutar por políticas de incentivo à produção e para a ampliação dos recursos orçamentários de políticas estruturantes para a Agricultura Familiar e Camponesa, tais como crédito, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, garantia de preços agrícolas, seguro agrícola, armazenagem, agroindústria, apoio à comercialização;
- c. apresentar propostas para construção e implantação da Política Nacional de pagamento por serviços ambientais prestados pela agricultura familiar, assegurando o direito à justa remuneração pelos benefícios gerados à sociedade pela conservação dos recursos naturais, bem como da possibilidade de conversão de multas em prestação de serviços de recuperação ambiental;
- d. defender a criação de programas de segurança pública no campo, visando coibir e reduzir a violência;
- e. defender uma política nacional de juventude e sucessão rural por meio da implementação do Plano Nacional de Sucessão Rural, baseada em quatro eixos: i) o acesso à terra; ii) fomento, acesso ao crédito e aos mercados; iii) a ampliação e a qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para as especificidades da juventude rural; e iv) a promoção da qualidade de vida e da cidadania no campo.

Eixo 3 - Ampliar a representação e fortalecer a organização, com atualização do Projeto Organizativo da CUT

Negociação coletiva

- a. a CUT deve contribuir com os ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-base de categorias e preparação de campanhas nacionalmente organizadas pelos ramos;
- b. criar instrumentos de negociação coletiva para todos trabalhadores/as ;
- c. a negociação coletiva é um espaço que deve ser valorizado na estratégia de envolver PJs, MEIs, estagiários, terceiros, intermitentes e outros, isto é, deve-se encontrar formas de ampliar as garantias negociais para além dos trabalhadores formalmente contratados;
- d. nas negociações coletivas, incluir cláusula de acesso a informações relativas aos tipos de contratos individuais de trabalho existentes nas empresas, aos contratos de trabalho terceirizados e empresas de prestação de serviços, PJ, entre outras;
- e. desenvolver ações, no âmbito do Macrossetor, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva e de ações unitárias envolvendo diferentes categorias.

Juventude

A CUT precisa de direções onde a interação entre os princípios e a experiência de construção da luta sindical e das nossas conquistas dialogue com o novo perfil da classe trabalhadora, especialmente da juventude trabalhadora. Para isso é necessário:

- a. fomentar a participação de jovens dando condições de atuação nas estruturas organizativas nas confederações, federações e sindicatos;
- b. dar continuidade a política de juventude com a manutenção da secretaria nacional de juventude e a criação de uma cota mínima para jovens de 10% nos espaços de debates e deliberação;
- c. fortalecimento das oposições sindicais CUTistas com avanço nas relações com a juventude e estratégias de mobilização com outros movimentos sociais;
- d. fomentar a articulação de outras Secretarias, como Formação, Comunicação, Organização e Finanças, mas, principalmente, de representação Racial e de Gênero com a Secretaria de Juventude;
- e. é urgente promover a organização da juventude trabalhadora a partir dos espaços onde compartilham condições precárias de trabalho e onde é forte sua presença, assim como é importante fortalecer as lutas que eles protagonizam nas escolas e universidades.

Sindicato

- a. consolidar um sindicalismo unitário: ações conjuntas de visita no local de trabalho e ações de rua com várias categorias; promover um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania dos trabalhadores;
- b. estabelecer ações além daquelas praticadas no local de trabalho, contemplando, com isso, a dimensão da moradia e espaço de lazer dos trabalhadores;
- c. efetuar atividades culturais e balcão de empregos. Oferecer cursos, palestras, e seminários para capacitação, conscientização e organização desses trabalhadores. Manter contato com trabalhadores desligados por meio de Cadastro dos trabalhadores;
- d. levantar os problemas e as demandas reais dos trabalhadores que se pretende integrar. Mapear as necessidades dos trabalhadores e organizar suas lutas imediatas;
- e. os sindicatos devem fazer ações na região, focados nos bairros, com mapeamento de demandas para encaminhar ao poder público, fazendo também ações de cidadania, alimentação, saúde, trabalho e transporte para os moradores, envolvendo a sociedade com os sindicatos;
- f. destacar nos boletins dos sindicatos as ações e lutas dos trabalhadores em contratos de trabalho precário, informais e desempregados;
- g. acompanhar os trabalhadores demitidos através de cadastramento; realizar orientação quanto às políticas públicas de emprego, desenvolver atividades específicas para esse público, fomentar a organização para reivindicar do poder público políticas de emprego e de apoio ao desempregado (vale transporte, bolsa família, cozinhas comunitárias, restaurantes populares);
- h. para ampliar os fóruns e espaços de participação dos trabalhadores, a prática de vários sindicatos CUTistas mostra a importância de constituir foros que representem não só a diretoria, mas os ativistas sindicais que fazem o elo entre a direção e a base, além das assembleias gerais, como conselhos de representantes de locais de trabalho, conselhos de delegados sindicais, no caso de sindicatos de base estadual ou regional, conselhos de subsedes ou de regionais;

-
- i. garantir cartão de sindicalização especial para o desempregado, que considere o aumento do tempo para a conquista de um novo emprego (desemprego de longa duração);
 - j. elaborar um tipo de filiação específica para os trabalhadores com os contratos precários, especialmente, sem carteira, PJ, teletrabalho, aprendiz, intermitente e tempo parcial. (MACROSSECTOR INDÚSTRIA).

OLT

- a. desenvolver a OLT através dos delegados sindicais ou comissões sindicais de base nos locais de trabalho; no caso de muita fragmentação, poderiam existir comissões sindicais de base por região;
- b. o sindicato deve utilizar os espaços de organização já existentes, como a CIPA, para fortalecer a luta em defesa da saúde e segurança no trabalho. Deve intensificar a organização dos trabalhadores no local de trabalho e meio ambiente, mobilizando-os na defesa de melhores condições de trabalho e de salário, impedindo, dessa forma, a criação de comissões de negociação controladas pelas empresas. Desenvolver uma transformação na “CIPA” e todas as outras formas de OLT.

Estrutura Vertical

- a. criação de uma Agenda Sindical por ramo, estruturando uma pauta conjunta/comum em defesa deste seguimento (Ramo Financeiro), que atinja o maior número de trabalhadores. Quanto mais extensiva a pauta, maior a unidade e o número de trabalhadores alcançados.

Estrutura Horizontal

- a. CUT deve organizar com suas entidades filiadas uma ampla campanha em defesa dos sindicatos, divulgando e esclarecendo seu papel e atuação decisiva na conquista e na manutenção de direitos;
- b. buscar pautas que são gerais para a classe trabalhadora, como por exemplo, garantir o pagamento dos pisos regionais estabelecidos para as categorias e ampliar o número de categorias com acesso a esse direito. Pauta comum do servidor público estadual para que seja discutido na assembleia legislativa e executiva estadual, (categorias diversas);
- c. criar grupo de trabalho vinculado à pasta de organização sindical, que estude e acompanhe os trabalhos informais e precários;
- d. criar e compartilhar com os sindicatos, banco de dados de trabalhadores PcD (pessoa com deficiência), para a colocação ou realocação desses trabalhadores no mercado de trabalho;
- e. orientar o compartilhamento e participação nos espaços e nos conselhos, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e PPA (Plano Plurianual);
- f. adotar medidas de fortalecimento do DIEESE, com a participação de suas entidades de base;
- g. a Central deve desenvolver um aplicativo sobre direitos, sindicalização e organização para todas as categorias;
- h. deve, igualmente, apoiar a organização de trabalhadores vinculados à economia informal, oferecendo-lhes suporte e contribuindo para canalizar suas demandas ao poder público.

Economia Solidária - associativismo

- a. potencializar ações de economia solidária e associativas com os trabalhadores por conta própria (formais e informais), utilizando, prioritariamente, o espaço do sindicato. Essa organização deve promover os princípios da solidariedade de classe, da coletividade.

Formação Sindical

- a. a CUT dará continuidade ao projeto de revitalização da Escola Sindical 7 de Outubro, fortalecendo o seu papel na formação político-ideológica de dirigentes e militantes e também na qualificação profissional de trabalhadores, em parceria com organizações populares e universidades.

Serviço Público

- a. a defesa do serviço público como centro de nossa luta tem que manter a exigência de concurso público como firma de contratação, mas devemos, na representação sindical, ampliar o que temos hoje em nossas bases (terceiros, temporários, trabalhadores por tempo parcial, trabalhadores intermitentes, trabalhadores a distância, estagiários e PJs). Dialogar com esses trabalhadores sobre a necessidade de sua efetivação como servidores.

Mulheres

- a. que entidades filiadas desenvolvam ações voltadas a ampliar a participação das mulheres em seus espaços de direção e de representação, bem como nas mesas de negociação;
- b. reafirmamos a importância e necessidade de investimentos para que se criem condições adequadas para uma maior participação das mulheres nos diversos espaços de poder - político, econômico e social - no caminho da igualdade
- c. reafirmamos as Resoluções anteriores sobre a manutenção e o fortalecimento das Secretarias de Mulheres, para além da paridade entre homens e mulheres em todas as suas instâncias;
- d. recomendamos às Estaduais, Confederações e Federações Nacionais para que garantam o desenvolvimento da política de gênero enquanto uma estratégia para superar a discriminação e a exclusão social, incluindo as ações necessárias em seus planejamentos estratégicos e nas suas prioridades de ação, principalmente nas discussões sobre as (de)formas iniciadas e praticadas pelos (des)governos (Federal e estaduais);
- e. que as entidades dos diversos ramos busquem ampliar o alcance das negociações coletivas, de forma a abarcar, além das questões relativas à gestante e à maternidade, outros temas relacionados à situação das mulheres no mundo do trabalho, a exemplo da igualdade e não discriminação, aproveitando-se da experiência acumulada em alguns setores.

Aposentados

- f. Que sejam criadas condições efetivas para que as associações de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as, pensionistas e idosos/as participem da agenda de lutas dos sindicatos no seu cotidiano.
- g. Que o debate acerca da sustentação financeira das secretarias, departamentos, coletivos e/ou associação de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as, pensionistas e idosos/as faça parte do conjunto de medidas e preocupações das entidades sindicais CUTistas desde a mais alta instância.

-
- h. Que a temática de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as pensionistas e idosos/as sejam incorporadas nas políticas da CUT no âmbito das mulheres, combate ao racismo, juventude, pessoas com deficiência, LGBT, saúde, políticas públicas e direitos humanos.
 - i. Que a Políticas Nacional de Formação da CUT desenhada a partir da 4ª Conferência Nacional de Formação incorpore efetivamente o tema e a participação de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as, pensionistas e idosos/os nos seus respectivos programas de formação.
 - j. Que a criação de secretarias, departamentos, coletivos e/ou associações de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as, pensionistas, idosos/as contribuam para a renovação na base e nos cargos de direção das entidades filiadas.
 - k. Que os estatutos das entidades de trabalhadores e trabalhadoras aposentados/as, pensionistas e idosos/as ampliem sua base de representação para além daquelas classicamente estabelecida, ou seja, trabalhar com a ideia de sócio fundador, sócio benemérito, sócio remido, sócio adotivo entre outras definições.

VI - CONTRIBUIÇÕES DAS CORRENTES POLÍTICAS AO DEBATE NO 13º CONCURTO

CSD - CUT Socialista e Democrática ao 13º Congresso da CUT

Derrotar o neoliberalismo e construir o sindicalismo do Futuro

A hegemonia neoliberal é responsável pelo desemprego crescente e pela deterioração das condições de vida e aumento das desigualdades sociais em todo o mundo. Há uma disputa por fatias do Estado e as elites globais aprofundam a crise e a concentração de riqueza para os 1% mais ricos.

As transformações nas relações de produção e de trabalho e na oferta de bens e serviços públicos fundadas na mercantilização de direitos, na desregulação econômica e na fragmentação política e espacial da classe trabalhadora - características do neoliberalismo e do processo de financeirização - produziram um enfraquecimento das instituições tradicionais de socialização e representação política dos setores populares (sindicato, partidos de esquerda, organizações comunitárias, igreja progressista).

As forças políticas tradicionais se mostraram incapazes de oferecer resposta aos problemas que se avolumavam. A combinação entre esses fatores desaguou em uma crise civilizatória marcada por profunda instabilidade política, perda de identidade da classe trabalhadora, crescente alheamento político e desesperança, abrindo espaço para o fortalecimento da extrema-direita.

A resposta do neoliberalismo para os anos de governos democrático-populares na América Latina foram os ataques à democracia. No Brasil, após um golpe parlamentar em 2016 e a prisão do ex-presidente Lula - líder nas pesquisas eleitorais para 2018 - esta elite apoiou a eleição de Jair Bolsonaro, num processo que em nada pode ser considerado democrático.

O governo Bolsonaro é formado por uma coalizão de forças neoliberais, militares, agentes do judiciário, fundamentalistas religiosos e extremistas de direita, arquipélago de interesses difusos.

Diferente da extrema direita que chegou ao governo no restante do mundo questionando pontos relevantes da agenda neoliberal, a gestão econômica de Jair Bolsonaro tem como núcleo medidas ultraliberais e impopulares. Sua política econômica aprofunda a crise com cortes nos gastos sociais e nos investimentos, privatização de estatais, juros reais elevados e outras medidas que ao atentar contra a soberania nacional e os direitos sociais tornaram o governo Bolsonaro-Mourão-Guedes-Moro o grande motor de aprofundamento desta crise. A indústria brasileira perdeu espaço, os investimentos despencaram para a menor taxa das últimas décadas, as expectativas da sociedade e dos investidores se deterioraram e o resultado fiscal reflete o baixo dinamismo econômico. Como se não fosse suficiente, o Estado está em decomposição, especialmente a partir da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), dificultando em muito a recuperação econômica e social.

A reforma da previdência e a adoção de medidas que aprofundam a reforma trabalhista reforçam o caráter de classe do ultraliberalismo econômico deste governo: o desemprego em massa e o subemprego forçam parcela da classe trabalhadora à submissão e a condições de trabalho extremamente precárias e com baixos salários. O fim do caráter distributivo da Previdência Social penaliza o andar de baixo, enquanto, a despeito do discurso falacioso do governo e da mídia oligopolizada, os privilegiados seguem protegidos.

O governo aposta na radicalização das pautas ultraconservadoras: armamento da população, cortes na educação, destruição do meio ambiente, perseguição aos negros, mulheres, LGBTQI+, povos e comunidades tradicionais. Ataca a valores e símbolos caros à democracia e à esquerda.

Tal programa assenta as bases de uma ordem autoritária de exploração, dominação e opressão. O controle do corpo e do comportamento, da sexualidade e da reprodução, por violência e/ou ideologia, se associa à necessidade de que o trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres garanta a vida em situações de extrema precariedade. A persistência da crise econômica, o desemprego e o trabalho

precário retrocedem no curso da lenta redução das desigualdades raciais e levam a população negra à exclusão ainda maior, vítima prioritária de uma política de segurança que enxerga a periferia como campo de batalha e o povo preto e pobre como inimigo.

Apesar do cenário adverso de ruptura democrática, tendência autoritária e piora das condições de vida, existe força popular na sociedade que se manifesta em oposição à radicalização neoliberal. Essa força se expressa desde a resistência ao golpe de 2016, na luta contra a reforma da previdência, com a realização da greve geral em 2017 e nos mais de 47 milhões de votos de Fernando Haddad no 2º turno das eleições de 2018.

Nossa tarefa política central é a construção de uma alternativa capaz de disputar a opinião e avançar na organização da classe trabalhadora para dar outro rumo ao país. Nossa alternativa baseia-se na soberania popular, fundada na democracia participativa e no protagonismo popular, na economia política baseada no financiamento e no investimento nacional sob direção pública e na construção de um sistema internacional de paz, desenvolvimento e igualdade.

O conceito de transição ecológica deve estar fundamentado nas propostas e práticas que garantem a biodiversidade e resistem ao avanço do capital sobre os territórios, seja via agronegócio, extrativismo ou financeirização da natureza. Reforma agrária, agroecologia e um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na produção de baixo carbono e na democratização da energia são elementos centrais de uma transição justa com trabalho decente, direitos, soberania e democracia.

A construção desta alternativa implica impulsionar uma frente política e social de esquerda, de caráter permanente, com programa e ação comuns. A construção desta unidade é fundamental para derrotar o governo de extrema direita e despertar novas esperanças num país justo, democrático e solidário. As características da unidade construída até aqui colocam o movimento sindical e popular ao lado dos partidos políticos na liderança dessa frente. A CUT deve priorizar essa construção não só porque ela tem a capacidade de mover a correlação de forças em favor dos trabalhadores, mas também porque é nesse tipo de experimentação que criamos as oportunidades de maior agregação da classe em torno das organizações sindicais.

O desenvolvimento da crise do governo Bolsonaro, acentuada pela sua ilegitimidade, abre um cenário de mais instabilidade política. Os ritmos desse processo de crise nacional e a luta por sua superação desenvolvem-se de forma desigual e não necessariamente sincronizada. O essencial é afirmarmos ao conjunto da sociedade que o modelo de ultraneoliberalismo combinado ao reacionarismo moralista é incompatível com a liberdade e o bem comum do povo brasileiro. A queda de Bolsonaro deve ser a queda do bloco político que o sustenta, e não só do presidente. É preciso expor suas bases ilegítimas para substituí-lo através da restituição da soberania popular. A CUT deve lutar por novas eleições livres, justas e plenamente democráticas, que só podem acontecer com Lula livre e participando ativamente do processo político.

A luta pela libertação do Presidente Lula é central e deve se coadunar com as demais frentes de resistência. Lula é um preso político. O restabelecimento do regime democrático no Brasil tem na sua liberdade a condição primordial. Além disso, os escândalos da “Vaza Jato” escancararam a perseguição criminosa promovida por Sergio Moro e a força-tarefa da Lava Jato, colocando a luta pela liberdade de Lula em outro patamar. O abaixo-assinado pela liberdade do Presidente Lula é o instrumento mobilizador e massificador da campanha. A organização e ampliação dos Comitês Lula Livre pelo país devem ser aprofundadas, e iniciativas como o Festival Lula Livre devem ser estimuladas. Em cada luta social no Brasil, a bandeira “Lula Livre” deve se fazer presente.

O mundo do trabalho em transformação

As inovações tecnológicas vêm gerando mudanças na produção industrial desde o início do século XX. O novo elemento nesse processo é a economia digitalizada, considerada a grande responsável pelas transformações na produção. Essas mudanças estão alterando profundamente os padrões de produção e consumo, mas também a nossa relação com a sustentabilidade da vida humana e a própria relação com o trabalho.

As previsões a respeito dos impactos dessas transformações no mercado de trabalho são antagônicas. Enquanto seus entusiastas projetam sociedades futuristas onde se amplia a quantidade de trabalho com altos salários, os diagnósticos mais pessimistas preveem perdas de empregos - pesquisadores projetam que até 2030, cerca de 45% dos atuais empregos nos Estados Unidos serão eliminados, afetando 702 profissões.

Esse processo aponta para uma subordinação crescente dos avanços tecnológicos aos interesses exclusivos do capital produtivo e financeiro. A distribuição espacial desse processo não é linear e o seu sentido é de agravamento das características mais perversas da divisão internacional do trabalho. No entanto, trata-se de um processo histórico, cujo desfecho dependerá da correlação de forças sociais em disputa.

Historicamente o capital nunca prescindiu do trabalho, seja como ofertante de força de trabalho ou demandante de seus produtos, da mesma forma que as novas tecnologias sempre foram introduzidas, mesmo em contextos de resistência. Portanto, o desafio da atualidade é justamente pensar um modelo que assegure novos padrões de regulação pública, com uma perspectiva de desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável.

Impactos para a classe trabalhadora

As inovações tecnológicas que mencionamos se relacionam a ganhos de produtividade, mas seu cerne está na reorganização das relações de produção. Os últimos 40 anos marcam uma mudança profunda nas condições de exploração da força de trabalho no mundo e, conseqüentemente, na identidade e consciência de classe dos trabalhadores.

O processo de concentração do capital alia-se a desconcentração da produção. Há uma verdadeira terciarização da produção, na qual boa parte dos empregos industriais do ciclo anterior converte-se em empregos de serviços. A grande empresa elimina empregos, obrigações trabalhistas e pulveriza a negociação coletiva. Fragmenta-se o espaço da produção e multiplicam-se os trabalhadores terceirizados, temporários, intermitentes ou parciais, autônomos ou por plataforma - são os precarizados. Em paralelo, o capital avança sobre o Estado e aponta como componente lógico dos programas de austeridade a mercantilização de bens e serviços públicos, que deixam de figurar, na prática e na consciência, como direitos sociais.

No Brasil, desde a aprovação da reforma trabalhista, a informalidade vem crescendo. Os trabalhadores por conta própria e os sem carteira (público e privado) já superam os trabalhadores formais. No primeiro trimestre de 2019, do total de pessoas ocupadas, apenas 63,6% contribuíam com a previdência social. As jornadas de trabalho são mais extensas para uma parcela dos trabalhadores e insuficientes para outros. São processos de grande polarização que nos desafiam a pensar o trabalho do futuro, mas ser capazes de dar respostas no presente ao desemprego e à geração de trabalhos precários.

Consequências para os sindicatos

A necessidade dos sindicatos desenvolverem novas estratégias de abordagem e de organização é anterior às reformas, mas elas reforçaram a sua atualidade. Primeiro pela própria incapacidade do movimento sindical de enfrentar a reforma trabalhista, e mesmo a reforma da previdência. Não há nenhum aspecto dessas reformas que possa ter beneficiado os trabalhadores, entretanto, o movimento sindical não conseguiu reunir força suficiente para revertê-las.

Com quase dois anos de vigência da reforma trabalhista os sindicatos ainda não foram capazes de construir estratégias criativas, reativas aos efeitos da reforma. Ao invés de abrir as portas e ampliar a representação, muitos deles se encolhem atrás de um discurso de defesa unicamente dos associados. A saída para o sindicalismo está na sua capacidade de reverter o sentimento que se formou na sociedade de que os sindicatos são estruturas burocratizadas e falidas.

Os dados de sindicalização divulgados a partir da PNADC entre 2012 e 2017 indicam uma queda de 9,3% na taxa de sindicalização. Do total das pessoas ocupadas em 2012, 16,2% se declararam associados a sindicatos, em 2017 esse percentual caiu para 14,4%. A sindicalização caiu na indústria e cresceu na área de serviços.

Os sindicatos são essenciais em qualquer contexto histórico de análise, pois asseguram um mínimo de civilidade às arbitrariedades do capital. Por isso eles são, por sua natureza, um polo de resistência a esse movimento de barbarização das relações do trabalho. O sindicato precisa ampliar suas perspectivas de interação com a classe, através de múltiplas formas de organização e representação que nossa corrente sintetiza nos seguintes elementos:

A **organização sindical por ramo de atividade** é uma exigência para o sindicalismo que se pretenda socialmente relevante. A multiplicidade de formas de contratação desmantela a organização sindical em torno de apenas uma categoria preponderante. Na prática, as bases sindicais têm sido corroídas pela terceirização, *pejotização* e outras formas de relações disfarçadas de emprego, tornando menos representativos os sindicatos, que se limitam ao modelo sindical oficial. Estamos desafiados a avançar na organização do conjunto da classe, independente da sua forma de contratação.

O **enraizamento do sindicato no território** tem hoje sentido renovado. As demandas por salários e condições de trabalho são essenciais, mas a luta por moradia, mobilidade, cultura e por direitos políticos e sociais em geral também organiza a classe trabalhadora. A organização por local de moradia complementa a organização por local de trabalho. O compartilhamento de estruturas e a construção de pautas que unifiquem sindicatos diversos e movimentos populares integram e ampliam as lutas por direitos e poder popular, fazendo do sindicato um espaço de solidariedade e sociabilidade classista.

As **lutas feministas e antirracistas** se articulam à luta de classes e devem ser incorporadas à agenda sindical. A divisão sexual do trabalho, embora favoreça a burguesia enquanto classe favorece os homens enquanto setor da sociedade. A organização das mulheres na base, a incorporação de suas pautas, desde os estatutos até a sua presença na direção do sindicato e nas mesas de negociação são necessidades de um movimento sindical que se opõe a exploração capitalista. De forma análoga, a população negra marcada pelo escravismo, pela violência e pela secular permanência da sua condição de exclusão e pobreza segue como o setor da classe submetido às mais altas taxas de desemprego e às piores condições de vida e trabalho. Reconhecer as suas demandas específicas e dar visibilidade as lideranças negras é condição para a organização desse setor da classe trabalhadora. A organização da **juventude trabalhadora** é também um desafio sindical estratégico. Parcela cada vez mais relevante do mercado de trabalho, ainda que em sua maioria na condição de desempregada ou precarizada, a juventude tem o potencial de trazer sua vitalidade, suas formas novas e próprias de expressão e organização para o movimento sindical. É

preciso formar, visibilizar e dar autonomia aos jovens sindicalistas para a necessária renovação geracional do sindicalismo CUTista.

A concretização dos elementos acima não depende de alterações na estrutura sindical oficial, mas de uma verdadeira **autorreforma sindical**. É responsabilidade das direções sindicais combativas a transformação da estrutura sindical decadente. É a partir da consciência crítica em torno da nossa experiência histórica e da ação decidida que podemos produzir as alternativas organizativas capazes de afirmar a ideia de um sindicalismo democrático, organizado pela base e sem a tutela do Estado.

Essa experiência histórica nos leva a reafirmar a defesa da **liberdade e autonomia sindical**, o que no Brasil significa a ratificação da Convenção nº 87 da OIT, o fim da unicidade sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Essa defesa tem sido subvertida pela direita em favor de uma estrutura sindical fragmentada, com claro sentido de esvaziamento dos sindicatos e da negociação coletiva. Nós lutamos por sindicatos fortes, livres das amarras da categoria profissional e verdadeiramente representativos dos trabalhadores de um ramo de atividade econômica, no maior território possível.

O sindicato só pode ser forte se não estiver atrelado ao Estado ou aos patrões. Esse é um dos motivos pelos quais fomos historicamente contrários ao imposto sindical. A **autossustentação financeira** das entidades sindicais deve estar centrada nas mensalidades associativas. Entretanto, a rotatividade no Brasil é elevadíssima, as entidades com perfil mais heterogêneo, empregos mais precários e trabalhadores expostos a maior vulnerabilidade tem muitas dificuldades de se sustentar unicamente com as mensalidades. A contribuição negocial é uma forma de custeio legítima uma vez que os benefícios da convenção coletiva se estendem a todos os trabalhadores, desde que aprovados de forma democrática pela entidade em assembleia.

Em sintonia com os elementos acima são exigidas transformações na **organização vertical e horizontal da CUT**. A necessária ampliação das bases de representação e o compartilhamento de estruturas sindicais devem ter nas federações e confederações uma aliada, capaz de articular assessoria administrativa, técnica, jurídica e comunicacional de forma mais racional economicamente e integrada politicamente, um passo importante para cobrar das entidades patronais a elevação do nível da negociação coletiva. As discussões no âmbito dos macrossetores, especialmente na indústria, têm produzido elaborações setoriais que dão base à unidade dos ramos. Os processos de unificação de confederações que pode advir desta unidade são bem-vindos, mas precisam extrapolar o nível das direções sindicais e tornarem-se produto de uma reivindicação de base por entidades mais fortes e representativas.

A estrutura horizontal, através das CUTs estaduais, tem um papel de apoiar a integração política e funcional dos sindicatos de uma mesma região. São as estaduais que podem sistematizar o projeto de desenvolvimento local dos trabalhadores, reforçando alianças com movimentos populares e partidos de esquerda para enfrentar os ataques da burguesia. Para cumprir essas tarefas elas precisam ser mais abertas, democráticas e articuladoras da opinião e da ação sindical. O mesmo se exige da CUT Nacional, cuja direção não pode ser apenas um somatório das atribuições institucionais de seus dirigentes. Da direção da CUT se espera o debate democrático, a síntese política, a articulação social e a orientação da ação sindical.

Articulação de Esquerda

A crise do capitalismo neoliberal em todo o mundo mostra para as classes trabalhadoras que, diferentemente do que aconteceu em outras fases do desenvolvimento capitalista, é cada vez menor a chance de convivência pacífica entre o capitalismo, de um lado, e as políticas de bem estar social e as liberdades democráticas, de outro.

No Brasil, ao perceber que não conseguiam derrotar a classe trabalhadora dentro das regras estabelecidas, a grande burguesia brasileira e internacional e as cúpulas do judiciário, das forças armadas, dos par-

tidos de direita, das igrejas conservadoras e da grade mídia monopolista formaram uma coalizão golpista. Sua unidade está ancorada não apenas no ideário ultraconservador e no antipetismo, mas principalmente em três eixos programáticos: alinhar o Brasil com os interesses geopolíticos dos EUA, reduzir as liberdades democráticas e ampliar a exploração da classe trabalhadora - sua finalidade última.

Para atingir este fim, os capitalistas vêm reduzindo o preço da força de trabalho (salários diretos) e os investimentos em educação, moradia, transporte público, saúde, assistência e previdência (salários indiretos). Atuam, assim, para aumentar a massa de tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras são explorados ao longo de suas vidas, baixar a média salarial por hora trabalhada e ampliar, em termos absolutos e relativos, a parcela do orçamento público destinada aos capitalistas por meio do pagamento de juros e amortização da dívida pública, da anistia de dívidas empresariais, da maior permissividade com a sonegação fiscal, das terceirizações e das privatizações, entre outros mecanismos.

Este é o sentido geral da agenda que vem sendo implementada no país, com destaque para as antirreformas trabalhista e da previdência e a emenda constitucional 95. Para levar adiante esta ofensiva contra a classe trabalhadora, depuseram Dilma sem crime de responsabilidade, prenderam Lula sem provas e o impediram de disputar as eleições presidenciais e, assim, pavimentaram o caminho para a eleição de Bolsonaro.

É preciso reconhecer que o conjunto da classe trabalhadora e das forças populares, democráticas e de esquerda sofreu uma derrota de profundas dimensões. O fato de não conseguirem nos aniquilar, de seguirmos existindo e resistindo não pode servir para esconder o caráter estratégico desta derrota, em pelo menos dois sentidos: por um lado, esgotou-se a estratégia de melhorar a vida dos trabalhadores sem enfrentar os principais instrumentos de poder dos capitalistas; por outro lado, os rumos do país sofreram uma guinada brutal, abrindo um nefasto período da história brasileira.

Para que a luta de classes tivesse este desfecho foi decisivo que o campo democrático-popular tenha perdido o apoio de amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras. Conquistamos este apoio - e o ódio dos capitalistas - por nossos acertos. No entanto, o perdemos não somente em função da ofensiva golpista, mas também pelos erros cometidos, decorrentes da ilusão de que a burguesia ou alguma de suas frações poderia ser verdadeira e permanente aliada das classes trabalhadoras em um projeto de desenvolvimento com inclusão social e combate às desigualdades.

Neste sentido, mesmo que haja diferenças e contradições importantes no interior da coalizão golpista, mesmo que explorar estas contradições seja necessário para fortalecer a oposição ao governo Bolsonaro, é preciso enfatizar que a unidade desta coalizão é mantida em torno de seus eixos programáticos fundamentais. Por isso, apesar de suas diferenças, as várias frações desta coalizão vêm demonstrando nitidamente que não abrem mão de manter os direitos do povo sob ataque, Lula na cadeia e um representante seu na Presidência da República - ainda que, em algum momento, isso possa significar descartar Bolsonaro.

Além disso, a principal arma do governo para enfrentar sua impopularidade e seu desgaste diante da recessão, do desemprego e da eliminação de direitos é a política, terreno no qual predomina a posição do núcleo duro bolsonarista: endurecer, atacar os inimigos, travar a disputa ideológica, insistir nas suas posições políticas originais, polarizar, marcar posição, acumular forças, “misturar gestão e política” o tempo todo.

Vista globalmente a situação, podemos dizer que - apesar das dificuldades, das divergências entre eles e de nossa resistência - a coalizão reacionária que sustenta o governo Bolsonaro vem conseguindo implementar seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático.

A defesa das liberdades democráticas passa necessariamente pela luta por Lula Livre, a defesa dos direitos sociais passa necessariamente pela luta contra as antirreformas neoliberais e a defesa da soberania nacional passa necessariamente pela luta contra as privatizações, o desmonte do Estado e o domínio do

capital financeiro sobre a economia brasileira. Portanto, a oposição ao governo Bolsonaro só será capaz de abrir uma nova janela histórica para o avanço da classe trabalhadora se for global e orientada pelo objetivo de derrotar a coalizão golpista em seu conjunto.

Isso envolve não ter ilusões com as aparentes fissuras nesta coalizão, bem como denunciar e desmascarar não apenas os setores identificados com o governo Bolsonaro, como também os demais golpistas que agora se apresentam como defensores da democracia enquanto seguem compactuando com a entrega das riquezas e patrimônio nacionais, com a destruição de direitos, com a prisão de Lula e com a destruição das organizações da classe trabalhadora.

Para termos êxito na luta em defesa dos direitos sociais, das liberdades democráticas e da soberania nacional será preciso uma mudança na correlação de forças, cuja magnitude ultrapassa, em muito, o deslocamento de setores da centro-direita para o campo de oposição ao governo Bolsonaro ou de frações do judiciário para a “defesa do Estado democrático de direito”: é preciso recuperar e ampliar o apoio perdido na classe trabalhadora.

Levar a cabo o desafio prioritário de restabelecer os laços entre a maioria do povo e os setores democráticos, populares e de esquerda envolve reconhecer que a luta de classes atingiu um novo patamar, a burguesia se unificou em torno de uma estratégia de combate frontal com a classe trabalhadora e o país vive um novo momento histórico. Neste cenário, não se pode esperar que a insistência em fórmulas passadas - como as ilusões com a conciliação de classes e o republicanismo - resulte agora nos mesmos resultados de antes.

A única aliança capaz de transformar o Brasil é a unidade entre a classe trabalhadora assalariada e a classe trabalhadora de pequenos proprietários. É preciso construir uma estratégia centrada na organização e mobilização da classe trabalhadora e orientada pelo objetivo de ser poder, para realizar reformas estruturais democrático-populares e construir o socialismo.

Portanto, torna-se indispensável superar a influência no movimento sindical CUTista de uma estratégia partidária centrada em disputas eleitorais e limitada pelo objetivo de ser governo para desenvolver políticas públicas, onde a ação institucional e a atuação nas esferas de concertação política prevalecem sobre a organização, a luta social e a luta de classes.

Mais do que nunca, é necessário resgatar na estratégia e nas ações práticas o entendimento de que *“A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos”*. (Resoluções do 2º Congresso da CUT, agosto de 1986).

Há no interior da CUT posições divergentes sobre o balanço do movimento sindical nos governos Lula e Dilma, na caracterização do governo Bolsonaro e também sobre qual estratégia deve ser adotada contra a coalizão golpista. De 2015 a 2018, a CUT teve um papel fundamental na resistência e na luta contra o golpe e houve uma grande unidade política em torno da tática de enfrentamento, inclusive quando lutamos tanto em defesa da democracia quanto pela mudança da política econômica do governo Dilma.

Mas após a vitória de Bolsonaro, em diferentes ocasiões, reapareceu a ilusão com a possibilidade de diálogo, de acordos ou de alianças com setores golpistas, mostrando que, embora muitas das resoluções aprovadas na Central indiquem o caminho da luta de classes, da confrontação e da organização, na prática, não está superada a estratégia de conciliação, que segue presente em ações e prioridades da parcela majoritária da Articulação Sindical, tendência que dirige há décadas a CUT e a maioria dos sindicatos.

Muitas iniciativas foram tomadas pelo núcleo central do grupo dirigente sem que fossem convalidadas pela Direção Nacional CUTista, desde posições de estabelecer “um canal de diálogo com o governo e fazer oposição com proposição” como via “para a construção de consensos políticos, econômicos e sociais

fundamentais ao êxito de qualquer administração e do desenvolvimento do Brasil” em carta assinada por seis centrais sindicais em 1º de janeiro de 2019, passando por audiência com Mourão, até a assinatura de Manifesto escrito e proposto por Dias Toffoli em defesa do STF, onde consta que “a Suprema Corte é insubstituível para o país e é dever de todos a sua defesa, pois, sem ela, nenhum cidadão está protegido”.

O STF é a suprema corte de um Estado oligárquico e autoritário que, ao longo da história, respaldou diversos golpes e ataques à democracia, culminando na participação no *impeachment* da presidenta Dilma, na prisão de Lula e no seu impedimento na eleição presidencial de 2018.

Mais recentemente, difundiu-se a ideia de aproximação com setores do empresariado supostamente insatisfeitos com Bolsonaro e a avaliação de que no parlamento, o chamado centrão, pode vir a apoiar uma proposta de legislação que se contraponha às ofensivas do governo para destruir o movimento sindical combativo.

Esses exemplos mostram tentativas de requestrar a velha tese da conciliação, da possibilidade de alianças com frações dos inimigos, sem levar em conta que só conseguiremos mudar a correlação de forças se priorizarmos a organização, a mobilização e as lutas da classe trabalhadora. A dispersão de forças do lado de lá não significa, necessariamente, acúmulo de forças do lado de cá. Não existem atalhos e não há o que negociar com a coalizão reacionária. Nossos melhores esforços devem ser dedicados à unidade das classes trabalhadoras, acolhendo, organizando e politizando as lutas de todos os setores explorados e oprimidos no combate à política ultraneoliberal e de extrema direita da coalização golpista que sustenta o governo Bolsonaro.

Mas isto se concretiza na disputa das bases das centrais pelegas e não nos acordos de cúpula. A aliança com as Centrais sindicais que não atuam no campo popular deve ter natureza pontual na organização das lutas comuns, sem rebaixamento tático ou programático e sem abdicar da disputa político-ideológica nas suas bases.

A CUT deve priorizar a construção de alianças orgânicas - no trabalho de base e na luta de massas - com os movimentos populares, a aliança estratégica com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, assegurando a autonomia e as posições políticas da Central e investindo fortemente na construção da unidade do campo democrático e popular.

Aos 36 anos, a CUT é o maior e mais importante instrumento de luta sindical da classe trabalhadora brasileira, dirigindo a luta por melhores salários e condições de trabalho, menores jornadas, mais empregos e direitos. Após o período de ascenso das lutas sociais que marcaram a primeira década de existência da CUT, cresceram no seu interior posições políticas, ideológicas e práticas distantes do sindicalismo combativo, democrático e de massas que marcaram seu nascedouro. Este processo ocorreu em meio a profundas e complexas transformações no mundo do trabalho, decorrentes do neoliberalismo e da reestruturação produtiva e inserido em uma crescente burocratização, fragmentação, adaptação à estrutura sindical atrelada ao Estado e despolitização do movimento sindical.

O anticapitalismo deu lugar ao antineoliberalismo, as políticas de negociação economicistas prevaleceram e cada vez mais o modelo sindical europeu influenciou a CUT, ignorando um diferencial básico: a ausência de um Estado de bem estar social, de uma democracia burguesa consolidada e de liberdade e autonomia sindical no Brasil.

Na Constituição de 1988 não conseguimos a liberdade e a autonomia sindical, pois foram mantidos o imposto sindical compulsório, a unicidade e a intervenção do Estado. Com o passar do tempo, a luta por mudanças e democratização do modelo sindical foi secundarizada e a acomodação à estrutura sindical cresceu. A lei de reconhecimento das centrais sindicais em 2007, além de favorecer a fragmentação sindical, consolidou o processo de adaptação e acomodação à estrutura sindical atrelada ao Estado, com destaque à destinação de parcela do imposto sindical às centrais, o que na CUT significou também o crescimento da estrutura e da burocracia sindical.

Com a antirreforma trabalhista, as MPs 871 e 873 e outras medidas que se anunciam, como o fim da unicidade sindical e até mesmo das prerrogativas do artigo 8º da Constituição Federal, os governos golpistas de Temer e Bolsonaro estão rapidamente destruindo a estrutura e o financiamento para aniquilar a organização sindical e destruir a resistência organizada da classe trabalhadora.

O enfrentamento da situação e a própria existência da CUT com seus propósitos originais exige uma política de combate sustentada pela conscientização e mobilização da classe trabalhadora associada a um novo modelo de organização.

Assim como a maioria das organizações do campo popular e socialista, a CUT está chamada a mudar a sua estrutura, organização, funcionamento, métodos de trabalho e de direção; organização na base, relação com as classes trabalhadoras, mobilização e luta sindical; conteúdos e práticas de comunicação e formação política de base e de dirigentes; organização nos locais de trabalho ampliada e adaptada à nova realidade; política de organização junto a quem foi empurrado para o desemprego e a miséria. A questão principal é nosso diálogo e enraizamento junto a uma classe trabalhadora diferente, mais precarizada, mais fragmentada, mais influenciada por pensamentos capitalistas e de direita.

É vital fortalecer os laços e a confiança da classe trabalhadora em relação às organizações sindicais e, no trabalho de base, fazer a disputa politico-ideológica. A formação política e cultural na perspectiva da luta de classes é fundamental para a renovação e reconstrução de um movimento sindical radical, anticapitalista, socialista, financiado pelos trabalhadores e trabalhadoras e profundamente enraizado nas suas bases.

Diferente do período de fundação da CUT, marcado por intensas lutas sociais, de ascenso da classe trabalhadora, do surgimento de novas lideranças sindicais, estamos sendo desafiados a fazer mudanças desprovidos de um movimento intenso e de massas da classe trabalhadora que impulsiona e seja capaz de desengessar as estruturas da CUT, movimento que depende da disposição de luta tanto das direções das organizações populares e sindicais como de suas bases. Será preciso democratizar radicalmente a CUT, retomar a participação das bases nos processos congressuais e decisórios, voltar a ser uma central de militantes e não apenas de dirigentes de grandes sindicatos.

Em decorrência das políticas neoliberais, das mudanças profundas no mundo do trabalho e da reestruturação produtiva, a CUT hoje representa as categorias organizadas do setor público e privado minoritárias em relação ao conjunto da classe trabalhadora. É preciso uma reorganização que fortaleça e priorize os sindicatos de base, crie novas formas de organização e amplie a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras com base nos territórios e no fortalecimento da organização horizontal; que combata a fragmentação e unifique o movimento sindical, na luta e - como decorrência - nas estruturas, fundindo sindicatos numa mesma base territorial; que incorpore todos trabalhadores e trabalhadoras da mesma base sindical, independente do tipo de vínculo empregatício; que organize os trabalhadores e trabalhadoras informais, das plataformas digitais e a luta dos desempregados.

É preciso fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras na base ao mesmo tempo que continuamos a luta contra a violência sexista, e para a superação do machismo que continua presente no movimento sindical.

A CUT deve avançar na luta pelos direitos dos negros e negras, que são maioria na classe trabalhadora, com o entendimento de que o racismo é parte estruturante da exploração capitalista no Brasil.

A CUT deve continuar engajada na organização das lutas pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como dos povos indígenas e trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, fortalecendo a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho.

No 13º CONCUR é fundamental aprofundar o debate político, trazer à tona as divergências reais e construir uma sólida unidade em torno de uma política de enfrentamento à coalização golpista. É preciso também avançar na defesa das nossas organizações contra a criminalização da ação política e sindical e

lutar por LULA LIVRE junto às nossas bases organizadas. A luta pelos direitos é indissociável da luta por democracia e, portanto, pela liberdade de Lula. Mas a mobilização pela liberdade de Lula ainda está circunscrita aos dirigentes sindicais e à vanguarda da classe trabalhadora. Lula só será libertado por obra da ação consciente de milhões de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas.

A Articulação de Esquerda participa ativamente do processo de unidade que é fundamental para a sobrevivência da CUT. Porém, isto não significa ocultar as divergências de concepção política e organizativa que existem no interior da Central, que são fundamentais para construir uma unidade política real e fazer deste Congresso um marco político e organizativo na história da classe trabalhadora, à altura dos desafios e das gigantescas dificuldades impostos pela conjuntura política no capitalismo em crise.

Lula Livre!

Viva a CUT!

Viva a classe trabalhadora!

CUT Independente e de Luta

Mais do que nunca, em defesa da CUT Independente e de Luta

Nosso 13º Congresso Nacional ocorre 36 anos após a fundação da CUT na luta contra a ditadura militar, pela democracia e pela liberdade e autonomia sindical. Ele se realiza na mesma Praia Grande/SP que viu o surgimento da Comissão Nacional Pró-CUT em agosto de 1981.

Os desafios colocados diante de nós são imensos na atual situação - não só no Brasil, mas em todo o mundo - marcada por ataques sem precedentes às conquistas e direitos da classe trabalhadora e à própria existência de organizações sindicais como instrumentos da luta de classe contra a exploração do capital.

A CUT nasceu em ruptura com a estrutura sindical oficial, e seus Estatutos afirmam princípios e compromissos que guardam toda a sua atualidade: independência do Estado, de governos e do patronato; autonomia diante dos partidos políticos; defesa das convenções 87 e 151 da OIT; unidade da classe trabalhadora como fruto de sua vontade, contra a unicidade imposta pelo Estado ou governo; sindicalismo classista e democrático, engajado no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo; solidariedade com as lutas da classe trabalhadora em todo o mundo.

Um mundo revirado: a crise do sistema e a resistência dos povos

O cenário mundial está marcado pela crise do capitalismo em sua etapa imperialista, que desde 2008 não consegue restabelecer um equilíbrio mínimo no seu sistema de exploração, muito menos um crescimento econômico que traga melhorias às condições de vida da esmagadora maioria da humanidade.

A riqueza gerada pelo trabalho social é cada vez mais concentrada em poucas mãos, os avanços científicos e tecnológicos (informática, “indústria 4.0” etc.), colocados a serviço do capital, ao contrário de promoverem a melhoria das condições de vida dos povos, jogam bilhões de pessoas na miséria.

O capitalismo destrói a natureza com sua ação predatória, depois faz aparecer “mercados de carbono” ou “empregos verdes” que, maquiados de “desenvolvimento sustentável”, criam “nichos” de mercado para lucros de grandes empresas, enquanto a destruição prossegue.

Para o grande capital, as transnacionais, governos e instituições multilaterais a seu serviço, o objetivo central para tentar “superar” a crise de seu sistema é “reduzir o custo do trabalho”, o que afeta diretamente

a organização sindical, cuja tarefa deve ser a defesa das condições de vida da classe trabalhadora, de seus salários, empregos e direitos conquistados na luta de classes.

Hoje o mercado mundial está rumando para a recessão, desestabilizado pela política do governo Trump dos EUA – principal potência imperialista – que promove uma “guerra comercial” com a China e ataca as posições econômicas de “aliados” (como Europa e Japão). Um dos efeitos dessa política é o esvaziamento dos organismos multilaterais (ONU, OMC, OCDE e outros), que se dedicavam a manter uma certa “ordem mundial” - sem questionar o sistema, é claro – e que hoje também entram em crise.

A ofensiva destruidora de direitos e conquistas da classe trabalhadora, que provoca recordes de desigualdade social e concentração de renda inclusive nos países “avançados”, atinge as bases objetivas sobre as quais os sindicatos se construíram, com a generalização do trabalho precário ou informal e as contrarreformas que atingem a proteção social.

Assim, os projetos sindicais que pretendiam “acompanhar” os planos do capital dando-lhes “face humana”, que buscavam um assento nas instituições multilaterais em nome da “governança democrática da globalização”, se chocam com a dura realidade de uma política que quer liquidar os sindicatos como instrumentos de defesa da classe trabalhadora e reduzi-los à função de observadores “sociais” de uma marcha ao abismo.

Mais do que nunca a classe trabalhadora precisa de verdadeiros sindicatos para defender-se e organizar a luta contra seus exploradores, sindicatos que apoiem e participem da resistência dos povos à política destruidora do imperialismo.

Resistência que, apesar de dificuldades e obstáculos, se manifesta nos quatro cantos do planeta, muitas vezes de forma abrupta e imprevisível e outras tantas por fora das organizações políticas e sindicais tradicionais, em particular, daquelas que se adaptaram às exigências do capital e perderam credibilidade diante das massas.

Resistência que se expressa, no norte da África, continente pilhado pelas grandes potências, na mobilização popular iniciada em fevereiro deste ano na Argélia e que continua – apesar da repressão e da prisão de dirigentes políticos e militantes – exigindo o “fim do regime” e a democracia através de uma Assembleia Constituinte.

Na África do Sul, país campeão em desigualdade social 25 anos após o fim do “Apartheid”, o alinhamento da COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos) com o governo da ANC (Congresso Nacional Africano), inclusive na repressão sangrenta à greve dos mineiros de Marikana (2012), fez com que a resistência se expressasse no surgimento, em abril de 2017, de uma nova central sindical, a SAFTU (Federação Sindical Sul-Africana).

Resistência que se manifesta também na Europa, como no caso dos “coletes amarelos” na França, movimento que atraiu sindicalistas de base pelas suas reivindicações contra Macron e os “sistema”, mas também na recente greve dos transportes contra os ataques do governo aos regimes de Seguridade Social. Ou nos EUA, com greves de professores e uma retomada do sindicalismo, e na Ásia, como nas mobilizações em Hong-Kong, que incluíram uma greve geral convocada pela central sindical HKTUF em 5 de agosto.

Trump, tire suas patas da América Latina!

Em 11 de setembro passado, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou uma resolução para ativar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) contra a Venezuela, numa ameaça de intervenção militar estrangeira na nação vizinha, atentando contra a soberania do povo venezuelano.

A iniciativa partiu dos governos de Ivan Duque da Colômbia e de Bolsonaro do Brasil, países fronteiros à Venezuela, articulados com o “autoproclamado” Guaidó e o governo Trump. O TIAR é uma herança da

“guerra fria”, tendo servido de cobertura para golpes e intervenções militares na América Latina em nome do combate “ao comunismo”. Invocar esse tratado é uma verdadeira confissão das intenções do governo Trump não só em relação ao país vizinho, mas a toda América Latina.

O cerco, embargo econômico e ameaça de intervenção militar na Venezuela tem como objetivo não só esmagar a resistência do seu povo que, apesar do caos econômico e social provocado pela política criminosa dos EUA - iniciada por Obama e aprofundada por Trump - se agarra às conquistas obtidas desde os governos de Chávez, que hoje estão em questão. Depois de fracassar a tentativa de impor Guaidó, Trump decretou em 5 de agosto o embargo total ao comércio com a Venezuela e, agora em setembro, manipula seus lacaios na região para obter a resolução do TIAR.

Defender a Venezuela contra a agressão imperialista é uma questão chave para os que queremos uma América Latina livre e soberana. A política de Trump na Venezuela indica o que o imperialismo pretende para toda a nossa região: recuperar o terreno perdido para que a América Latina volte a ser o “quintal dos EUA”. Nesse mesmo sentido, o bloqueio dos EUA a Cuba - que a CUT sempre denunciou - também foi reforçado pelo governo Trump, num claro anúncio de suas pretensões de aniquilar a soberania dos povos.

Mas, a resistência se expressou no México, na eleição de Lopez Obrador, na negativa de reduzir a nação a uma dependência dos EUA. Da mesma forma, as prévias na Argentina revelam que o povo, depois de uma dura experiência, quer se livrar do governo de Macri e sua política ditada pelo FMI, de privatizações e ataques aos direitos sociais e trabalhistas, que levou o país a uma regressão econômica e social aguda.

A questão da ruptura com o imperialismo como condição para a construção de nações livres e soberanas é central e imediata em toda a América Latina. Ainda mais depois da sucessão de golpes de Estado, como no Brasil, antecedido por Honduras e Paraguai, patrocinados diretamente por Washington, e do apoio de Trump à eleição de governos direitistas e submissos aos EUA, como o de Bolsonaro.

A unidade dos trabalhadores e dos povos da América Latina contra a ingerência do imperialismo na região interessa aos trabalhadores e à maioria oprimida do povo dos próprios Estados Unidos, pois a guerra de pilhagem que Trump promove no mundo é também uma guerra interna contra os trabalhadores, os negros, os imigrantes e a maioria do povo estadunidense.

Toda a situação mundial coloca os sindicatos diante de uma escolha: apoiar-se na resistência aos planos destrutivos do capital e sobreviver como instrumento de luta da classe trabalhadora, ou adaptar-se a eles, associar-se ao capital e destruir a sua própria base de representação, o que equivale a um suicídio.

A CUT só pode escolher o caminho da resistência, afastando-se de qualquer política de atrelamento dos sindicatos aos interesses dos capitalistas - a chamada “associação capital-trabalho” - e atuar no sindicalismo mundial para reforçar a independência de classe, a solidariedade entre os trabalhadores na luta contra o imperialismo, pela democracia e a soberania nacional.

Bolsonaro quer destruir a nação e também os sindicatos e a CUT

Hoje a CUT está ameaçada na sua sobrevivência. Os efeitos nocivos da contrarreforma trabalhista de Temer (precarização das relações de trabalho) somados ao alto desemprego atingem a base da CUT - os sindicatos filiados - que se encontra fragilizada pelo acomodamento à estrutura sindical oficial que hoje desmorona com o fim do imposto sindical obrigatório.

É preciso restabelecer a capacidade de intervenção na base de nossos sindicatos, ampliar a sindicalização, inclusive dos trabalhadores com carteira assinada (a taxa média de sindicalização no Brasil é de 18%), contando apenas com os meios dados pela própria classe trabalhadora.

É preciso oxigenar as CUTs estaduais e os ramos, para que possam assistir e unificar os sindicatos na luta reivindicativa e nas lutas gerais da classe, como a da “reforma da Previdência” que ainda enfrentamos,

das consequências da “reforma” trabalhista, do desmanche da Educação e da Saúde públicas e das privatizações e entrega de nossos recursos ao imperialismo.

Estamos diante de um governo de extrema-direita, capacho de Trump, obscurantista, inimigo dos direitos humanos, militarista e opressor. Foi o que sobrou para garantir os privilégios da covarde burguesia local - cuja única ambição é ser sócia menor das multinacionais - diante do desabamento dos partidos que defendiam seus interesses com um verniz democrático (PSDB, PMDB etc.). Sobrou para essa classe dominante venal recorrer a um aventureiro pinçado dos porões da ditadura, que manipula os mais baixos instintos presentes numa sociedade de brutal desigualdade e concentração de renda, para “limpar o terreno” ao lucro fácil do agronegócio, mineradoras, industriais, banqueiros e especuladores, à custa do povo trabalhador.

O governo Bolsonaro é o desdobramento do golpe contra Dilma, da prisão política de Lula e sua exclusão das eleições presidenciais de 2018, graças à fraude da Lava-Jato e da conivência dos “podres poderes” Judiciário e Legislativo. Processo que criou um Estado de Exceção.

Sim, é certo que a CUT jogou um papel central na luta contra o golpe em 2015-16, atraindo amplos setores populares e democráticos para manifestações de massa e ajudando a formar frentes de luta que seguem existindo. E isso numa situação difícil, em que, ao mesmo tempo, exigíamos a mudança da política econômica do governo Dilma, entregue à gestão do banqueiro Levy, que minava a sua própria base social e eleitoral.

Também é certo que, já no governo ilegítimo de Temer, a CUT jogou papel central na Greve Geral de 28 abril de 2017, que barrou a contrarreforma da Previdência, mas sem conseguir (devido à capitulação de outras centrais) barrar a contrarreforma trabalhista que veio na sequência.

Mas, tudo isso não foi suficiente para impedir a prisão de Lula e depois a eleição de Bolsonaro. Certo, nossos inimigos são poderosos, a grande mídia criou um “antipetismo” histérico que incluiu a CUT como alvo, mas é certo também que na própria base dos nossos sindicatos havia desencanto com o governo Dilma, o que levou à frieza e até mesmo à adesão de trabalhadores à demagogia bolsonarista.

O que deve nos fazer refletir sobre a qualidade do nosso trabalho sindical, se ele contribuiu ou não para elevar a consciência de classe daqueles que representamos, se a imprensa sindical (boletins, jornais, sites) tratava dos temas nacionais que impactam as condições de vida e trabalho de nossa classe.

A batalha para mobilizar as bases dos nossos sindicatos - que passa pelas CUTs estaduais ocuparem plenamente o seu papel de coordenação das entidades filiadas - não pode ser “terceirizada” para as frentes Brasil Popular ou Povo sem Medo. O que, é preciso dizer, ocorreu muitas vezes no período: direções sindicais não mobilizavam as suas próprias bases para atos e mobilizações, limitando-se a ajudar os movimentos populares, o que é justo (quando há recursos), mas sem cumprir o seu próprio papel mobilizador junto aos trabalhadores.

Ainda hoje, quantos jornais e boletins sindicais trazem a exigência de Lula Livre? Congressos sindicais defenderam o Lula Livre como central para combater pela democracia e contra o Estado de Exceção?

Bolsonaro assumiu com o mandato, dado pelos capitalistas e especuladores, de fazer a contrarreforma da Previdência. Uma batalha que ainda estará em curso na abertura de nosso 13º CONCURT. Puxamos uma Greve Geral em 14 de junho com as demais centrais, mas ela não impediu que a maioria reacionária da Câmara a impusesse à nossa classe. Agora, o Senado se prepara para confirmar a “fraude da Previdência”, isto é, a manipulação de dados para aprovar uma “reforma” nociva aos trabalhadores e à nação brasileira.

Não vamos aceitar a perda de direitos, vamos lutar pela revogação dessa contrarreforma e também da trabalhista, para recuperar os nossos direitos. Mas, para tanto, a CUT tem que estar de pé, e isso passa por resistir e sobreviver a novos ataques, como a tentativa do governo Bolsonaro de destruir as organizações sindicais.

Como defender a existência dos sindicatos e da própria CUT?

Hoje, é um governo de extrema-direita, inimigo dos sindicatos, que fala em “modernizar” a estrutura sindical, acabando com a unicidade, já que a obrigatoriedade do imposto sindical acabou com a contrar-reforma trabalhista de Temer.

Em nenhuma hipótese a CUT deve “negociar” uma PEC do governo Bolsonaro de “reforma sindical”, cujo objetivo é limitar as negociações coletivas ao âmbito da empresa, fragmentando as atuais organizações em “sindicatos por empresa”, que seriam presas fáceis para os patrões. Diante de tal iniciativa do Executivo, só cabe forjar a mais ampla unidade para barrá-la nas ruas e no Congresso.

Para se contrapor a essa PEC que se anuncia, a CUT deve apoiar-se nas convenções da OIT, que garantem a liberdade e autonomia sindical, sempre acompanhadas de garantias legais e constitucionais de proteção aos dirigentes eleitos pelos trabalhadores, de penalização de ações antissindicais dos empregadores, cabendo aos trabalhadores decidirem que sindicato querem constituir (Convenção 87).

Nas assembleias que elegeram delegações ao 13º CONCUR apresentamos propostas de resoluções sobre a questão da estrutura sindical que, se não resolvem todos os problemas, dão um norte para o seu enfrentamento:

- É preciso que o sindicato busque representar todos os trabalhadores de um ramo ou atividade laboral onde está presente, associando terceirizados, temporários e outros que convivem no mesmo local de trabalho ou setor, sempre com o objetivo de equiparar as condições de trabalho àquela do trabalhador formalizado (carteira), lutando por empregos com direitos assegurados para todos, pois não queremos eternizar o trabalho precário.
- Retomar os princípios originais da CUT de construção de um sindicato com liberdade e autonomia, bancado pelas mensalidades (sindicalização), que coloca a luta reivindicativa acima do assistencialismo, que promove espaços democráticos de participação da base na sua gestão e que busca enraizar-se no local de trabalho.
- O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes. Um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e credos religiosos, que associa todo trabalhador seja qual for seu sexo, etnia, nacionalidade, só poderá sobreviver com a adesão consciente e voluntária da base que pretenda representar.

A CUT é necessária para lutar por Lula Livre e pelo fim do governo Bolsonaro

Enquanto queimam as florestas, as estatais e os direitos, fábricas fecham suas portas e as universidades e escolas públicas agonizam, Bolsonaro prepara uma explosão social. Desde o golpe de 2016, o Estado de Exceção e o ataque à democracia só aumentaram, enquanto a situação econômica e social só se degradou para a grande maioria do povo.

A luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional exige que a CUT inscreva em sua ação cotidiana a luta pela liberdade de Lula e pelo fim do governo Bolsonaro.

A CUT, que no seu 12º Congresso (2015) apontou a necessidade de uma reforma política profunda nas instituições apodrecidas existentes - o que exige uma Assembleia Constituinte Soberana livremente eleita pelo povo -, deve manter essa perspectiva, consciente de que tal saída democrática só será possível com a mobilização das amplas massas a partir de suas reivindicações vitais.

Temos confiança de que a classe trabalhadora e o povo brasileiro vão se levantar contra o governo Bolsonaro, e a CUT deve ajudar que isso ocorra o quanto antes.

Viva a Central Única dos Trabalhadores!

16 de setembro de 2019

Julio Turra
Juliana Salles
(Executiva Nacional da CUT)

João Batista Gomes
Cleusa Cassiano
José Jorge Maggio
Cida Oliveira
Lourival Lopes
(Direção Nacional da CUT)

EPS – Esquerda Popular Socialista

OS DESAFIOS E IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO MUNDO DO TRABALHO

O Congresso da Central Única dos Trabalhadores é realizado em meio ao turbilhão da crise de longo curso do capital, de meados da década de 1970 e vem – há cerca de 45 anos – experimentando, em continentes vários, explosões como na Ásia (com os ditos Tigres Asiáticos), América do Sul (Argentina), Central (México), do Norte (EUA), na Europa (Espanha, Portugal, Grécia), e com menor amplitude em outros países – mas com grande repercussão no planeta.

Graves sintomas de uma única doença crônica. Incapaz de gestar um período de relativa “paz” e expansão de sua hegemonia pelo mundo, como nos 30 anos que se sucederam à II Grande Guerra, o capital se defronta com o dilema: ou faz como o deus Cronos, que devorava seus próprios filhos, ou desmorona como relação social que a tudo hegemoniza há cerca de quatro séculos. A opção do capital é óbvia: resta-lhe apenas – para sobreviver – “engolir” seus filhos e às suas próprias entranhas.

Assim, só lhe restam dois caminhos: a competição predatória intestina, que atinge níveis ameaçadores à biosfera, na “queima” da natureza, que opõe ramos de produção, corporações, oligopólios, burguesias residentes em vários países, em luta feroz pelos mercados existentes; e o único ponto de consenso entre as frações do capital, que é o massacre sobre a maioria da humanidade na forma da superexploração da força de trabalho e precarização da vida, levando à morte centenas de milhões de seres humanos por fome, doenças, pelas guerras externas e pelas “internas”, como nas trágicas execuções sumárias em nome do suposto combate à criminalidade; além da eliminação de índios, quilombolas e trabalhadores rurais que lutam por terra.

Já as extintas burguesias nacionais hoje são apenas um pálido reflexo daquilo que restou de si: um holograma; meras burguesias residentes. Dependentes, entreguistas e não mais associadas a burguesias de outros países, mas subordinadas aos complexos transnacionais (centralizados pelo capital financeiro) e que desprezam suas origens e identidades pátrias.

Frente a isso resta a mobilização estratégica, a ser construída pelo Mundo do Trabalho. Estratégia esta que não se confunde com o estaticismo eleitoral que impregnou sua condição de sujeito de transformações.

Os partidos de esquerda, os grandes movimentos sociais contra-hegemônicos e os movimentos sindicais dos trabalhadores vertebram o Mundo do Trabalho. Ao contrário da divisão quase burocrática de atribuições de tais esferas, trata-se agora de envolvê-las em orientações globais. É preciso romper as fronteiras estanques entre esses três pilares. Urge que sejam articulados como um todo único, sem prejuízo de suas identidades e organicidades próprias.

Para tanto, devem ser adotadas as seguintes atitudes:

- a. Reconhecer, autocriticamente, que essas esferas representativas do Mundo do Trabalho estiveram submersas por décadas, e mais acentuadamente nos últimos 16 anos, na ilusão de concentrar a maior parte de sua energia na institucionalidade governamental. Tirar consequências dessa atitude autocrítica não implica posições abstencionistas ante as disputas eleitorais, mas, reequilibrar o dispêndio de tempo nas diversas frentes.
 - b. Recuperar a elaboração estratégica e de tática geral, contrapondo-se ao taticismo, é a segunda atitude que se propõe. As elaborações de curto prazo, conjunturalistas e que orientem para ações imediatas se são necessárias – porque resultam de demandas urgentes e um balanço concreto da correlação de forças – não dão conta das exigências da disputa contra-hegemônica. É preciso desenvolver a reflexão e as elaborações de maior fôlego, que transcendam processos de resistência circunstanciais. E o que seria essa tática geral para os movimentos sindicais? Seriam orientações com pretensão de abarcar um tempo político e social que ultrapasse 10, 12 ou 15 anos e que apontem para soluções estruturais aos dramas da maioria do povo.
1. Tal atitude de elaboração de **táticas gerais**, passíveis de revisões periódicas, pode significar uma guinada de procedimentos nas instâncias dirigentes do sindicalismo. Um exemplo é o debate sobre o Estado que se necessita para as classes trabalhadoras e para o povo, em meio ao tsunami ultraliberal. O Estado para um país soberano e que sirva à maioria da população tem, sim, que acumular poder para interferir nas ditas regras de mercado, criando trincheiras à voracidade do capital. É inaceitável que o crime análogo ao genocídio cometido pela Vale S/A em Brumadinho, e a cumplicidade dessa empresa no crime de Mariana, em Minas Gerais, não tenham sido objeto de um forte pronunciamento dos movimentos sindicais, com a ocupação das instalações da empresa pelas vítimas que sobreviveram e dos familiares dos que morreram, além da população nos territórios atingidos. O maior crime trabalhista do século, que resultou no ceifar de 272 vidas, entre trabalhadores diretos da empresa, terceirizados, e moradores atingidos pela lama exige tratamento radical.
 2. Fixando esse exemplo, podemos expandir tal raciocínio para nossa atitude em todas as demais áreas que implicam a perda de postos de trabalho, aos milhões, que são as privatizações na Petrobras, portos, aeroportos, energia, água e saneamento, Correios, Embraer etc. O gesto “tático geral” de uma Central como a nossa deve apontar claramente que não haverá saída para o Mundo do Trabalho sem a recuperação de um mínimo controle estatal sobre essas frentes da economia, sem a reforma tributária que atinja os lucros financeiros, sem a reforma fundiária (urbana e rural), sem a valorização do mercado interno e a recuperação da capacidade de consumo da maioria da sociedade.
 3. A terceira atitude é declarar que as classes patronais violaram as regras da democracia que tanto enalteciam. E que para o Mundo do Trabalho já era limitada. Rasgaram a Constituição ao determinarem que o Parlamento e o Judiciário legitimassem um golpe “institucional” contra o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, à base da mentira denominada “pedalada fiscal”.

Retiraram direitos trabalhistas históricos que, mesmo se produzissem os seis milhões de empregos prometidos por Temer/Meirelles, jogaram nas costas da maioria do povo a responsabilidade por uma crise que é do próprio sistema do capital. E que a Operação Lava Jato, o Impeachment de 2016, a prisão e a retirada do direito de Lula se candidatar em 2018 e a eleição de Bolsonaro fazem parte de um mesmo plano, que convergiram para os propósitos do capital: destruir instrumentos e políticas públicas que atendiam aos interesses das maiorias. Os chamados golpes constitucionais, que sempre pretendem ter uma aparência de legalidade, são agora uma prática mundial. E no Brasil tinham um alvo claro: os gastos públicos com saúde, educação, políticas sociais protetivas às populações mais vulneráveis, os ganhos reais do Salário Mínimo, o consumo interno, os ativos patrimoniais e financeiros que garantiam nossa soberania (estatais como Embraer e Petrobras; empresas de energia, de saneamento, as reservas internacionais, jazidas de petróleo e minerais estratégicas, a biodiversidade da Amazônia, a Base de Alcântara etc.). A atitude de vincular o golpe de 2016, o impedimento da candidatura de Lula e a “solução” Bolsonaro como algo funcional à voracidade capitalista é necessária para que evitemos traficar ilusões de que a meta estratégica do Mundo do Trabalho seria apenas o resgate das formalidades democráticas perdidas nos retrocessos recentes. No máximo isso deveria ser uma meta tática de curto prazo, para explorar algumas contradições no consórcio golpista. Além disso, nosso desafio é perspectivar outra democracia e outra República: ambas fundadas na organização social independente, programaticamente orientada e que pressione a institucionalidade estatal para o atendimento das demandas da maioria do povo.

4. A quarta atitude proposta é a discussão e deliberação de um projeto alternativo para o Brasil, na perspectiva da democracia e da República que interessem à maioria referida anteriormente. Tal projeto seria gestado em um **CONGRESSO NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO** que, mais que um Congresso Sindical, reunisse representações das bases de partidos, movimentos sindicais e movimentos sociais gerais comprometidos com a defesa da soberania nacional, com os direitos trabalhistas e sociais subtraídos pelo consórcio golpista, intelectuais progressistas, movimentos identitários tais como os das populações LGBTQ+, de negras e negros, mulheres, indígenas, quilombolas, juventudes, idosas e idosos, e tantos quantos forem os “atingidos pelo golpe”. Caberia ao **CONGRESSO NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO** discutir e deliberar o programa necessário para a retomada do desenvolvimento da riqueza nacional e de sua distribuição sustentável, orientada – principalmente – para suprir as demandas de quem a produz. Um programa de fôlego, indicador das medidas estruturais que resgatassem nossa soberania política e econômica em bases bem mais sólidas do que tínhamos antes. Um programa para ser realizado pelas ruas, por massas, em escala de milhões. Tendo como referências os partidos, forças e movimentos que se organizam sob as bandeiras da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, a base orgânica de tal iniciativa iria muito além desses campos: existem centenas, talvez milhares, de movimentos locais de resistências diversas que não estão sob os guarda-chuvas das duas Frentes citadas: são movimentos que surgiram como resposta à burocratização e a institucionalização de muitas lutas; vários deles liderados por ativistas que, inclusive resistem à interação com partidos, movimentos e sindicatos mais tradicionais. Contudo, o esforço deve ser o de trazê-los para o seio da preparação do **CONGRESSO NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO**.
5. Sob a orientação estratégica anterior temos a quinta atitude: enfrentar o governo Bolsonaro e os governos estaduais que o apoiam e **derrotar as perdas de direitos** que serão mais sentidos pela população. Aí se destacam: o desemprego crescente, a precarização da Saúde frente às medidas de sucateamento dos SUS, os cortes de verbas na Educação, a violação de direitos previdenciários, a institucionalização do extermínio da população negra (sob o falso argumento de combate ao crime), a violência no trânsito; o incentivo às ações individuais privadas de segurança pessoal, patrimonial e familiar; a banalização da violência contra a mulher e contra a

população LGBT+; contra as populações tradicionais. Em todas essas frentes, quem vai pagar pelo desmonte implementado por Bolsonaro é o povo pobre. O movimento sindical deve ser proativo na formulação de propostas concretas no terreno da geração de empregos com remuneração digna e ocupações de qualidade. Nossos sindicatos devem sair da inércia de apenas receber os trabalhadores com vínculos empregatícios formais e se prepararem para acolher desempregados de várias categorias, em combinação com as demais entidades (para fins de orientação e ações de solidariedade ativa aos contingentes mais vulneráveis). Nas situações em que as ações de Bolsonaro resultarem em mais precarização da vida (violência estatal contra as populações vulneráveis já citadas), os sindicatos devem adotar medidas de solidariedade e acolhimento, independentemente de vínculos trabalhistas. No caso específico, pela sua magnitude, dos desmontes propostos e já efetivados na Previdência, na Educação e na Saúde, estes devem ter atenção especial da CUT: são áreas onde as feridas serão abertas e de difícil cicatrização. A resistência à contrarreforma da Previdência, mesmo se aprovada no Congresso, terá continuidade: **atos de rua devem se combinar com ações judiciais**. Da mesma forma que ocorre agora com a educação: paralisia das universidades e IFETs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), nas interrupções de bolsas de estudo, nos cortes de editais futuros, no fim dos concursos públicos, nos achatamentos salariais, nas demissões, nas contratações precárias etc., tudo isso vai ser sentido na pele por alunos, pais, trabalhadores em educação e a vizinhança das escolas, de forma cruel. Também aí necessária territorialização da atividade sindical vai ser decisiva. Contudo, já é na saúde da população que se sente o impacto do golpe de 2016, com os desmontes promovidos por Temer, que agora são agudizados por Bolsonaro. E isso merece uma atenção especial do Congresso da Central Única dos Trabalhadores.

6. Nossa sexta atitude é, nesse sentido, denunciar que o **adocimento do povo** não é apenas um resultado de determinadas ações da dupla Temer/Bolsonaro: **é também um projeto de poder**. Um projeto orientado para o mercado, algo que interessa à indústria da doença. Eis porque o desmonte do Sistema Único de Saúde – SUS – é condição indispensável aos propósitos do capital. Além de abrir portas a operadores privados de planos de saúde, de incentivar a indústria farmacêutica e a de equipamentos hospitalares, está implícito nesse projeto de poder que será praticada, em ampla escala, como coisa inevitável, aquilo que se nomeou “necropolítica”: a política deliberada de morte para controle da população. Seja pela via de assassinatos de pobres por agentes de segurança do Estado, como os incentivados Bolsonaro, Dória e Witzel, mais abertamente, seja pelo adocimento e morte lenta daqueles que não forem “produtivos” para o capital.
7. A estes últimos, esse capítulo do golpe de 2016 é dedicado com requintes de crueldade. Começando pela Emenda Constitucional 95 que congelou “gastos” com a seguridade, em geral. Fica inaugurada a “inseguridade social”: menos previdência, menos assistência e menos saúde.
8. E o quadro atual só vai agravar o adocimento da população. O aumento do desemprego, das ocupações precárias, a queda da fiscalização do até então existente Ministério do Trabalho (penosidade, periculosidade e insalubridade), tudo isso acirra a precarização da vida. E o que resta de SUS, com mais ônus para estados e municípios, é o que tem sido uma trincheira de resistência para milhões de pessoas.
9. Com o advento de Bolsonaro, o primeiro baque foi a crise com os médicos e médicas de Cuba, que – sob ameaça – tiveram que sair do país, deixando multidões sem assistência no atendimento básico. Depois vieram as ações diretas do próprio Bolsonaro: cortes de programas e de recursos financeiros, incluindo aí os destinados aos hospitais universitários, à assistência farmacêutica e ações preventivas que inverteram a lógica da coisa: da busca pela promoção da saúde, passamos agora a priorizar a cura da doença, alvo central da saúde privada. Some-se a isso, o aumento doenças ocupacionais, o adocimento mental e as demais enfermidades que se combinaram com a fome crescente no país.

10. Nesse sentido, deve a CUT trabalhar para traçar um plano de reconexão com o povo a partir de gestos de solidariedade concreta com a população para além das muralhas corporativas, que priorize a luta contra o desmonte do SUS.

11. Organicidade sindical: do “chão de fábrica” à era dos chips e robôs

12. A contrarreforma trabalhista de Temer ao incorporar medidas de enfraquecimento dos sindicatos, seja na desqualificação de sua representação, seja no custeio de suas atividades, acelerou um processo que já vinha se desenhando há décadas: a economia capitalista usa os avanços tecnológicos e ganhos de produtividades das máquinas computadorizadas para precarizar o trabalho, em vez de gerar tempo livre para a fruição da vida - que difere do “tempo livre” gerado pelo desemprego, que é fonte de angústias, doenças e stress.

13. A rigor, o emprego da força de trabalho no mundo não decai em função de avanços tecnológicos. Indicadores mostram que o capital demanda mais e mais força de trabalho, agora convergindo sua ocupação majoritariamente para o setor de serviços. O que se verifica, de fato, é uma “desterritorialização” da força de trabalho que se demanda para áreas que exigem qualificação para a metalurgia, mecânica, siderurgia, mineração etc., em função de países que apresentam menores exigências em termos direitos trabalhistas e sociais.

14. A questão é que a reestruturação dos processos produtivos do capital altera de maneira irreversível aquela territorialização do trabalho do século XX. A atual desterritorialização é, concretamente, uma reterritorialização. É aí que reside a refundação do sindicalismo na era do chip e do robô. O chão da fábrica, com suas inúmeras empresas agregadas, fragmenta a identidade dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa identidade tem que ser reconfigurada em dois vetores:

- a. Um sindicato tem que se abrir para categorias diversas, inclusive para a diversidade das categorias de desempregados -por base territorial,por proximidade de atividades (terceirizados das antigas atividades fins) e pela própria identidade do desemprego.
- b. A organização intercategorias tem que se dar no local de moradia: na solidariedade para a sobrevivência imediata; na busca de formas de ocupação, de troca de serviços e realocação no próprio mercado formal.

**Esse é o grande desafio da CUT:
se reinventar, para reinventar cada sindicato!**

LULA LIVRE!

Maria de Fátima Veloso Cunha/ Executiva da CNTSS e CUT Nacional
Mauro Rubem de Menezes Jonas/ Presidente da CUT- GO
Leocides José de Souza/ Executiva CNTSS/ FENASCE
Ricardo Manzi/ Executiva CUT -GO
Francisco de Assis Filho/ Executiva da Confetam
Elida Rache/ Executiva CUT-AL
Francisca Luzia/ExecutivaCUT-RN
Marcelo Manduca/ Executiva CUT-RN

CUT PODE MAIS

UNIR OS TRABALHADORES PARA DERROTAR A BURGUESIA E CONSTRUIR O SOCIALISMO, BARBÁRIE JAMAIS

Conjuntura Internacional

A crise do capitalismo liberal, nas primeiras décadas do século passado, somente foi superada após destruir boa parte da Europa, na Segunda Guerra Mundial. Com a derrota bélica do nazi/fascismo, a saída capitalista para a crise foi o Estado de Bem-estar Social, um avanço importante para os trabalhadores europeus. Mas, os grandes vitoriosos foram o império americano e o Estado Socialista Russo. Após o declínio da Rússia e da queda do Muro de Berlim, o Império Americano ficou mais forte, por não ter contraponto econômico e político.

Nova crise do capitalismo produziu o Neoliberalismo, nos anos 70 do século passado, que começou o processo de destruição do Estado de Bem-estar Social, para manter elevadas a taxa de lucro do capital financeiro. A crise, que não foi superada, aprofunda no final da primeira década do século atual com a “bolha imobiliária americana”, deixando claro que o crédito não era mais a alternativa para desovar a superprodução mundial de mercadorias, dada a elevada concentração de renda no planeta - aprofundando a crise de realização da mais valia e reduzindo a taxa de lucro do capital.

Paralelamente ocorreu o crescimento econômico acelerado da China. Ao se constituir os BRICS houve uma importante alteração do cenário internacional, já que se acirra a disputa pela hegemonia com o império americano. O processo de criação de um Banco de Desenvolvimento que tem como referência as moedas dos países dos BRICS e não mais o dólar, se constitui como uma ameaça de morte ao Banco Mundial e ao poderio americano.

Na disputa de hegemonia mundial o petróleo é um elemento fundamental. Os conflitos no Oriente Médio levam os Estados Unidos a articularem um golpe de Estado no Brasil e a tentarem derrubar o Governo Maduro na Venezuela para se apropriarem do petróleo do Pré-Sal e das reservas petrolíferas venezuelanas.

O Golpe de Estado realizado no Brasil e o boicote comercial contra a Venezuela fragilizaram estas nações e os direitos de seus povos. Mesmo assim, vemos a luta de classe na rua. O povo não fica calado o tempo todo, reage quando sente segurança para entrar na luta. A luta contra a retirada de direitos dos brasileiros é contínua, com greves gerais e amplas manifestações de rua neste período. A reação popular argentina ao Macri e o apoio armado do povo venezuelano a Maduro são fatos históricos que devem ser analisados. Talvez, a volta das Farc à luta armada seja a mais sugestiva de todas, demonstrando que não se pode conversar com o fascismo desarmados. No caso da Argentina, o caminho das urnas aponta para uma vitória da oposição. Macri, digno representante do capital financeiro internacional, levou a Argentina ao caos, com grandes retrocessos na economia e nas condições de vida do povo argentino. Uma vitória nas urnas pela oposição é muito importante, mas não é suficiente. Será necessária muita luta dos trabalhadores para derrotar o império e as oligarquias serviçais a ele.

Estamos inseridos numa crise econômica e financeira, numa crise ambiental, numa crise de representação política, numa crise ética e moral, em suma, numa crise de civilização. Este processo deixa claro a dimensão dos desafios do atual momento histórico e da crise humanitária que estamos vivenciando.

O que está aí está podre e o novo ainda não nasceu.

O imperialismo americano avança no aprofundamento da dominação dos povos, na retirada de direitos sociais e na exploração do trabalho. A concentração de renda no planeta é tão elevada que impede

que boa parte da humanidade tenha acesso às mais elementares condições de sobrevivência, enquanto ocorre uma crescente concentração de renda do plano nacional e internacional. A falta de poder aquisitivo da esmagadora maioria das populações a impede de adquirir as mercadorias produzidas por falta de recursos. Quando não se consome a produção, reduz-se o emprego. A concentração de renda tem gerado o desemprego crescente a números assustadores, em escala mundial.

Estamos vivendo uma crise migratória alarmante. A magnitude das migrações decorrentes da fome e da falta de condições mínimas de sobrevivência de amplas parcelas de trabalhadores tem crescido de forma exponencial. A falta de opções gera o desespero político e econômico dos trabalhadores, em diversas regiões do planeta. Como não têm mais para quem recorrer, fogem em busca da sobrevivência.

O capital financeiro já abandonou a “democracia burguesa” como forma de dominação. As liberdades democráticas como mecanismo de dominação para garantir as suas riquezas e o seu poder é coisa do passado. Não existem argumentos consistentes e aceitos amplamente para defender que 1% dos mais ricos se iguale aos bens e rendas somados dos outros 99%. As desigualdades são tamanhas que somente a manipulação e repressão mantêm a hegemonia de poucos em detrimentos de bilhões em todo planeta.

A luta de classe está na rua. Não existe empate, somente a vitória pode ser aceita. A unidade dos trabalhadores contra a exploração do capital deve ser a bandeira da luta unitária, que garanta uma profunda transformação social e melhores dias para os trabalhadores. Além disso, cerrar punho na defesa da autodeterminação dos povos e da soberania nacional são fundamentais nesta luta. A luta em defesa do socialismo torna-se a principal bandeira de luta, pois é a expressão do oposto da barbárie proposta pelo capital.

Não é de graça que Trump anuncia querer acabar com o socialismo na América. Na mesma linha, Bolsonaro propagandeia que o fascismo é um movimento de esquerda para manipular a consciência do povo e se livrar da pecha de fascista.

Conjuntura Nacional

Derrotar o golpe e a extrema-direita para avançar rumo a uma nova democracia de classe.

O povo brasileiro está sofrendo com as consequências do Golpe de Estado que depôs a Presidenta Dilma através do impeachment, **sem crime de responsabilidade**, inaugurando um **Estado de Exceção**. O Governo Temer aprovou de afogadilho e sem um amplo debate na sociedade a **Emenda Constitucional 95**, que congela os gastos primários da União por 20 anos, ficando somente liberados os gastos com o pagamento de juros e da dívida. Esta emenda constitucional retira boa parte dos direitos sociais dos brasileiros por falta de recursos orçamentários, sem retirar do plano legal. O cidadão tem direito à saúde, educação, emprego, moradia, pesquisa, cultura etc. somente no papel, mas não terá acesso a estes direitos por falta de recursos previstos no orçamento da União. Bem como, foram aprovadas a **contrarreforma trabalhista**, que retirou mais de 100 artigos da CLT, e a **terceirização, sem limites**. A retirada dos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros é fruto direto do Golpe de Estado realizado.

O capital financeiro internacional, mesmo com bons ganhos financeiros nos governos populares, exigiu uma participação mais elevada na renda e no patrimônio nacional. Esta estratégia se alia aos interesses estratégicos do império americano para se apropriar os recursos naturais brasileiros, em especial, o Pré-Sal, e reassumir a liderança da América Latina. Estas são as reais bases do Golpe de Estado. A propalada corrupção é somente propaganda e manipulação. O julgamento do Mensalão foi o alicerce de construção deste processo. Foi uma estratégia articulada pelo capital financeiro internacional com os interesses geopolíticos do império americano que teve apoio no Brasil, dos partidos de direita, das entidades empresariais, da grande mídia, e que contou com a cumplicidade do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

O Orçamento da União para 2020 destina ao pagamento de juros e dívida pública 1 trilhão de reais, 32,4% a mais do que em 2019. Por sua vez, os investimentos serão de apenas 19 bilhões, enquanto em 2013 foi de 94 bilhões. Os benefícios fiscais somaram 326 bilhões e a educação somente 138 bilhões.

A redução de recursos dos investimentos e dos recursos da área social contribui para aumentar a recessão econômica que, por sua vez, reduz a receita pública que aprofunda a recessão econômica. Estamos em um ciclo vicioso que destrói a economia, os direitos e os empregos, elevando a concentração de renda e poder nas mãos de poucos. A concentração de renda e poder está crescendo assustadoramente, enquanto se amplia o número de miseráveis.

O Governo Bolsonaro, para implementar o programa de retirada de direitos dos trabalhadores, de entrega do patrimônio público aos interesses internacionais e de destruição da democracia, tem desenvolvido uma política dura para acabar com os movimentos sociais e sindicais. Os ataques têm sido sistemáticos: o fim da contribuição sindical e diversas tentativas para estrangularem financeiramente os sindicatos para impedir que haja recursos para lutar pelos direitos dos trabalhadores; está em gestão uma reforma trabalhista para fragilizar e fragmentar ainda mais a estrutura sindical.

O jornalista Glenn Greenwald, cofundador do site The Intercept Brasil, de forma associada com vários meios de comunicação tem divulgado as denúncias da “Vaza Jato”, que demonstram de forma clara e objetiva o conjunto de atos ilegais praticados pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, por diversos membros do Ministério Público Federal e membros da Polícia Federal na denominada Operação Lava a Jato. Os diálogos e informações produzidas informam que houve uma verdadeira organização criminosa utilizando de forma ilegal instituições do Estado Brasileiro.

As denúncias demonstram a participação efetiva:

1. de agentes públicos no vazamento seletivo e ilegal de conversas da Presidenta Dilma com LULA;
2. do juiz Sergio Moro orientando o trabalho da promotoria, portanto, se portando como juiz parcial e não imparcial como determina a Constituição Federal;
3. os promotores agindo de forma ilegal;
4. de promotores obtendo vantagens financeiras para não cumprirem com as suas obrigações funcionais.

A análise dos documentos demonstra que a Lava Jato, que propagandeava que tinha como objetivo combater a corrupção, é uma organização criminosa e mais corrupta do que a quem acusam. Com uma diferença fundamental, muitos dos que acusam não têm provas, mas contra a Lava Jato têm muitas provas robustas. Estamos diante de provas consistentes contra convicções inconsistentes. Com a palavra os poderes constituídos.

A Lava Jato teve um papel destacado nos ataques a Petrobras e nas perdas financeiras decorrentes. Bem como, no processo de venda, a preço vil, das subsidiárias da Petrobras, destruindo parte importante do patrimônio do povo brasileiro. Em todo mundo civilizado, quando há corrupção, pune-se os responsáveis e salva-se as empresas que os corruptos controlavam. A Lava Jato fez o inverso, destruiu as empresas e salvou os corruptos, desde que acusassem Lula ou o PT, mesmo sem provas. Este processo insano, ilegal e antinacional, além de gerar milhões de desempregos, destruiu grandes empresas nacionais para garantir um bom mercado para empresas americanas. As ações da Lava Jato são lesa-pátria, e assim serão julgadas pela história.

O ex-juiz Sergio Moro condenou LULA sem provas e sem fato determinante, para impedir que fosse eleito Presidente da República no primeiro turno das eleições de 2018. As instâncias superiores do Poder

Judiciário recusam os recursos para garantir a sua liberdade e a sua participação na disputa no processo eleitoral. Agindo desta forma, setores do Poder Judiciário desrespeitaram a Constituição e contribuíram para garantir os interesses do capital financeiro internacional contra os interesses nacionais.

No Brasil de hoje, militar tem batido continência à bandeira americana e pressionado o STF para agir contra a constituição federal. O militar, em qualquer parte do mundo, deve ser necessariamente nacionalista, pois o seu dever é a defesa nação contra outras nações.

Todas as manipulações e fraudes do processo eleitoral são inaceitáveis. LULA tornou-se um preso político e símbolo da luta em defesa da democracia, dos direitos, da soberania nacional. A eleição sem LULA possibilitou a vitória do candidato de extrema- direita, num processo eleitoral com inúmeras ilegalidades, sem qualquer ação efetiva da Justiça Eleitoral, nem do Supremo Tribunal Federal.

Mesmo antes da posse, Bolsonaro ataca o Programa Mais Médicos. Assim, Cuba rompeu o convênio existente. A consequência foi que milhões de brasileiros deixam de ter atendimento médico nas periferias das cidades e nos locais mais longínquos. Boa parte desta população continua sem atendimento desde a saída dos médicos cubanos, já que não houve, nem haverá a devida substituição.

Com a posse de Bolsonaro o quadro se tornou ainda pior, os ataques à democracia, aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional têm sido uma constante, ao mesmo tempo que tem acentuado a crise econômica, agravado o desemprego e intensificado a precarização do trabalho. A pobreza e a desigualdade social crescem a olhos vistos em todos os ramos econômicos e regiões do país.

O Governo Bolsonaro pretende privatizar todas as empresas estatais e todos os serviços públicos. Inúmeras estatais já foram vendidas (ou melhor, doadas) e, a cada dia, listas de outras estatais que serão privatizadas. Os cortes na saúde estão levando à redução e/ou fechamento de serviços de saúde. Se o SUS sempre foi subfinanciado, agora ocorre o desfinanciamento, ou seja, a redução drástica dos recursos. Os cortes na educação estão impedindo a manutenção das atividades de ensino, extensão e de pesquisa. O conjunto dos serviços públicos está sendo sucateado e/ou destruído. Além de atacar ou fechar todos os conselhos de controle social, para que não haja participação social na definição e fiscalização das políticas públicas.

Na política externa, ataca os parceiros comerciais como a China e Mercosul, e cria atritos com o mundo árabe somente para agradar os interesses do império americano.

Internamente, libera a utilização de veneno para a agricultura diariamente, inclusive os de uso proibido nos países de origem ou de fabricação. Os danos à saúde dos brasileiros e a morte de abelhas, decorrentes do uso destes venenos, é imensurável e as suas consequências são sentidas de forma trágica em todo o país. O uso de veneno sem limites levou até repúdio da Confederação Nacional da Agricultura, por estar criando problemas para exportação dos produtos com veneno.

A quantidade de jovens negros que são assassinados nas periferias das grandes cidades é assustadora. Se houver a liberação do uso de armas, o genocídio será ainda maior.

Bolsonaro incentiva a destruição da Amazônia, o que aumenta o desequilíbrio ambiental global e mata os povos da floresta. As queimadas causam danos irreparáveis à flora e à fauna, destruindo a mais rica diversidade do mundo. O objetivo é possibilitar a produção de soja e da pecuária como fachada, mas é a exploração predatória dos minerais lá existentes o maior interesse do capital financeiro internacional.

A PEC 06/2019 que destrói a previdência dos brasileiros está sendo aprovada de forma rápida. Já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em processo de votação acelerada no Senado Federal. Ao ser aberto o 13º CONCURTO, a contrarreforma da previdência já estará aprovada e promulgada. **A CUT PODE MAIS apresenta a proposta de LUTA PELO REFERENDO REVOGATÓRIO CONTRA A EMENDA CONSTITUCIONAL QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA PEC 06/2019.**

Esta proposta foi debatida quando da aprovação da EC nº 95, da contrarreforma trabalhista e da terceirização sem limites. Julgamos necessário criar as condições políticas de revogar a retirada de direito dos trabalhadores brasileiros.

Os processos eleitorais são importantes, mas o dever da CUT é organizar os trabalhadores pela base para garantir os seus direitos. Nenhum governante, por melhor que seja, tem poder suficiente para substituir a luta dos trabalhadores. A organização de base e a formação política são fundamentais para se realizar as transformações sociais necessárias para construirmos uma sociedade democrática, justa e igualitária.

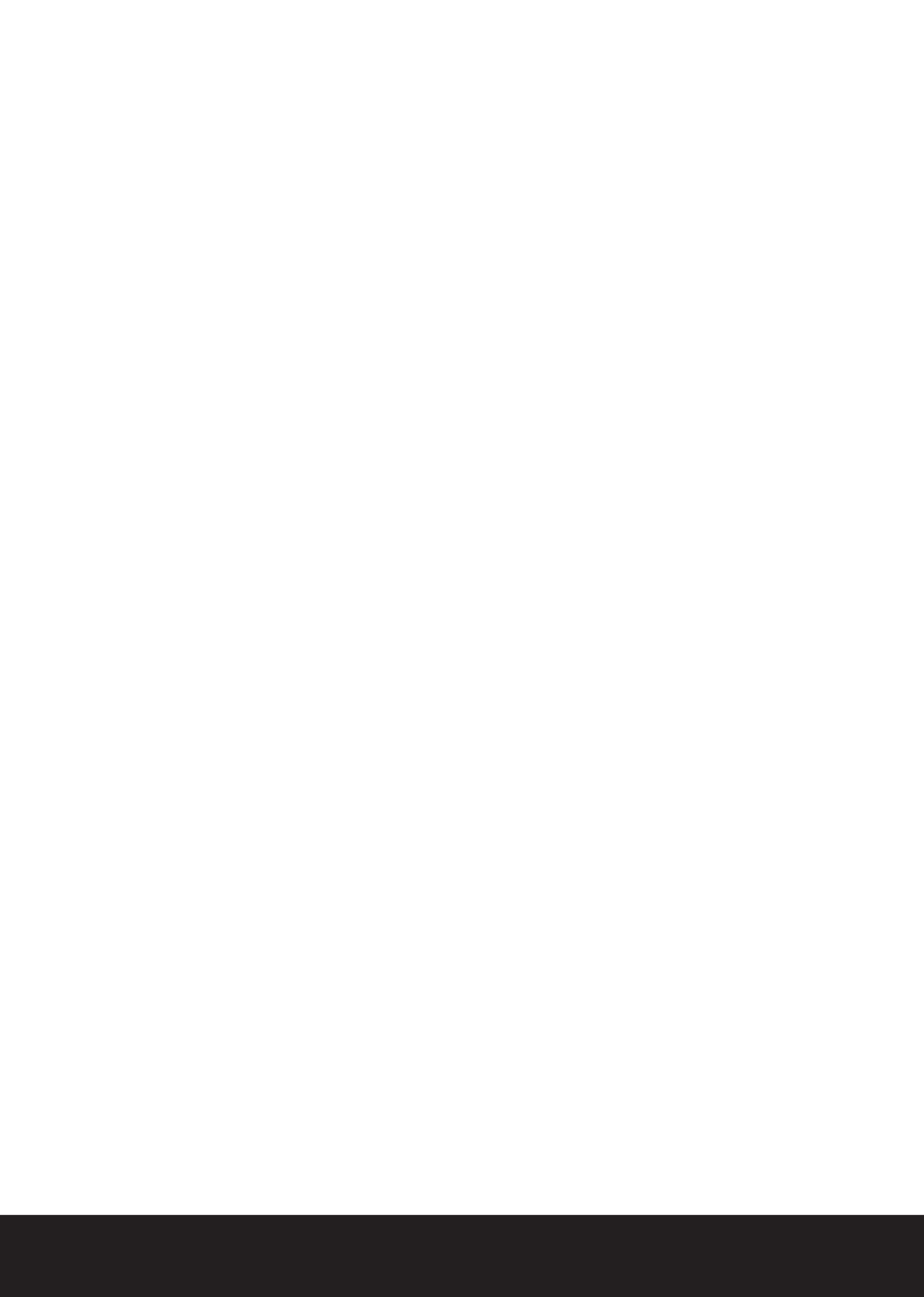
A história nos ensina que somente a luta, a organização de base e a unidade dos trabalhadores garantem os nossos os direitos. A CUT, como a maior central sindical brasileira e a quinta mundial tem o dever de dirigir a luta, a organização e a unidade dos trabalhadores. Este processo somente dará certo se for democrático e respeitar a diversidade da classe trabalhadora.

Para derrotar o golpe e a extrema-direita é fundamental:

1. **temos que massificar as nossas manifestações colocando o povo na rua.** É necessário apostar na amplitude do movimento e condenar a estreiteza política. Todos os que querem lutar contra o fascismo são bem-vindos;
2. **toda a luta de resistência tem como base a luta por transformação.** Por isso, temos que enfrentar os desafios do momento, olhando para o futuro. Se ficarmos presos ao passado e sonhando com a sua volta, estaremos reproduzindo aquilo que construiu as contradições que vivemos hoje, temos o dever de avançar.
3. **dividir as forças que dominam o nosso país é de suma importância para nossa luta.** Não daremos um passo adiante sem que ganhemos politicamente as bases dos dominantes. A crise pode nos ajudar a superar este momento histórico se tivermos a análise correta da conjuntura e propusermos as saídas da crise que tenham ampla penetração no conjunto dos trabalhadores, assim teremos todas as condições de sair da crise com mais força que tínhamos na sua origem.
4. **unificar o conjunto dos trabalhadores pela transformação, para garantir uma sociedade democrática, justa e igualitária, ou seja, uma sociedade socialista.** Para tanto, devemos imprimir um forte e politizado movimento massivo de luta contra o golpe, a extrema-direita e o fascismo internacional. Temos o dever de entender que para transformar o mundo não podemos ficar restritos às alternativas institucionais e bem comportadas do enquadramento burguês.

**Somente quem tem o espírito transformador de lutar pelo socialismo
poderá dirigir povo e manter a sua unidade.**

**POR UM BRASIL SOBERANO
LULA LIVRE**





Rua Caetano Pinto, 575
Brás • São Paulo-SP
CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

